

# O IMPACTO DOS PADRÕES PRIVADOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: ESTUDOS DE CASO DOS SETORES DE ALIMENTOS, CAFÉ SOLÚVEL, LUMINÁRIAS, E TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

---

São Paulo, 31 de maio de 2024.





# **O IMPACTO DOS PADRÕES PRIVADOS SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS:**

## ESTUDOS DE CASO DOS SETORES DE ALIMENTOS, CAFÉ SOLÚVEL, LUMINÁRIAS, E TÊXTIL E DE CONFECÇÕES

---

São Paulo, 31 de maio de 2024.

# FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP)

## DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (DEREX)

**Diretor Titular:** Gustavo Bonini

**Superintendente:** Antonio Carlos Costa

### Equipe técnica

Bruno Youssef

Jonathan Santos

Mariana Marques

---

### CONSULTORES

Vera Thorstensen

Tiago Matsuoka Megale

Mauro Kiithi Arima Júnior

Catherine Rebouças Mota

Fábio Jorge de Toledo Thomazella

Antonio Pedro Rima de Oliveira Faria

Amanda Mitsue Zuchieri

# ÍNDICE

---

|                                                                                                                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>                                                                                                                                                  | <b>1</b>  |
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                         | <b>2</b>  |
| <b>CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS</b>                                                                                                                                        | <b>5</b>  |
| <b>ANÁLISE SETORIAL</b>                                                                                                                                                   | <b>7</b>  |
| 1. Padrões privados no setor de alimentos no Brasil                                                                                                                       | 7         |
| 2. Padrões privados no setor de café solúvel no Brasil                                                                                                                    | 12        |
| 3. Padrões privados no setor de iluminação no Brasil                                                                                                                      | 18        |
| 4. Padrões privados no setor de têxtil e de confecção no Brasil                                                                                                           | 22        |
| <b>PADRÕES PRIVADOS NA PERSPECTIVA DAS ASSOCIAÇÕES: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS</b>                                                                                         | <b>28</b> |
| <b>BRASIL E O MAPEAMENTO DO INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC)</b>                                                                                                          | <b>46</b> |
| <b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO</b>                                                                                                                           | <b>49</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                                                        | <b>53</b> |
| <b>APÊNDICE</b>                                                                                                                                                           | <b>57</b> |
| <b>ANEXOS</b>                                                                                                                                                             | <b>64</b> |
| Anexo I: Detalhamento dos padrões privados mencionados pela Associação Brasileira das Indústrias de BiscoitoMassas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI) | 65        |
| Anexo II: Detalhamento dos padrões privados mencionados pela Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS)                                                   | 68        |
| Anexo III: Detalhamento dos padrões privados mencionados pela Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX)                                                   | 72        |
| Anexo IV: Detalhamento dos padrões privados mencionados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT)                                              | 74        |

# SUMÁRIO EXECUTIVO

Padrões privados correspondem a um conjunto de regras e processos que estabelecem diretrizes relacionadas à produção, fornecimento, embalagem e transporte de bens e serviços. Tais exigências são elaboradas por organismos privados, incluindo organizações não governamentais, corporações transnacionais, cadeias varejistas, associações setoriais e grupos de interesse. Embora sejam juridicamente voluntários, a adequação a esses requisitos tem assumido, na prática, caráter obrigatório no acesso a mercados e concretização das exportações.

Tendo em vista o cenário de multiplicação dos padrões privados, o presente estudo, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tem o objetivo de **avaliar os efeitos positivos e negativos da imposição de padrões privados sobre as exportações industriais brasileiras**. O documento visa preencher uma lacuna na literatura sobre o tema, no nível setorial de produção, uma vez que as exigências privadas têm especificidades para cada contexto, a depender de aspectos geográficos, institucionais e da cadeia de valor. Ademais, observam-se dificuldades relacionadas à produção de resultados metodologicamente comparáveis quanto ao nível de agregação utilizado nos mapeamentos existentes (empresarial, comunitário, nacional e internacional etc.)<sup>1</sup>.

O estudo foi elaborado com base em questionários aplicados e consultas técnicas realizadas junto a quatro entidades representativas do setor produtivo: **(i)** Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI); **(ii)** Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS); **(iii)** Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX); e **(iv)** Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT).

A análise comparativa entre as respostas das entidades permitiu concluir que: **(i)** os padrões privados já são exigidos em um diverso rol de mercados, porém com maior relevância em economias desenvolvidas; **(ii)** há uma prevalência de exigências relacionadas à promoção de negócios sustentáveis e à garantia de direitos humanos e trabalhistas; **(iii)** os obstáculos impostos para o cumprimento dos padrões privados incluem os custos de adequação do processo produtivo e a ausência de harmonização com outras exigências; e **(iv)** os ganhos observados com a adequação aos requisitos estão relacionados ao acesso a mercados de nicho e à melhora na qualidade e segurança dos produtos.

Finalmente, o documento apresenta sugestões de encaminhamento ao setor privado e ao governo brasileiro, com vistas a **contribuir para o aumento da sensibilização sobre o tema, o processo de elaboração de políticas públicas relacionadas à incorporação dos padrões privados ao processo produtivo das firmas industriais brasileiras e à mitigação de seus eventuais efeitos nocivos**.

Os desafios identificados sugerem a necessidade de que sejam adotadas medidas voltadas a uma incorporação estruturada e coordenada do tema na agenda de políticas públicas. Exemplos de medidas são o aumento do engajamento do governo brasileiro no âmbito de organizações normalizadoras internacionais; a realização de ações de sensibilização dos setores industriais brasileiros a respeito do tema de padrões privados e a divulgação de ferramentas úteis na identificação e avaliação dessas exigências; a formalização do Fórum “Barreiras Técnicas” ou o estabelecimento de foro similar, dotado de institucionalidade e inserido na estrutura do Conselho de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), destinado a servir como mecanismo consultivo junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); e a realização de análises técnicas que busquem compreender os impactos econômicos dos padrões privados, incluindo os custos de adaptação e eventuais ganhos com acesso a novos mercados.

1 FAO. 2014. Impact of international voluntary standards on smallholder market participation in developing countries - A review of literature. Roma. Acesso em: 25 ago. 2023.

# INTRODUÇÃO

O tema dos padrões privados<sup>2</sup> tem se convertido, nos últimos anos, em ponto de grande interesse para a indústria brasileira, não só pela atualidade das discussões sobre meio ambiente, mas também pelos impactos que causam na produção e nas exportações do Brasil.

Padrões privados são criados a partir de um conjunto de regras que podem ser aplicadas à produção (desde o projeto até a venda do produto, incluindo coleta e reciclagem) ou à prestação de serviços. Podem abranger determinadas exigências sobre o modo de realizar a produção, a elaboração de embalagem e o transporte. Essas normas são consideradas como voluntárias, cabendo, portanto, ao setor produtivo ou ao prestador de serviços decidir pela sua aplicação. No entanto, em determinadas circunstâncias, a ausência de um certificado pode significar a proibição da importação, o que levanta a questão do grau de obrigatoriedade do seu cumprimento.

Padrões privados podem ser produzidos, presumidamente, por organizações não governamentais, fundações e organizações empresariais, entre outros, que atuam no setor produtivo tanto de origem quanto de destinação do produto. Sua certificação pode ou não estar sujeita a verificação por ente terceiro.

São também reconhecidos como barreiras não tarifárias ao livre-comércio e acabam sendo criados por atores não estatais com interesses diversos, com vistas à promoção da qualidade, à proteção ao consumidor, ao fomento de padrões trabalhistas, à educação alimentar e nutricional (rotulagem) ou à defesa do meio ambiente.

De maneira mais específica, a promoção de práticas sustentáveis, por oferecer resposta mais ágil a interesses de segmentos diversos da sociedade, teve crescimento significativo. Ao aplicar as exigências dos padrões privados de sustentabilidade, o produtor ou prestador de serviço pode acrescentar um selo à embalagem do seu produto ou demonstrativo do seu trabalho – o que pode incluir formas de certificação. Mediante esse selo, comunica-se ao consumidor, de forma visual, o cumprimento de orientações de sustentabilidade.

Com a crescente preocupação com os impactos negativos que as atividades econômicas podem provocar no meio ambiente e no bem-estar da sociedade, padrões privados são utilizados como ferramentas para promover a sustentabilidade na cadeia produtiva e de prestação de serviços. A utilização de padrões privados fundamentados na promoção de sustentabilidade é motivada também por requisitos impostos pelo país de destino das exportações ou pela intenção do produtor ou do prestador de serviço de inserir seu produto de forma positiva nas cadeias globais.

Verifica-se um significativo e progressivo avanço do número de padrões privados relacionados à sustentabilidade, bem como um aumento da sua aplicação ao redor do mundo. Diante da relevância do tema, o *International Trade Centre* (ITC), em Genebra, desenvolveu um amplo projeto que se propôs a mapear os padrões privados criados pelos principais países desenvolvidos, estimando que, atualmente, existem mais de 230 exigências dessa natureza em operação<sup>3</sup>.

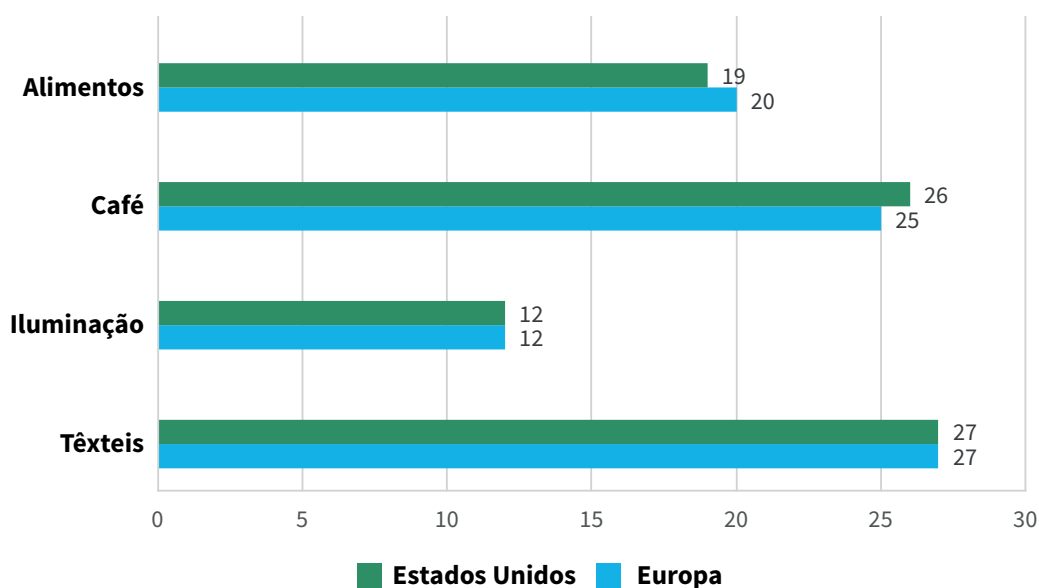
2 O conceito de “exigências privadas” pode ser analisado com diferentes objetivos e engloba várias definições: padrões privados, normas voluntárias de sustentabilidade e *standards* privados de sustentabilidade. No contexto do presente trabalho, será adotada a expressão “padrões privados”. Ao se referir a normas voluntárias cujo cumprimento é exigido por agentes de mercado, este estudo adotará a expressão “padrões privados”, apesar da ausência de consenso sobre a terminologia mais adequada para lidar com o tema – inclusive na Organização Mundial do Comércio (OMC), onde os membros não alcançaram um consenso sobre uma definição de trabalho para a nomenclatura “SPS-related private standards” (G/SPS/GEN/1334/Rev.1; G/SPS/55). Enquanto a utilização da expressão “normas voluntárias” é defendida por parte da literatura, em face da possível existência de sinergias e modelos híbridos de governança entre agentes públicos e organizações normalizadoras privadas, outras propostas também preveem o uso da expressão “padrões de mercado” (*market standards*).

3 INTERNATIONAL TRADE CENTRE. **Standards Map**. Disponível em: <https://standardsmap.org/en/identify?origin=Brazil&destination=&typology=&products=&name=>. Acesso em: 30 jan. 2024. A pesquisa foi realizada utilizando o filtro de entidade privada, com o intuito de identificar o número de padrões privados mapeados pelo *Standards Map*, uma vez que a plataforma também contém padrões públicos e internacionais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) também vem discutindo o tema desde 2005<sup>4</sup>, uma vez que a questão dos padrões privados foi levada à Organização por muitos países que consideraram tais medidas como barreiras ao comércio. Mas, uma vez que tais exigências possuem caráter privado, as discussões não avançaram, em face do difícil enquadramento do tema nas regras da Organização<sup>5</sup>.

Em que pesem as preocupações discutidas no âmbito da OMC acerca dos possíveis obstáculos impostos pelos padrões privados, observa-se que o impacto dessas medidas pode ser conflitante. Se, de um lado, podem funcionar como barreiras ao comércio internacional, especialmente para pequenas e médias empresas de países em desenvolvimento, por outro, podem facilitar o acesso a determinados mercados consumidores mais exigentes. Para compreendê-los sob uma ótica mais ampla, é necessário analisar a aplicação desses padrões em nível setorial, a fim de captar as peculiaridades pertinentes a cada setor.

Segundo o *Standards Map*, do *International Trade Centre* (ITC), para os setores analisados no presente trabalho pode ser identificado um número significativo de padrões, conforme consta na Figura 1<sup>6</sup>:



**Figura 1.** Quantidade de padrões privados exigíveis a produtos brasileiros de acordo com o mercado importador. Fonte: International Trade Centre (ITC). *Standards Map*. Disponível em: <https://standardsmap.org/en/identify>. Acesso em: 26 mar. 2024. Elaboração própria.

4 O início dos debates sobre padrões privados na OMC pode ser encontrado, por exemplo, no documento G/SPS/R/37, que apresenta o resumo do encontro do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitosanitárias em 29 e 30 de junho de 2005. O documento pode ser acessado no link <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/G/SPS/R37.pdf&Open=True>. O debate reapareceu, no fim de 2005, em um novo encontro do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitosanitárias em 24 de outubro de 2005. O documento que registra o debate pode ser acessado no link <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=Q:/G/SPS/R39.pdf&Open=True>.

5 Os padrões privados podem provocar assimetrias entre as diferentes partes da cadeia de valor, na medida em que os principais atores privados podem controlar de maneira mais eficaz a criação de requisitos que vinculam o nível primário do ciclo de produção e atingem setores nos quais há um elevado nível de difusão. Consequentemente, os atores têm gradualmente perdido autonomia e encontram-se sujeitos a medidas regulatórias, sobretudo as pequenas e médias empresas, que podem ter de suportar maiores gastos de produção para conseguirem se adaptar às necessidades privadas. Por esta razão, vários países têm defendido uma regulação mais clara dos padrões privados no sistema multilateral de comércio. Contudo, este tema não só não foi inserido no atual mandato das rodadas de negociações de Doha, como também enfrentou uma resistência significativa a um debate mais aprofundado dentro dos comitês temáticos da OMC.

6 Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de alimentos na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: setor (selecionando-se, nesse campo, a opção “processed food”); origem (selecionando a opção “Brazil”); destino (selecionando a opção “Estados Unidos”/“Europa”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de café solúvel na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: produto (selecionando-se, nesse campo, a opção “coffee”); origem (selecionando a opção “Brazil”); destino (selecionando a opção “Estados Unidos”/“Europa”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de iluminação na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: produto (selecionando-se, nesse campo, a opção “electricity or gaz”); origem (selecionando a opção “Brazil”); destino (selecionando a opção “Estados Unidos”/“Europa”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor têxtil na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: setor (selecionando-se, nesse campo, a opção “textiles”); origem (selecionando a opção “Brazil”); destino (selecionando a opção “Estados Unidos”/“Europa”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).



Observa-se razoável quantidade de padrões que podem ser exigidos, pelos Estados Unidos e pela Europa, de produtos provenientes do Brasil. A leitura dessa perspectiva demonstra ou, pelo menos, indica a possibilidade de ser exigida uma variedade de procedimentos, metodologias, regras e processos diferentes de produtos brasileiros. É relevante ressaltar que muitos dos padrões criados nos EUA e na Europa são utilizados por um número significativo de outros países.<sup>7</sup>

A pertinência do presente trabalho sobre o tema decorre de dois fatores principais. Em primeiro lugar, estudos sobre os impactos dos padrões privados na competitividade e na produtividade das empresas exportadoras possuem lacunas na medida em que alguns padrões privados são específicos para cada tipo de contexto, a depender de aspectos geográficos, institucionais ou decorrentes da própria cadeia de valor. Em segundo lugar, existe o desafio de produzir resultados metodologicamente comparáveis quanto ao nível de agregação aplicado nos mapeamentos existentes. Em razão desses aspectos, busca-se aprofundar a análise do impacto dessas exigências sobre os setores industriais brasileiros e aferir os benefícios e os desafios relacionados à adoção de padrões privados pelas empresas exportadoras brasileiras.

A fim de atender a tais objetivos, o estudo avalia tanto aspectos que atingem de maneira uniforme o setor produtivo exportador quanto elementos próprios dos segmentos selecionados (alimentos, café solúvel, iluminação e têxteis e confecções), os quais são direta ou potencialmente atingidos por padrões privados nas exportações brasileiras.

---

<sup>7</sup> A adequação aos *standards* da UE é perceptível no atual interesse da indústria global. Ao cumprirem os ambiciosos padrões da UE, os produtores de todo o mundo evitam linhas de produção duplicadas. Se estiverem em conformidade com os padrões da UE, cumprem automaticamente requisitos menos exigentes de outros países. Este é, particularmente, o caso das indústrias que constituem uma parte menor das cadeias de abastecimento globais mais amplas. A conformidade com padrões da UE é apresentada com mais detalhes em: <https://www.teneo.com/insights/articles/europe-in-the-world-from-soft-power-to-rule-maker/>. A presença dos padrões dos EUA na prática comercial de outros países é perceptível nas atividades de comércio internacional e desenvolvimento do Instituto Nacional Americano de Normalização (ANSI). Elas atingem a América do Norte, América Central, América do Sul, Europa, África e Ásia. Exemplos de atividades são a cooperação com organizações nacionais de normalização e a criação de parcerias de capacitação. A explicação com mais detalhes da atuação da ANSI pode ser encontrada em: <https://www.ansi.org/trade-development/standardization/regions>.

# CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Em 2021, a Fiesp e o Ciesp, por meio de questionário eletrônico, realizaram uma sondagem junto a entidades de classe do setor produtivo e empresas, com vistas a compreender a percepção do setor privado a respeito, entre outros aspectos, do papel exercido pelas normas voluntárias de sustentabilidade sobre as exportações brasileiras. Os respondentes avaliaram que a adesão a padrões privados facilita a entrada em novos mercados estrangeiros. A título de exemplo, 47% dos respondentes indicaram já ter deixado de exportar por ausência de certificação específica, enquanto 43% afirmaram que a adesão a normas voluntárias era requerida para o acesso das exportações brasileiras a terceiros mercados com uma frequência média ou alta.

Em 2022, com o objetivo de qualificar aspectos identificados na sondagem realizada em 2021, a Fiesp e o Ciesp conduziram, junto a sindicatos e associações do setor produtivo, entrevistas sobre o tema das barreiras técnicas ao comércio, incluindo o impacto das normas voluntárias para as exportações brasileiras<sup>8</sup>. A consulta concluiu que, apesar de **facilitar a entrada a mercados estrangeiros e contribuir para uma percepção positiva da imagem do produto brasileiro no exterior**, o processo de **adesão a padrões privados é custoso**, podendo constituir um empecilho para a efetivação de negócios.

Em complemento a esses esforços de identificação e superação dos entraves regulatórios impostos às exportações brasileiras, o presente estudo busca aprofundar o exame do impacto dos padrões privados sobre a indústria brasileira, **aferindo de maneira detalhada os benefícios e os desafios relacionados à adesão a essas exigências pelos setores exportadores brasileiros**. A análise apresentada visa contribuir para o processo de elaboração de políticas públicas relacionadas à incorporação dos padrões privados ao processo produtivo das firmas industriais, quando desejável e oportuno, e à mitigação de seus eventuais efeitos nocivos.

A sondagem baseia-se em consulta ao setor produtivo mediante a aplicação de questionários e realização de abordagens técnicas. Os questionários possuem um rol comum de perguntas, com vistas a permitir a comparabilidade entre as respostas obtidas – o teor das questões consta no Apêndice. Participaram da pesquisa quatro entidades do setor produtivo que representam os segmentos de massas alimentícias, pães e bolos industrializados; café solúvel; luminárias; e têxtil e de confecção.

O estudo também é pautado na revisão de literatura aplicável à agenda de padrões privados e comércio, incluindo aspectos como barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, ambientais ou relativas a fatores de sustentabilidade.

Ademais, foram promovidas consultas a relatórios setoriais e ao *Standards Map* do *International Trade Centre* (ITC), com o intuito de mapear os padrões privados aplicáveis a cada setor objeto da análise. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, na sigla em inglês) e o *International Trade Centre* (ITC, na sigla em inglês) de Genebra desenvolveram um projeto de mapeamento de padrões privados denominado *Standards Map*. Um dos objetivos da plataforma é ajudar grandes companhias, bem como pequenas e médias empresas (PMEs), no desenvolvimento de um roteiro para incorporar os requisitos de sustentabilidade exigidos por compradores internacionais.<sup>9</sup> O *Standards Map* do ITC constitui mecanismo destacado que conduz e divulga comparações e avaliações entre padrões privados concorrentes. Atualmente, o mapa conta com mais de 230 padrões<sup>10</sup> privados e programas de certificação<sup>11</sup>.

8 FEDERAÇÃO E CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Barreiras Técnicas ao Comércio: Estudo de Qualificação dos Principais Desafios identificados pela Fiesp e pelo Ciesp**. 2022. Disponível em: <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2022/08/file-20220810185926-derex-barreiras-tecnicas-novo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

9 CONNECTAMERICAS. *Standards Map: The complete guide to voluntary sustainability standards in international trade*. Disponível em: <https://connectamericas.com/service/standards-map-complete-guide-voluntary-sustainability-standards-international-trade>. Acesso em: 02 jan. 2024.

10 INTERNATIONAL TRADE CENTRE. **Standards Map**. Disponível em: <https://standardsmap.org/en/identify?origin=Brazil&destination=&typology=&products=&name=>. Acesso em: 30 jan. 2024.

A pesquisa foi realizada utilizando o filtro de entidade privada, com o intuito de identificar o número de padrões privados mapeados pelo *Standards Map*, uma vez que a plataforma também contém padrões públicos e internacionais.

11 Naiki, 2020, p. 16.

O banco de dados *online* do *Standards Map* oferece informações detalhadas sobre diferentes exigências: primeiramente, um usuário seleciona um produto ou setor, o país produtor e o mercado de destino; o banco de dados então lista os padrões relevantes que correspondem ao negócio do usuário. De acordo com o banco de dados, é possível que os usuários comparem os padrões listados em termos de requisitos substantivos em cinco áreas da “sustentabilidade” – ambiental, social, econômica, qualidade e ética<sup>12</sup>. Além disso, os usuários podem comparar os padrões de acordo com os requisitos do processo em quatro áreas: padrões (no sentido do processo de definição e revisão de exigências), auditorias, reivindicações e rotulagem e suporte (incluindo a disponibilidade e acessibilidade de assistência técnica e financiamento para usuários)<sup>13</sup>.

O projeto *Standards Map* desempenha duas importantes funções para a metarregulação<sup>14</sup>. Primeiro, a avaliação comparativa por meio do *Standards Map* apresenta aos produtores, compradores e varejistas uma seleção de padrões privados, permitindo-lhes selecionar aqueles que são mais apropriados para seus negócios. Em segundo lugar, como o *Standards Map* oferece um índice para comparar as exigências de sustentabilidade existentes, os atores privados responsáveis pela sua definição também podem encontrar e perceber as lacunas que seus padrões regulatórios podem possuir em relação a outros. A divulgação de informações por meio de comparações permite que padrões privados mais fracos e inferiores sejam divulgados e criticados, o que poderia gerar pressão pública para melhorá-los<sup>15</sup>.

Cumprir ressaltar que o processo de inclusão de exigências no *Standards Map*, na maioria das vezes, depende da iniciativa das próprias organizações que as elaboram. A solicitação é analisada por especialistas do ITC, além da participação de organizações de normalização, em um processo que dura de três a seis meses, no qual é observado se os padrões em análise cumprem com, pelo menos, um dos pilares do desenvolvimento sustentável, sendo eles: social, ambiental, econômico e/ou com foco em ética ou gestão da qualidade<sup>16</sup>.

A plataforma conta com uma base de dados de 1.650 indicadores em matéria de performance ambiental, social, operacional, de qualidade e de ética e de gerenciamento. Por meio desses indicadores, é possível realizar ações de *benchmarking* entre os padrões do *Standards Map*. As informações inseridas na base são atualizadas regularmente, no máximo a cada dois anos<sup>17</sup>.

Como resultado da revisão de literatura, da consulta a publicações dos segmentos produtivos analisados e ao *Standards Map* e da aplicação de questionários, o presente estudo apresenta, de maneira comparativa, as informações para cada setor respondente. As informações constantes incluem: dados econômicos do setor em análise; informações sobre a associação do setor; identificação das melhores práticas de empresas brasileiras no setor; uso dos padrões privados de acordo com as informações disponibilizadas pela entidade; mapeamento dos padrões aplicáveis ao setor pelo *Standards Map* do ITC; principais desafios identificados; e conclusões. A ordem na qual os setores foram dispostos não indica primazia ou hierarquia entre eles.

---

12 Naiki, 2020, p. 16.

13 O formato de disponibilização das informações permite aos produtores revisar e analisar vários requisitos e processos relativos aos padrões. A divulgação de informações pode contribuir ainda para a metarregulação, incentivando atores privados criadores de exigências a aumentarem a credibilidade por meio da melhoria de seus padrões. Em particular, a divulgação de informações por meio do banco de dados *online* do ITC *Standards Map* pode ser uma ferramenta poderosa para moldar a qualidade das exigências regulatórias, na medida em que a simples divulgação pode expor as melhores e as piores práticas, estruturar a atenção e facilitar o aprendizado (Naiki, 2020, p. 21).

14 Naiki, 2020, p. 17.

15 Naiki, 2020, p. 17.

16 Tendo em vista, portanto, que a inclusão de um padrão privado no *Standards Map* depende da iniciativa da organização que o elaborou, as exigências mapeadas pelo ITC não são, necessariamente, representativas das melhores práticas internacionais, tampouco devem ser consideradas como obrigatórias para acesso a mercados estrangeiros. Nesse sentido, a comparação realizada no presente estudo entre os padrões indicados no *Standards Map* e aqueles mencionados pelas entidades não tem como objetivo ser taxativa quanto às exigências que os exportadores brasileiros devem cumprir, uma vez que a aderência a padrões privados deve ser entendida como uma decisão estratégica e particular ao contexto das firmas exportadoras para ampliação dos negócios, considerando o produto a ser exportado, o país de destino de interesse e as especificidades de cada mercado consumidor.

17 INTERNATIONAL TRADE CENTRE. **Standards Map – Knowledge base**. Disponível em: <https://resources.standardsmap.org/knowledge/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

# ANÁLISE SETORIAL

## 1. Padrões privados no setor de alimentos no Brasil

### 1.1. Dados econômicos da indústria de alimentos no Brasil

A Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (ABIMAPI) representa as indústrias de biscoitos, massas alimentícias, pães, bolos industrializados e farinha de trigo domésticas. Essas indústrias geram mais de 100.000 empregos diretos e possuem ao todo mais de 2.000 fábricas representadas espalhadas pelo Brasil. Seu objetivo é fortalecer e consolidar as categorias de biscoito, macarrão, pão e bolo industrializados nos cenários nacional e internacional.<sup>18</sup> Na área de comércio exterior, a associação possibilita às empresas acesso às certificações privadas, além da documentação necessária para exportação, a exemplo do certificado de livre venda e do certificado de origem e apoio a temas regulatórios para exportação.<sup>19</sup> Em 2022, as categorias contempladas pela ABIMAPI alcançaram um faturamento recorde de US\$ 273,3 milhões nas exportações.<sup>20</sup>

### 1.2. A Associação no setor de alimentos

A ABIMAPI, em sua cartilha sobre certificações privadas internacionais para alimentos, explica quais são as boas práticas de qualidade e segurança existentes que incidem nos processos, produtos e insumos produtivos. A associação esclarece inicialmente que, para obter um selo certificador e estampá-lo na embalagem de produtos, é necessário que seja aferido por uma instituição certificadora reconhecida no mercado, tornando-a corresponsável por todas as informações e afirmações implícitas no selo, e que, para obter uma certificação, a empresa precisa investir tempo, energia e recursos, além de adotar novos métodos, suprimentos, e adaptar algumas práticas<sup>21</sup>.

### 1.3. Mapeamento do ITC: Padrões relacionados à indústria de alimentos

O *International Trade Centre* (ITC), por meio de sua base de dados *Standards Map*, apresenta normas voluntárias de sustentabilidade e certificações aplicáveis à indústria de alimentos. A Tabela 1<sup>22</sup> descreve essas exigências.

**Tabela 1.** Padrões privados, certificações ou diretrizes aplicáveis à indústria de alimentos brasileira identificados pelo ITC. Fonte: *International Trade Centre*. Elaboração própria. Acesso em: 8 fev. 2024.

| NOME DO PADRÃO PRIVADO, DA CERTIFICAÇÃO OU DAS DIRETRIZES | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alliance for Water Stewardship                            | A AWS é uma colaboração global de membros que inclui empresas, ONGs e o setor público. Seus membros contribuem para a sustentabilidade dos recursos hídricos locais por meio da adoção e promoção de uma estrutura universal para o uso sustentável da água – o Padrão Internacional de Gestão da Água, ou Padrão AWS – que impulsiona, reconhece e recompensa o bom desempenho na gestão da água. |

18 ABIMAPI. Sobre nós. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/nossa-casa-institucional.php>. Acesso em: 15/12/2022.

19 ABIMAPI. Mercado Internacional. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/como-atuamos-mercado-internacional.php>. Acesso em: 16/12/2022.

20 GIRONews. Faturamento Milionário. Indústrias de massas e biscoitos batem recorde de exportação. Disponível em: <https://www.gironews.com/informacoes-de-fornecedores/faturamento-milionario-71215/>. Acesso em: 13/02/2024.

21 ABIMAPI. Cartilha Certificações Privadas Internacionais para Alimentos. São Paulo: ABIMAPI, 2018, p. 1.

22 Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de alimentos na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: setor (selecionando-se, nesse campo, a opção “processed food”); origem (selecionando a opção “Brazil”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

|                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>BRCGS Ethical Trade and Responsible Sourcing</b>                          | Os requisitos do padrão abrangem seis princípios, proporcionando aos locais uma estrutura sobre a qual podem construir o seu próprio comércio ético e sistema de gestão de fornecimento responsável. Isto lhes permite garantir que as suas obrigações legais são cumpridas, que as suas instalações são seguras, saudáveis e não prejudicam as pessoas que nelas trabalham ou as visitam, e que o emprego e os direitos humanos dos seus funcionários são respeitados, sejam eles temporários ou permanentes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>BRCGS Food Safety</b>                                                     | O padrão é uma norma técnica desenvolvida pelas partes interessadas para permitir que os fabricantes demonstrem que estão operando com altos padrões de segurança alimentar e gerenciamento de qualidade. Hoje é globalmente reconhecido nas categorias alimentares e não alimentares e opera o esquema de certificação de terceiros mais rigoroso de seu tipo. Sua mensagem é clara, mostrar que tem os esquemas mais rigorosos e os auditores mais bem treinados, dando ao consumidor os melhores resultados possíveis. Os Padrões Globais para Segurança Alimentar, Embalagem e Materiais de Embalagem, Armazenamento e Distribuição, Produtos de Consumo, Agentes e Corretores, Varejo e Sem Glúten definem a referência para boas práticas de fabricação e ajudam a fornecer garantia aos clientes de que os produtos são seguros, legais e de alta qualidade. O BRCGS é um programa líder de proteção de marcas com foco na certificação de segurança e qualidade, utilizado por mais de 30.000 fornecedores certificados em mais de 130 países, com certificação emitida por meio de uma rede mundial de Organismos de Certificação credenciados. |
| <b>BRCGS Inocuidad Alimentaria</b>                                           | O padrão é uma norma voluntária desenvolvida pelas partes interessadas para permitir que os fabricantes demonstrem que estão operando de acordo com padrões elevados de segurança alimentar e gestão de qualidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Bio-Knospe</b>                                                            | Bio-Knospe é o padrão de agricultores e jardineiros orgânicos suíços que busca uma agricultura e produção de alimentos que sejam sustentáveis para as pessoas, os animais e o meio ambiente. O padrão é aplicado para alimentos provenientes da agricultura biológica com pelo menos 10% de conteúdo importado. Trata-se de selo da organização guarda-chuva dos produtores da Bio Suisse.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Carbon Trust Product Footprint Certification</b>                          | A Carbon Trust Certification é acreditada pelo Serviço de Acreditação do Reino Unido (UKAS), de acordo com a norma ISO 14065:2007, para fornecer verificação de gases de efeito estufa em relação ao padrão PAS 2050 e ao Código de Boas Práticas. A Especificação Publicamente Disponível (PAS) 2050 visa fornecer um método consistente e aplicável internacionalmente para quantificar as pegadas de carbono dos produtos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Climate, Community &amp; Biodiversity Standards</b>                       | Os padrões Climate, Community & Biodiversity (CCB) são usados para identificar projetos que abordam simultaneamente as alterações climáticas, apoiam as comunidades locais e os pequenos agricultores e conservam a biodiversidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Comercio Justo Internacional – Organizaciones de Pequeños Productores</b> | O padrão do Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores aplica-se a organizações agrícolas de pequena escala que fornecem produtos com o selo Comércio Justo. O padrão fornece um quadro para os pequenos agricultores criarem organizações resilientes e inclusivas, melhorarem o seu desempenho agrícola e gerarem mais benefícios para os seus membros e para as suas comunidades.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>EcoVadis</b>                                                              | A metodologia de avaliação de sustentabilidade da EcoVadis está no centro de suas classificações e <i>scorecards</i> e é uma avaliação de quão bem uma empresa integrou os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa em seu negócio e sistema de gestão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Ethical Trading Initiative</b>                                            | O Código Base Ethical Trading Initiative (ETI) é um código de práticas trabalhistas, derivado das Convenções da OIT. O código é genérico, o que significa que é aplicável a qualquer tipo de empresa, em qualquer lugar do mundo. As empresas podem tornar-se membros da ETI e, como tal, adotar o Código Base e comprometer-se a garantir que os seus fornecedores trabalhem no sentido do cumprimento total ao longo do tempo. O Código Base é aplicado principalmente para a gestão de práticas trabalhistas em cadeias de valor internacionais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

|                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fair Labor Association</b>                                             | O Código de Conduta e os Benchmarks de Conformidade no Local de Trabalho da FLA definem padrões trabalhistas que visam alcançar condições de trabalho decentes e humanas em fábricas e instalações de produção. As normas do Código baseiam-se nas normas da Organização Internacional do Trabalho e nas boas práticas trabalhistas aceitas internacionalmente. Também criou um processo independente de monitoramento, remediação e verificação para alcançar a conformidade com o código.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Fair for Life</b>                                                      | O padrão de certificação Fair for Life para Comércio Justo e cadeias de valor responsáveis oferece aos operadores de projetos socialmente responsáveis uma solução para inspeção e certificação de terceiros neutros em termos de marca na produção inicial, fabricação e comercialização. Combina padrões sociais rigorosos e de comércio justo com adaptação às condições locais. O sistema foi concebido tanto para produtos alimentares como para produtos não alimentares.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Food Safety System Certification 22000</b>                             | Esquema de certificação completo para Sistemas de Gestão de Segurança Alimentar (FSMS) totalmente baseado no padrão internacional independente ISO 22000, com especificações técnicas ISO próprias do setor para programa de pré-requisito (PRP) e requisitos adicionais do esquema. O FSSC 22000 é o único esquema de certificação FSMS baseado na ISO que é reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI). Diferentes métodos de entrega de auditoria estão disponíveis como auditoria completa no local, auditoria combinada que consiste em um componente remoto e no local, bem como uma opção de auditoria remota completa. A opção de auditoria remota completa só pode ser usada quando as instalações da organização não puderem ser acessadas como resultado direto de um evento grave, por exemplo, a pandemia de COVID-19. |
| <b>For Life</b>                                                           | O padrão de Certificação For Life para Responsabilidade Social Corporativa oferece aos operadores de projetos socialmente responsáveis uma solução para inspeção e certificação de terceiros neutros em termos de marca na produção inicial, fabricação e comercialização. Combina padrões sociais e ambientais rigorosos com adaptabilidade às condições locais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Global Reporting Initiative (GRI)</b>                                  | Os relatórios GRI são produzidos em mais de 100 países. A GRI trabalha com empresas com receitas superiores ao PIB de países inteiros e com cadeias de valor que se estendem por todo o mundo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>IFOAM Standard</b>                                                     | Os padrões IFOAM são compostos de três documentos: os Objetivos e Requisitos Comuns dos Padrões Orgânicos (COROS) – Requisitos dos Padrões IFOAM; o Padrão IFOAM para Produção e Processamento Orgânico; e os Requisitos de Acreditação IFOAM para Organismos que Certificam a Produção e Processamento Orgânico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>IFS Food</b>                                                           | O IFS Food é um padrão reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI) para auditoria da segurança alimentar e da qualidade de processos e produtos de fabricantes de alimentos. Ele é aplicado a empresas de processamento de alimentos ou empresas que embalam produtos alimentícios a granel. O padrão aplica-se quando os produtos são “processados” ou quando há risco de contaminação do produto durante a embalagem primária. O padrão contém muitos requisitos relacionados à conformidade com as especificações e apoia os esforços de produção e marketing para segurança e qualidade da marca.                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>LIFE Certification</b>                                                 | A Certificação LIFE visa reconhecer e agregar valor a organizações de qualquer porte e setor que desenvolvam ações efetivas e voluntárias de conservação da biodiversidade. A metodologia compreende uma abordagem qualitativa, aplicada à gestão organizacional; e uma abordagem quantitativa que estabelece o desempenho mínimo e avalia a eficácia das ações de conservação realizadas pela organização.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Principles of Fair Labor &amp; Responsible Production and Sourcing</b> | A Fair Labor Association (FLA) oferece treinamento e ferramentas para desenvolver experiência nas empresas e impulsionar a inovação nas práticas comerciais, melhorando, em última análise, as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores que fabricam os produtos à venda. Ela fornece orientação direcionada a empresas que trabalham para obter a acreditação FLA e treinamento contínuo para companhias acreditadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |

|                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>SMETA Audit</b>                                   | SMETA (Auditoria Comercial Ética dos Membros da Sedex) é o padrão de auditoria social da Sedex que as empresas podem usar para avaliar as condições de trabalho de um fornecedor nas áreas de trabalho, saúde e segurança, meio ambiente e ética empresarial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Safe Quality Food Program</b>                     | O Instituto Safe Quality Food (SQFI) criou o Programa de Qualidade projetado para monitorar e controlar as ameaças relacionadas à qualidade dos alimentos. Esse programa é mais adequado para locais que já implementaram um Plano de Segurança Alimentar SQF robusto e bem-sucedido. Além disso, o Programa de Qualidade SQF pode ser implementado em conjunto com o Programa de Segurança Alimentar SQF. O Código de Qualidade SQF usa o método Codex HACCP para identificar e controlar ameaças à qualidade e aborda os controles de processo para monitorar a qualidade do produto, identificar desvios dos parâmetros de controle e definir as correções necessárias para manter os processos sob controle. O Código de Qualidade SQF é aplicável a todos os setores da cadeia de abastecimento de alimentos, desde a produção primária até o varejo de alimentos e a fabricação de embalagens de alimentos. O Código de Qualidade SQF baseia-se nos elementos do sistema definidos nos vários Códigos de Segurança Alimentar SQF. Os locais que buscam obter a certificação para o Código de Qualidade SQF devem primeiro ser certificados com o Código de Segurança Alimentar SQF aplicável para seu setor industrial. O Programa SQF é reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI) e vincula a certificação de produção primária à fabricação de alimentos, distribuição e certificação de gerenciamento de agentes e corretores. Os padrões do SQFI incluem o Código SQF Alimentos Seguros e o Programa de Certificação Sem Glúten de Fornecimento Ético de Alimentos Seguros (GFCP). |
| <b>Social Accountability International – SA 8000</b> | A SAI capacita trabalhadores e gestores em todos os níveis de negócios e cadeias de valor, usando seu padrão SA8000® multissetorial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Unilever Sustainable Agriculture Code</b>         | O Código de Agricultura Sustentável da Unilever é um conjunto de Boas Práticas que visa codificar aspectos importantes da sustentabilidade na agricultura e aplicá-los à cadeia de valor. O escopo e a ambição do Código refletem os objetivos do Plano de Vida Sustentável da Unilever, tornando-o fundamental para o negócio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Verified Carbon Standard</b>                      | O Programa VCS fornece o padrão e a estrutura para validação independente de projetos e programas e verificação de reduções e remoções de emissões de gases estufa, com base nas normas ISO 14064-2:2006, ISO 14064-3:2006 e ISO 14065:2013. O escopo do Programa VCS abrange todas as atividades relacionadas à geração de reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa, incluindo programas jurisdicionais e projetos REDD+ aninhados. O âmbito não inclui avaliações da pegada de carbono ou reivindicações de neutralidade carbônica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

#### 1.4. Papel dos padrões privados na superação dos desafios para o setor de alimentos no Brasil

O setor de alimentos tende a expandir-se com base em recentes projeções da OCDE. O crescimento da produção agrícola global total deve permanecer em 1,1% ao ano e o consumo global de alimentos em calorias está projetado para aumentar em 1,3% por ano na próxima década, embora seja um ritmo menor do que o da década anterior em razão do desaceleramento previsto no crescimento da população e da renda *per capita*.<sup>23</sup> Por outro lado, a OCDE demonstrou recentemente preocupação com a segurança alimentar global em razão do aumento exponencial dos preços dos insumos agrícolas, o que é perceptível na elevação dos custos dos fertilizantes.<sup>24</sup>

No período da pandemia, as mudanças no mercado de alimentação foram também aceleradas ou revistas. O serviço de alimentação precisou adaptar-se para o enfrentamento de desafios e da introdução de conveniência e novas experiências para consumidores que apresentam exigências cada vez maiores e estão conscientes sobre hábitos de vida mais saudáveis. Em uma perspectiva mais ampla existe o debate sobre como tornar sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.

23 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e ORGANIZAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. OECD-FAO Agricultural Outlook 2023-2032. Paris: OECD Publishing, 2023, p. 17-18.

24 Idem, p. 17.



## 1.5. Conclusões

O setor da indústria de alimentos corresponde a 10,6% do PIB e é o maior segmento industrial do País. A ABIMAPI representa diversos subsetores que integram a indústria alimentícia. Em matéria de sustentabilidade, a entidade possibilita às empresas o acesso a certificações privadas, participa em processos de elaboração de normas, fornece suporte técnico-regulatório e monitoramento da legislação com foco na segurança alimentar e atua nas iniciativas Dê a Mão para o Futuro<sup>25</sup> e Dia Mundial contra o Desperdício<sup>26</sup>.

As empresas do setor atuam na promoção de qualidade, segurança e sustentabilidade. Os esforços da indústria de alimentos em prol da sustentabilidade incidem principalmente na redução da pegada de carbono, na busca do aumento da sustentabilidade dos ingredientes por meio do fornecimento sustentável dos insumos que compõem os produtos alimentícios industrializados e no aumento da eficiência no uso da água.

---

25 O programa Dê a Mão Para o Futuro passou a ser denominado Mãos Pro Futuro. Seu objetivo é gerar o aumento dos índices de reciclagem no Brasil por meio de uma logística reversa socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente correta. Ele permite a representação do setor industrial por meio de suas instituições gestoras – ABIHPEC, ABIMAPI e ABIPLA. As ações nele inseridas são a prática da logística reversa por meio da estruturação, capacitação e divulgação das cooperativas e a comprovação do retorno de embalagens pós-consumo à indústria de matéria-prima.

26 A iniciativa Dia Mundial contra o Desperdício é uma ação promovida pela ABIMAPI durante o mês de abril de cada ano. Ela apresenta como objetivos provocar impacto social e ambiental e mobilizar, educar e estimular a alteração de comportamento da população em relação à epidemia de desperdício de alimentos que atinge o planeta.



## 2. Padrões privados no setor de café solúvel no Brasil

### 2.1. Dados econômicos do setor de café solúvel no Brasil

O setor de café solúvel brasileiro tem papel relevante nos mercados internacionais. Conforme dados disponíveis para o ano de 2020, o País é o maior produtor mundial, seguido por México, Índia, Coreia do Sul e Espanha. O Brasil produziu 122.209 toneladas do produto em 2020, o que representa mais de 5 milhões de sacas de 60 kg. A Tabela 2 ilustra a produção mundial de café.

**Tabela 2.** Maiores produtores de café solúvel em 2020. Fonte: ABICS, Relatório de Café Solúvel do Brasil de janeiro de 2022. Elaboração própria.

| PAÍSES        | TONELADAS | QUANTIDADE DE SACAS DE 60 KG |
|---------------|-----------|------------------------------|
| Brasil        | 122.209   | 5.295.725                    |
| México        | 63.715    | 2.760.994                    |
| Índia         | 59.673    | 2.585.831                    |
| Coreia do Sul | 55.822    | 2.418.962                    |
| Espanha       | 49.572    | 2.148.140                    |
| Rússia        | 43.129    | 1.868.905                    |
| Vietnã        | 42.495    | 1.841.447                    |
| Alemanha      | 42.345    | 1.834.944                    |
| China         | 38.929    | 1.686.928                    |
| Reino Unido   | 38.551    | 1.670.553                    |

Em termos do mercado externo, as exportações do produto estão demonstradas na Tabela 3. Entre 2020 e 2023, houve uma redução do total de café solúvel exportado de 7,76%. A categoria mais relevante é a de *spray dried*, que correspondeu a, aproximadamente, 76% das exportações, em 2023. As receitas cambiais das exportações somaram US\$ 701 milhões em 2023, o que representa decréscimo de 1,04% ante 2022.<sup>27</sup>

**Tabela 3.** Exportações de café solúvel (kg). Fonte: ABICS.

| PRODUTO            | 2020       | 2021       | 2022       | 2023       |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|
| Spray Dried        | 69.268.620 | 71.998.829 | 66.552.637 | 66.173.378 |
| Freeze Dried       | 17.852.622 | 19.901.215 | 17.907.386 | 18.054.920 |
| Extract            | 1.597.852  | 1.518.595  | 1.338.522  | 2.107.402  |
| Coffee Preparation | 5.079.523  | 1.003.625  | 342.442    | 180.478    |
| Total Acumulado    | 93.798.617 | 94.422.264 | 86.140.987 | 86.516.178 |

A produção brasileira, de relevância internacional, faz uso de uma série de padrões privados de diferentes fontes, em temáticas como sustentabilidade, certificação para orgânicos e outros padrões relacionados à segurança alimentar, a particularidades culturais e à qualidade do produto.

2.2. A Associação no setor de café solúvel

A Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (ABICS) é a entidade que reúne as principais empresas do setor de café solúvel. A ABICS ainda é membro da Plataforma Global do Café (GCP, na sigla em inglês) e do 4C, importante norma voluntária internacional, e mantém acordos com grupos de produtores de café para desenvolver plataformas digitais de rastreabilidade e sustentabilidade.<sup>28</sup>

2.3. Mapeamento do ITC: Padrões relacionados ao café

À medida que o Brasil expande suas exportações para diferentes mercados, torna-se relevante o levantamento dos padrões privados exigidos por diferentes organizações.

A partir do mapeamento da plataforma *Standards Map* do *International Trade Centre* (ITC), é possível listar alguns dos principais padrões privados usados internacionalmente no setor de café solúvel, conforme a tabela a seguir<sup>29</sup>.

Tabela 4. Padrões privados, certificações ou diretrizes aplicáveis às empresas de café solúvel brasileiras, segundo informações da plataforma do ITC. Fonte: ITC *Standards Map*. Elaboração própria. Acesso em: 10 fev. 2024.

| NOME DO PADRÃO PRIVADO, DA CERTIFICAÇÃO OU DAS DIRETRIZES | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alliance for Water Stewardship                            | A AWS é uma colaboração global de membros que inclui empresas, ONGs e o setor público. Seus membros contribuem para a sustentabilidade dos recursos hídricos locais por meio da adoção e promoção de uma estrutura universal para o uso sustentável da água – o Padrão Internacional de Gestão da Água, ou Padrão AWS –, que impulsiona, reconhece e recompensa o bom desempenho na gestão da água.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Bio-Knospe                                                | Bio-Knospe é o padrão de agricultores e jardineiros orgânicos suíços que busca uma agricultura e produção de alimentos que sejam sustentáveis para as pessoas, os animais e o meio ambiente. O padrão é aplicado para alimentos provenientes da agricultura biológica com pelo menos 10% de conteúdo importado. Trata-se de selo da organização guarda-chuva dos produtores da Bio Suisse.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| BRCGS Ethical Trade and Responsible Sourcing              | Os requisitos do padrão abrangem seis princípios, proporcionando aos locais uma estrutura sobre a qual podem construir o seu próprio comércio ético e sistema de gestão de fornecimento responsável. Isto lhes permite garantir que as suas obrigações legais são cumpridas, que as suas instalações são seguras, saudáveis e não prejudicam as pessoas que nelas trabalham ou as visitam, e que o emprego e os direitos humanos dos seus funcionários são respeitados, sejam eles temporários ou permanentes.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| BRCGS Food Safety                                         | O padrão é uma norma técnica desenvolvida pelas partes interessadas para permitir que os fabricantes demonstrem que estão operando com altos padrões de segurança alimentar e gerenciamento de qualidade. Hoje é globalmente reconhecido nas categorias alimentares e não alimentares e opera o esquema de certificação de terceiros mais rigoroso de seu tipo. Sua mensagem é clara, mostrar que tem os esquemas mais rigorosos e os auditores mais bem treinados, dando ao consumidor os melhores resultados possíveis. Os Padrões Globais para Segurança Alimentar, Embalagem e Materiais de Embalagem, Armazenamento e Distribuição, Produtos de Consumo, Agentes e Corretores, Varejo e Sem Glúten definem a referência para boas práticas de fabricação e ajudam a fornecer garantia aos clientes de que os produtos são seguros, legais e de alta qualidade. O BRCGS é um programa líder de proteção de marcas com foco na certificação de segurança e qualidade, utilizado por mais de 30.000 fornecedores certificados em mais de 130 países, com certificação emitida por meio de uma rede mundial de Organismos de Certificação credenciados. |
| BRCGS Inocuidad Alimentaria                               | O padrão é uma norma voluntária desenvolvida pelas partes interessadas para permitir que os fabricantes demonstrem que estão operando de acordo com padrões elevados de segurança alimentar e gestão de qualidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

28 ABICS. White Power. Disponível em WHITE-PAPER-POR (1).pdf. Acesso em 20/12/2022.

29 Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de café solúvel na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: produto (selecionando-se, nesse campo, a opção “coffee”); origem (selecionando a opção “Brazil”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

|                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Carbon Trust Product Foot-print Certification</b>                         | A Carbon Trust Certification é acreditada pelo Serviço de Acreditação do Reino Unido (UKAS) de acordo com a norma ISO 14065:2007 para fornecer verificação de gases de efeito estufa em relação ao padrão PAS 2050 e ao Código de Boas Práticas. A Especificação Publicamente Disponível (PAS) 2050 visa fornecer um método consistente e aplicável internacionalmente para quantificar as pegadas de carbono dos produtos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Climate, Community &amp; Biodiversity Standards</b>                       | Os padrões Climate, Community & Biodiversity (CCB) são usados para identificar projetos que abordam simultaneamente as alterações climáticas, apoiam as comunidades locais e os pequenos agricultores e conservam a biodiversidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Coffee Sustainability Reference Code</b>                                  | O Código de Referência de Sustentabilidade do Café serve como um guia para todos os cafeicultores que estão iniciando ou avançando em sua jornada de sustentabilidade, estabelecendo uma linguagem comum. O escopo é a produção e o processamento primário de café verde.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Comercio Justo Internacional – Organizaciones de Pequeños Productores</b> | O padrão Comércio Justo para Organizações de Pequenos Produtores aplica-se a organizações agrícolas de pequena escala que fornecem produtos com o selo Comércio Justo. O padrão fornece um quadro para os pequenos agricultores criarem organizações resilientes e inclusivas, melhorarem o seu desempenho agrícola e gerarem mais benefícios para os seus membros e para as suas comunidades.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>EcoVadis</b>                                                              | A metodologia de avaliação de sustentabilidade da EcoVadis está no centro de suas classificações e <i>scorecards</i> e é uma avaliação de quão bem uma empresa integrou os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa em seu negócio e sistema de gestão.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Ethical Trade Initiative</b>                                              | O Código Base Ethical Trading Initiative (ETI) é um código de práticas trabalhistas, derivado das Convenções da OIT. O código é genérico, o que significa que é aplicável a qualquer tipo de empresa, em qualquer lugar do mundo. As empresas podem tornar-se membros da ETI e, como tal, adotar o Código Base e comprometer-se a garantir que os seus fornecedores trabalhem no sentido do cumprimento total ao longo do tempo. O Código Base é aplicado principalmente para a gestão de práticas trabalhistas em cadeias de valor internacionais.                                                                                                                                                                                            |
| <b>FEMAS Responsible Sourcing Module 2021</b>                                | O módulo foi desenvolvido para fornecer garantia aos compradores de que os produtos que comprem provêm de uma cadeia de abastecimento que garante que foram adquiridos de forma responsável. Este Módulo baseia-se nos princípios de avaliação de riscos e boas práticas operacionais (agrícolas e de manufatura).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Fair Labor Association</b>                                                | O Código de Conduta e os Benchmarks de Conformidade no Local de Trabalho da FLA definem padrões trabalhistas que visam alcançar condições de trabalho decentes e humanas em fábricas e instalações de produção. As normas do Código baseiam-se nas normas da Organização Internacional do Trabalho e nas boas práticas trabalhistas aceitas internacionalmente. Também criou um processo independente de monitoramento, remediação e verificação para alcançar a conformidade com o código.                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Fair Trade USA APS for Large Farms and Facilities</b>                     | Baseado na simples ideia de que os produtos comprados e vendidos todos os dias estão ligados à subsistência de outros, o comércio justo é uma forma de fazer uma escolha consciente por um mundo melhor. A escolha de produtos Fair Trade Certified™ é uma opção para apoiar empresas responsáveis, capacitar agricultores, trabalhadores e pescadores e proteger o meio ambiente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Fair Trade USA APS for Small Farms and Facilities</b>                     | Baseado na simples ideia de que os produtos comprados e vendidos todos os dias estão ligados à subsistência de outros, o comércio justo é uma forma de fazer uma escolha consciente por um mundo melhor. A escolha de produtos Fair Trade Certified™ é uma opção para apoiar empresas responsáveis, capacitar agricultores, trabalhadores e pescadores e proteger o meio ambiente.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Fairtrade International – Agricultural Standards</b>                      | Os principais objetivos dos padrões do Fair Trade são os seguintes: garantir que os produtores recebam preços que cubram os seus custos médios de produção sustentável; fornecer um Prêmio Fairtrade adicional que pode ser investido em projetos que melhorem o desenvolvimento social, econômico e ambiental; permitir o pré-financiamento para os produtores que dele necessitam; facilitar parcerias comerciais de longo prazo e permitir maior controle do produtor sobre o processo comercial; e estabelecer critérios básicos e de desenvolvimento claros para garantir que as condições de produção e comércio de todos os produtos certificados Fairtrade sejam social e economicamente justas, bem como ambientalmente responsáveis. |

|                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>GLOBALG.A.P. Crops</b>                                                 | O padrão GLOBALG.A.P. Integrated Farm Assurance (IFA) cobre a certificação de todo o processo de produção agrícola do produto, desde antes de a planta estar no solo (pontos de controle de origem e material de propagação) ou desde quando o animal entra no processo de produção até o produto não processado (nenhum processamento, fabricação ou abate é coberto, exceto para o primeiro nível em aquicultura).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>GLOBALG.A.P. Risk Assessment on Social Practice (GRASP)</b>            | O padrão GLOBALG.A.P. Integrated Farm Assurance (IFA) cobre a certificação de todo o processo de produção agrícola do produto, desde antes de a planta estar no solo (pontos de controle de origem e material de propagação) ou desde quando o animal entra no processo de produção até o produto não processado (nenhum processamento, fabricação ou abate é coberto, exceto para o primeiro nível em aquicultura).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Global Reporting Initiative (GRI)</b>                                  | A GRI é uma organização internacional independente, com sede em Amsterdã, nos Países Baixos. A iniciativa serve como uma audiência global através de centros regionais no Brasil, China, Colômbia, Índia, África do Sul e EUA. Os relatórios da GRI são produzidos em mais de 100 países.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>IFOAM Standard</b>                                                     | Os padrões IFOAM são compostos de três documentos: os Objetivos e Requisitos Comuns dos Padrões Orgânicos (COROS) – Requisitos dos Padrões IFOAM; o Padrão IFOAM para Produção e Processamento Orgânico; e os Requisitos de Acreditação IFOAM para Organismos que Certificam a Produção e o Processamento Orgânico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>LIFE Certification</b>                                                 | Lasting Initiative For Earth (LIFE) Institute é uma instituição não governamental brasileira sem fins lucrativos, criada em 2009 num esforço coletivo da Fundación AVINA, da Fundação O Boticário para a Proteção da Natureza e da SPVS (Society for Wildlife Research and Environmental Education). Atualmente, outras instituições também aderiram. O Instituto LIFE é responsável pela gestão da Certificação LIFE que visa reconhecer e acrescentar valor a organizações de qualquer dimensão e setor que desenvolvam ações eficazes e voluntárias de conservação da biodiversidade. A metodologia parte de uma abordagem qualitativa, aplicada à gestão organizacional; e uma abordagem quantitativa, que estabelece o desempenho mínimo e avalia a eficácia das ações de conservação desenvolvidas pela organização.                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Principles of Fair Labor &amp; Responsible Production and Sourcing</b> | A FLA fornece orientação direcionada para empresas que trabalham para obter a acreditação FLA e treinamento contínuo para companhias acreditadas. Os membros da FLA concordam em submeter as suas cadeias de valor a avaliações e monitorização independentes como parte de um compromisso organizacional para defender padrões trabalhistas justos por meio da transparência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>PROFARM Production Standard</b>                                        | A Norma de Produção PROFARM foi desenvolvida em resposta à demanda do mercado por uma certificação e verificação à sustentabilidade ambiental e social na agricultura, suficientemente flexível e ágil para abarcar a escala de produção em termos de grandes áreas de cultivo e múltiplas culturas. O objetivo da Norma é encorajar a adoção mais ampla de boas práticas agrícolas. Isto abrange a proteção de áreas de alto valor de conservação, do ambiente e da biodiversidade em geral, e dos trabalhadores rurais, bem como das comunidades. É aplicável ao nível de produção agrícola de qualquer tipo de cultura.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Rainforest Alliance</b>                                                | <p>A Rainforest Alliance é uma rede de agricultores, silvicultores, comunidades, cientistas, governos, ambientalistas e empresas dedicada à conservação da biodiversidade e à garantia de meios de subsistência sustentáveis. Trata-se de uma organização internacional sem fins lucrativos que trabalha para construir florestas robustas, paisagens agrícolas saudáveis e comunidades prósperas através de uma colaboração criativa e pragmática. A Rainforest Alliance fundiu-se recentemente com a UTZ em nível mundial.</p> <p>Tem como objetivo restaurar as paisagens agrícolas, conservar as florestas, promover meios de subsistência sustentáveis e construir resiliência climática em regiões vulneráveis; transformar as práticas empresariais e impulsionar a inovação na cadeia de fornecimento, e envolver os consumidores em mudanças positivas. O cumprimento da Norma de Agricultura Sustentável RA é indispensável para a certificação agrícola e o direito de utilizar o selo Rainforest Alliance Certified™ em produtos agrícolas.</p> |
| <b>Social Accountability International – SA8000</b>                       | A SAI é uma organização não governamental global que promove os direitos humanos no trabalho. A visão da SAI é de trabalho decente, sustentada por um entendimento de que os locais de trabalho socialmente responsáveis beneficiam as empresas, ao mesmo tempo que garantem os direitos humanos fundamentais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>SAI Platform – Farm Sustainability Assessment FSA</b>                  | A Plataforma SAI é uma iniciativa da indústria alimentar destinada a contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável em todo o mundo. As suas atividades estão abertas a participantes da cadeia alimentar, incluindo agricultores cujo envolvimento é crucial para o sucesso da concepção e implementação de práticas agrícolas sustentáveis.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |

|                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>SMETA Audit</b>                                   | SMETA ( <i>Sedex Members Ethical Trade Audit</i> ) é a norma de auditoria social da Sedex pela qual as empresas podem avaliar as condições de trabalho de um fornecedor nas áreas do trabalho, saúde e segurança, ambiente e ética empresarial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Safe Quality Food Program</b>                     | O Instituto Safe Quality Food (SQFI) criou o Programa de Qualidade projetado para monitorar e controlar as ameaças relacionadas à qualidade dos alimentos. Este programa é mais adequado para locais que já implementaram um Plano de Segurança Alimentar SQF robusto e bem-sucedido. Além disso, o Programa de Qualidade SQF pode ser implementado em conjunto com o Programa de Segurança Alimentar SQF. O Código de Qualidade SQF usa o método Codex HACCP para identificar e controlar ameaças à qualidade e envolve um sistema de gestão para monitorar a qualidade do produto, identificar desvios dos parâmetros de controle e definir as correções necessárias para manter os processos em conformidade. O Código de Qualidade SQF é aplicável a todos os setores da cadeia de abastecimento de alimentos, desde a produção primária até o varejo e a fabricação de embalagens. O Código de Qualidade SQF baseia-se nos elementos do sistema definidos nos vários Códigos de Segurança Alimentar SQF. Os locais que buscam obter a certificação para o Código de Qualidade SQF devem primeiro ser certificados com o Código de Segurança Alimentar SQF aplicável para o seu setor industrial. O Programa SQF é reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI) e vincula a certificação de produção primária à fabricação de alimentos, distribuição e certificação de gerenciamento de agentes e corretores. Os padrões do SQFI incluem o Código SQF Alimentos Seguros e o Programa de Certificação Sem Glúten de Fornecimento Ético de Alimentos Seguros (GFCP). |
| <b>Small Producers' Symbol</b>                       | O Small Producers' Symbol é um sistema de certificação e registro de produtos de organizações de pequenos produtores. É uma iniciativa criada pela CLAC em 2006 (Rede Latino-Americana e Caribenha de Pequenos Produtores de Comércio Justo) e atualmente é propriedade da Small Producers' Symbol, Civil Association (SPP Global).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>The Common Code for the Coffee Community – 4C</b> | 4C significa Código Comum para a Comunidade Cafeeira. O Sistema de Certificação 4C funciona com base no Código de Conduta 4C, que foi lançado, pela primeira vez, em setembro de 2004 (versão 1.0), como resultado de um projeto de colaboração numa parceria público-privada entre o Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) e a Associação Alemã do Café (DKV). A certificação 4C visa melhorar gradualmente as condições sociais, econômicas e ambientais da produção e processamento de café em todo o mundo. A 4C foi criada por meio de uma consulta participativa, extensa, transparente e equilibrada com as partes interessadas do café em todo o mundo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Unilever Sustainable Agriculture Code</b>         | O Código de Agricultura Sustentável da Unilever é um conjunto de boas práticas que visa codificar aspectos importantes da sustentabilidade na agricultura e aplicá-los à cadeia de valor. O escopo e a ambição do código refletem os objetivos do Plano de Vida Sustentável da Unilever, tornando-o fundamental para o nosso negócio.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Verified Carbon Standard – VCS</b>                | O Programa VCS fornece a norma e o quadro para validação independente de projetos e programas, e verificação de reduções e remoções de emissões de GEE. O âmbito do Programa VCS abarca todas as atividades relacionadas a reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa. O âmbito não inclui, porém, as avaliações da pegada de carbono nem as reivindicações de neutralidade de carbono. A participação é voluntária e baseada em critérios objetivos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>WFTO Guarantee System</b>                         | A Organização Mundial do Comércio Justo (WFTO) é uma rede global de organizações que representam a cadeia de fornecimento de comércio justo. O objetivo da WFTO é permitir aos pequenos produtores melhorar os seus meios de subsistência e comunidades por meio do comércio justo sustentável. Isso é feito mediante o acesso ao mercado, além de políticas, campanhas, marketing e monitoramento. O Sistema de Garantia da WFTO é um mecanismo crível, sustentável e robusto de garantia de que o comércio justo será implementado na cadeia de fornecimento e nas práticas de uma organização. É um instrumento de responsabilização e desenvolvimento para as organizações. Não se trata de um sistema de certificação de produtos. A Norma de Comércio Justo da WFTO é o centro do Sistema de Garantia, focando na gestão e funcionamento das organizações em relação às suas práticas de comércio. A Norma da WFTO abrange um conjunto de critérios de conformidade baseados nos 10 Princípios do Comércio Justo e nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Muitos desses critérios são requisitos obrigatórios para aderir à WFTO. Há também outros requisitos não obrigatórios, em que os membros da WFTO devem demonstrar uma melhora contínua ao longo do tempo. O cumprimento desta Norma é avaliado por vários meios, incluindo o Relatório de autoavaliação, a visita dos pares e a auditoria de monitoramento.                                                                                                                               |

## 2.4. Papel dos padrões privados na superação dos desafios do setor de café solúvel no Brasil

A partir do exposto, é possível traçar os principais desafios do setor de café solúvel brasileiro, que deve adequar-se às exigências de diversos padrões no exterior. O tema central diz respeito à esfera da sustentabilidade ambiental, que vem adquirindo importância crescente diante da preocupação internacional com o aquecimento global. O Brasil, que pretende voltar a ser destaque no cenário internacional como uma liderança na temática ambiental<sup>30</sup>, é pressionado a adequar cada vez mais seus setores econômicos às exigências de sustentabilidade. No setor de café, especial atenção deve ser dada a técnicas de manejo do solo, redução do desmatamento, conservação da biodiversidade e cuidado no descarte de resíduos, para evitar a poluição hídrica e atmosférica.

A redução das emissões de gases de efeito estufa também deve figurar nas preocupações centrais do setor para as próximas décadas, já que a importância adquirida pelo tema das mudanças climáticas pode crescentemente levar à centralização do foco nas emissões e na utilização de energias limpas como a biomassa. O tratamento dos efluentes industriais também é uma preocupação fundamental do setor, que precisa tratar a água utilizada em seus processos antes do descarte no meio ambiente, além de reduzir o consumo hídrico total. Por fim, a eficiência energética possivelmente também será uma questão fundamental para a sustentabilidade do setor, principalmente por meio de inovações tecnológicas e do uso de energia limpa.

A discussão sobre o uso de organismos geneticamente modificados (OGM) e suas implicações ambientais e na saúde pública também poderá ter destaque no setor, contando com a atenção de alguns padrões internacionais. Por fim, é importante destacar a relevância do selo brasileiro “Eureciclo”, que faz referência a temas relacionados à reciclagem de embalagens, particularmente relevante no setor de café solúvel. A internacionalização do setor está refletida nos padrões utilizados no Brasil, descritos no Anexo II do relatório.

A certificação orgânica é outro aspecto que ganha destaque na atualidade, uma vez que o uso de pesticidas é objeto, cada vez mais, de um escrutínio público considerável, envolvendo questões de saúde pública e ambiental<sup>31</sup>.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de garantia da segurança alimentar no setor. Outro desafio importante concerne às questões sociais e laborais, que têm particular importância em um país com grandes desequilíbrios sociais como o Brasil.

## 2.5. Conclusões

O Brasil, como maior produtor mundial de café solúvel, tem uma posição privilegiada no setor para fornecer um panorama da adequação socioambiental dessa atividade econômica. A temática da sustentabilidade está no centro das discussões do setor e oferece uma oportunidade aos produtores brasileiros de demonstrar práticas agrícolas cada vez mais sustentáveis e modernas perante o mundo, principalmente por meio do combate ao desmatamento, do uso correto do solo e dos recursos hídricos e da preservação da biodiversidade. A temática social também precisa ser valorizada, especialmente em face das condições desafiadoras que muitos trabalhadores do setor enfrentam no Brasil. O País pode, nesse contexto, servir de líder para a adoção de práticas socialmente responsáveis no mundo.

30 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Discurso da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva**, 04 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2023/01/discurso-da-ministra-do-meio-ambiente-e-mudanca-do-clima-marina-silva>. Acesso em: 30 jan. 2024. No início de 2023, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou que atuará no sentido de tornar o Brasil protagonista e líder ambiental. A ministra salientou que o Brasil cumprirá seus compromissos assumidos no Acordo de Paris e que será atribuída prioridade à mudança climática.

31 MILNER, Alice; BOYD, Ian. Toward pesticidovigilance. Can lessons from pharmaceutical monitoring help to improve pesticide regulation? Science, v. 357, n. 6357, p. 1232-1234, 2017.



### 3. Padrões privados no setor de iluminação no Brasil

#### 3.1. Dados econômicos sobre o setor de iluminação no Brasil

O setor de iluminação brasileiro conta com mais de 500 indústrias e gera mais de 23 mil empregos, abrangendo a cadeia produtiva de aparelhos de iluminação (luminárias), fontes de luz (lâmpadas) e controladores (*drivers*, reatores). A maior parte das indústrias está localizada na Região Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo, e com dispersão em vários estados. Em 2023, o faturamento do setor somou R\$ 8,0 bilhões. As luminárias representam a maior parte do faturamento (67%) do setor, seguidas das fontes de luz (23%) e dos controladores (10%)<sup>32</sup>.

#### 3.2. A Associação da indústria de iluminação e seus projetos

A Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (ABILUX), uma organização sem fins lucrativos criada em 1985, com sede em São Paulo, agrega as principais indústrias do setor. Seu trabalho consiste em defender os interesses dos associados e atuar pela maior eficiência dos produtos e produtividade no setor.

A Abilux também apoia e participa de forma ativa da criação de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e de regulamentos técnicos, além de ser membro da *Global Lighting Association*<sup>33</sup>. No que se refere à sustentabilidade, segundo o site da Abilux, a organização vem debatendo uma agenda que trata das questões socioambientais de forma intensa, em conjunto com órgãos e agências governamentais e representantes da sociedade civil. O site aponta que a Abilux participa de todos os fóruns que tratam da conservação de energia, ecologia, meio ambiente, normas técnicas e certificação de qualidade – embora não os indique especificamente.<sup>34</sup>

#### 3.3. Mapeamento do ITC: Padrões privados do setor de iluminação que combinam produtos manufaturados e eletricidade

A partir de pesquisa na plataforma *Standards Map* do *International Trade Centre* (ITC), é possível mapear os possíveis principais padrões privados usados internacionalmente no setor de iluminação. A identificação das exigências privilegiou os padrões privados usados nos produtos manufaturados relacionados à eletricidade, conforme síntese constante na Tabela 5<sup>35</sup>.

**Tabela 5.** Padrões privados, certificações ou diretrizes aplicáveis às empresas brasileiras do setor de iluminação, segundo informações da plataforma do ITC. Fonte: ITC Standards Map. Elaboração própria. Acesso em: 11 fev. 2024.

| NOME DO PADRÃO PRIVADO, DA CERTIFICAÇÃO OU DAS DIRETRIZES | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alliance for Water Stewardship                            | AWS é uma colaboração global de membros que inclui empresas, ONGs e o setor público. Os membros contribuem para a sustentabilidade dos recursos hídricos locais por meio da adoção e promoção de uma estrutura universal para a utilização sustentável da água: o <i>International Water Stewardship Standard</i> , ou <i>AWS Standard</i> , que impulsiona, reconhece e recompensa o bom desempenho na gestão hídrica.                                                                                                                                  |
| BRCGS Ethical Trade and Responsible Sourcing              | Em 2019, a BRCGS lançou o <i>Ethical Trade and Responsible Sourcing Program</i> (ETRS) que é composto de uma Norma Global e uma Avaliação de Risco. Os requisitos da Norma compreendem seis princípios, provendo uma estrutura sobre a qual se pode construir um comércio ético e sistema de gestão responsável. Isto lhes permite garantir que as suas instalações sejam seguras, saudáveis e não prejudiquem aqueles que nelas trabalham ou visitam e que os direitos humanos do seu pessoal sejam respeitados, sejam eles temporários ou permanentes. |

32 Abilux. O setor de iluminação. Disponível em <https://www.abilux.com.br/setor>. Acesso em 06/04/2024.

33 Abilux. Disponível em: [https://abilux.com.br/docs/Abilux\\_Folder\\_2022.pdf](https://abilux.com.br/docs/Abilux_Folder_2022.pdf) \h. Acesso em 25/01/2023.

34 Abilux. Disponível em: <https://www.abilux.com.br/abilux>. Acesso em 10/09/2023.

35 Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor de iluminação na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: produto (selecionando-se, nesse campo, a opção “electricity or gaz”); origem (selecionando a opção “Brazil”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”).

|                                                                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Carbon Trust Product Footprint Certification</b>                    | A Certificação Carbon Trust fornece verificação de gases de efeito estufa em relação ao padrão PAS 2050 e ao Código de Boas Práticas. A Especificação Publicamente Disponível (PAS) 2050 – Especificação para a avaliação das emissões de gases de efeito estufa do ciclo de vida de bens e serviços – foi desenvolvida pela <i>British Standards Institution</i> em 2008 (revisada em 2011) com o objetivo de fornecer um método consistente e internacionalmente aplicável para quantificar pegadas de carbono do produto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Climate, Community &amp; Biodiversity Standards - CCB Standards</b> | As Normas de Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) são utilizadas para identificar projetos que versam sobre as alterações climáticas, apoiam as comunidades locais e os pequenos proprietários, e conservam a biodiversidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>EcoVadis</b>                                                        | A EcoVadis opera a primeira plataforma colaborativa que fornece classificações de sustentabilidade e ferramentas de melhora de desempenho para cadeias de abastecimento globais. Desde a sua fundação em 2007, a EcoVadis criou uma rede global de mais de 75.000 empresas avaliadas. Há uma avaliação de quão bem uma empresa integrou os princípios de Sustentabilidade e responsabilidade social empresarial nos seus negócios e sistema de gestão. A metodologia da EcoVadis baseia-se em normas internacionais de sustentabilidade, incluindo a <i>Global Reporting Initiative</i> , o Pacto Global das Nações Unidas e a ISO 26000, abrangendo mais de 160 países.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Ethical Trading Initiative – ETI</b>                                | O Código Base ETI é um código de prática laboral, derivado das Convenções da OIT. O código é genérico, o que significa que é aplicável a qualquer tipo de empresa, em qualquer lugar do mundo. As empresas podem tornar-se membros da ETI e adotar o Código Base, comprometendo-se a assegurar que os seus fornecedores trabalhem para seu cumprimento integral. O Código Base é aplicado, sobretudo, para a gestão de práticas laborais em cadeias de fornecimento internacionais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Fair Labor Association (FLA)</b>                                    | A FLA é uma colaboração entre universidades, organizações da sociedade civil e empresas socialmente responsáveis dedicadas à proteção dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. O Código de Conduta no Local de Trabalho da FLA e os padrões de conformidade definem normas de trabalho que visam alcançar condições laborais decentes e humanas nas fábricas e instalações fabris. As normas do Código baseiam-se nas normas da Organização Internacional do Trabalho e nas boas práticas laborais internacionalmente aceitas. Há também um processo independente de monitoramento, correção e verificação para alcançar a conformidade com este Código.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Global Reporting Initiative (GRI)</b>                               | A GRI é uma organização internacional independente, com sede em Amsterdã, nos Países Baixos. Os relatórios de sustentabilidade da GRI são produzidos em mais de 100 países.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>ISCC EU</b>                                                         | O ISCC opera diferentes sistemas de certificação para diferentes mercados. Esses sistemas são ISCC EU e ISCC PLUS. O ISCC EU é um sistema de certificação para demonstrar a conformidade com os requisitos legais de sustentabilidade especificados na Diretiva de Energias Renováveis (RED) II.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>ISCC Plus</b>                                                       | O ISCC administra diferentes sistemas de certificação para diferentes mercados: ISCC EU, ISCC PLUS e ISCC PLUS – Voluntary Add-ons. O ISCC EU é um sistema de certificação para demonstrar a conformidade aos requisitos legais de sustentabilidade especificados na Diretiva de Energias Renováveis (RED) II. O ISCC PLUS é um sistema de certificação para todos os mercados e setores não regulados pela RED II, tais como os mercados de alimentos, rações ou energia e para diversas aplicações industriais. Sob o ISCC PLUS, todos os tipos de matérias-primas agrícolas e florestais, resíduos e desperdícios, energias não-bio renováveis e materiais e combustíveis de carbono reciclado são incluídos. No ISCC PLUS – Voluntary Add-ons, os complementos voluntários (add-ons) excedem os requisitos obrigatórios de sustentabilidade. As empresas podem escolher esses add-ons como módulos adicionais voluntários, a fim de comprovar a conformidade com um assunto específico, por exemplo, medidas específicas de biodiversidade ou baixas emissões de gases de efeito estufa. |
| <b>ISCC Plus – Voluntary Add-ons</b>                                   | O sistema ISCC PLUS baseia-se em um conjunto de requisitos básicos obrigatórios. Existem também complementos voluntários que excedem os requisitos obrigatórios de sustentabilidade. As empresas podem escolher estes add-ons como módulos adicionais voluntários, a fim de comprovar a conformidade com um assunto específico, por exemplo, medidas específicas de biodiversidade ou baixas emissões de gases de efeito estufa.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |



|                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>LIFE Certification</b>                                                 | A <i>Lasting Initiative For Earth (LIFE) Institute</i> é uma instituição não governamental brasileira sem fins lucrativos, criada em 2009 numa colaboração da Fundación AVINA, Fundação O Boticário para a Proteção da Natureza, Posigraf e SPVS ( <i>Society for Wildlife Research and Environmental Education</i> ). O Instituto LIFE é responsável pela gestão da Certificação LIFE, que visa reconhecer e acrescentar valor a organizações de qualquer dimensão e setor que desenvolvam ações eficazes e voluntárias de conservação da biodiversidade. A metodologia é constituída por uma abordagem qualitativa, aplicada à gestão organizacional; e uma abordagem quantitativa que estabelece o desempenho mínimo e avalia a eficácia das ações de conservação que são desenvolvidas pela organização. |
| <b>Principles of Fair Labor &amp; Responsible Production and Sourcing</b> | A Fair Labor Association (FLA) fornece orientação direcionada para empresas que trabalham para obter a acreditação FLA e treinamento contínuo para companhias acreditadas. Os membros da FLA concordam em submeter as suas cadeias de valor a avaliações e monitoramento independentes como parte de um compromisso organizacional para defender padrões trabalhistas justos através da transparência. A FLA publica os resultados dessas avaliações para encorajar um diálogo aberto e honesto sobre as condições que os trabalhadores enfrentam, garantir a responsabilidade da marca e ajudar os consumidores a tomar decisões mais informadas sobre os produtos que compram.                                                                                                                             |
| <b>SMETA Audit</b>                                                        | SMETA ( <i>Sedex Members Ethical Trade Audit</i> ) é a norma de auditoria social da Sedex que permite às empresas avaliar as condições de um fornecedor nas áreas do trabalho, saúde e segurança, ambiente e ética empresarial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>SOCIALCARBON® Standard</b>                                             | O Instituto Ecológico criou a Norma SOCIALCARBON® que certifica projetos de Redução Voluntária de Emissões (VER) pelas suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. A Norma SOCIALCARBON® é embasada na avaliação e monitoramento do desempenho social e ambiental dos projetos para melhorar a sua eficácia a longo prazo, através de ações que estimulam as comunidades locais e promovem a responsabilidade socioeconômica.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Social Accountability International – SA8000</b>                       | Organização não governamental global que promove os direitos humanos no trabalho. A visão da SAI é de trabalho decente, sustentada por um entendimento de que os locais de trabalho socialmente responsáveis beneficiam as empresas, ao mesmo tempo que garantem os direitos humanos fundamentais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Verified Carbon Standard – VCS</b>                                     | O Programa VCS fornece a norma e o quadro para validação independente para projetos e programas, e verificação de reduções e remoções de emissões de gases de efeito estufa. Abrange todas as atividades relacionadas às reduções de emissões. O escopo não inclui as avaliações da pegada de carbono nem as reivindicações de neutralidade de carbono. A participação é voluntária e baseada em critérios objetivos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |

### 3.4. Papel dos padrões privados na superação dos desafios do setor de iluminação no Brasil

Os principais desafios do setor de iluminação relacionam-se à questão das mudanças climáticas, um tema que adquiriu centralidade nos últimos tempos, devido à intensificação do aquecimento global. A explicação deles está pautada em recente artigo de Marcos Paiva<sup>36</sup>. No atual contexto, o setor pode contribuir para combater o fenômeno especialmente por meio da eficiência energética de seus produtos, o que pode significar uma maior economia de energia. O advento do LED utilizado nas luminárias e lâmpadas de LED, certificadas no Brasil pelo INMETRO, também é relevante para impulsionar a economia de energia no setor. A sustentabilidade ainda envolve os produtos LED, com maior durabilidade, além da reciclagem de embalagens e materiais de plástico usados em luminárias e dos materiais adotados em postes e luminárias para a iluminação pública. Avanços futuros vislumbrados na agenda do setor contemplam as inovações tecnológicas que aumentarão a eficiência dos produtos, trarão as necessárias melhorias na qualidade e segurança destes, bem como diretrizes na utilização de produtos com menor impacto à fauna e flora pela limitação na qualidade da luz.

36 PAIVA, Marcos. Iluminação Pública Sustentável: Contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/ilumina%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-sustent%C3%A1vel-contribuindo-para-os-de-g-paiva>. Acesso em: 06/01/2024.

### 3.5. Conclusões

O setor é um grande participante na matriz de consumo de energia e, nesse sentido, desempenha um papel relevante na mitigação das mudanças climáticas e para impulsionar a sustentabilidade. Para isso, os padrões privados podem ser considerados como aspectos de grande importância para a disseminação de boas práticas capazes de contribuir para avanços no setor, sem perdas em termos de qualidade e segurança.

## 4. Padrões privados no setor de têxtil e de confecção no Brasil

### 4.1. Dados econômicos do setor têxtil e de confecção no Brasil

O setor têxtil e de confecção no Brasil é importante na geração de empregos (1,33 milhões de trabalhadores) e de renda direta e indireta.<sup>37</sup> Em 2022, o faturamento estimado do setor foi de R\$ 193,2 bilhões, com aumento de 2% em relação ao ano anterior.<sup>38</sup> Na dimensão do comércio exterior, o Brasil é importador líquido de produtos têxteis, apesar de sua grande e diversificada produção.<sup>39</sup> Nos anos de 2022 e 2023, o Brasil exportou, respectivamente, US\$ 1,14 bilhão e US\$ 956 milhões em produtos têxteis, principalmente para os países da América Latina (a Argentina é o principal destino das exportações brasileiras) e da América do Norte, mas, nos mesmos anos, importou, respectivamente, US\$ 5,49 e US\$ 5,79 bilhões em produtos têxteis.<sup>40</sup> A China é a principal origem das importações brasileiras<sup>41</sup>.

Atualmente, o Brasil é o segundo maior exportador de algodão do mundo.<sup>42</sup> A produção desse material, portanto, supre a demanda interna<sup>43</sup>, e o excedente é comercializado com países que demandam o insumo, como China, Paquistão, Vietnã, Turquia e muitos outros.<sup>44</sup> Além do algodão, o Brasil produz outras matérias-primas de origem natural, como seda, juta e sisal, bem como fibras sintéticas.<sup>45</sup> Além dos elos iniciais da cadeia têxtil como as fibras naturais e sintéticas, o Brasil abriga os demais elos, como beneficiadoras, fiações, tecelagens, malharias, não tecidos, têxteis técnicos, vestuário, produtos de cama, mesa e banho, além de mais de 150 mil varejistas.<sup>46</sup>

Os padrões privados são usados em diversas etapas da cadeia de produção têxtil: cultivo e colheita do algodão (e de outras matérias-primas), produção de tecidos, confecção de vestuários, venda de indumentárias e produtos correlatos no atacado e no varejo. Na etapa de manufatura, que é o foco do texto, as empresas, por vezes, exigem que suas matérias-primas atendam a determinados requisitos de qualidade e sustentabilidade. Os requisitos podem referir-se ao insumo ou aos seus processos produtivos. Os padrões privados têm auxiliado na comprovação do atendimento a esses requisitos, assim como na manutenção da qualidade dos produtos. Igualmente, os varejistas e atacadistas têm exigido que os produtos manufaturados apresentem determinadas características (inclusive de produção), as quais podem ser comprovadas por meio da adoção de padrões privados. Como no Brasil a cadeia de produção é integrada e o setor é bastante verticalizado, o texto analisará os padrões privados utilizados nas diferentes etapas produtivas, adotando-se a perspectiva das empresas de manufatura.

37 IEMI – INTELIGÊNCIA DE MERCADO. Brasil Têxtil 2023: Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira. São Paulo – BR. V 23, nº 23. Novembro de 2023.

38 Idem.

39 Ibidem.

40 ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. Síntese do comércio exterior brasileiro no setor têxtil e de confecção. Dezembro de 2022. Disponível em: [https://www.abit.org.br/uploads/arquivos/N0\\_%20S%C3%ADntese%20COMEX%20BR%20202212.pdf](https://www.abit.org.br/uploads/arquivos/N0_%20S%C3%ADntese%20COMEX%20BR%20202212.pdf). Acesso em: 06 de janeiro de 2024.

41 COMEXSTAT. Exportação e Importação Geral. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 07 de março de 2024.

42 APEXBRASIL. Brasil é o segundo maior exportador mundial de algodão e se prepara para alcançar o topo, com um produto sustentável, tecnológico e de qualidade. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/brasil-segundo-maior-exportador-algodao.html>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

43 ABRAPA. Brasil é o segundo maior exportador de algodão do mundo e prevê safra 17,6% maior. Disponível em: <https://abrapa.com.br/2023/05/19/brasil-e-o-segundo-maior-exportador-de-algodao-do-mundo-e-preve-safra-176-maior/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

44 APEXBRASIL. Brasil é o segundo maior exportador mundial de algodão e se prepara para alcançar o topo, com um produto sustentável, tecnológico e de qualidade. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/noticias/brasil-segundo-maior-exportador-algodao.html>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

45 SOU DE ALGODÃO. Brasil tem a maior cadeia têxtil vertical do Ocidente e isso impacta sua vida. Entenda como! Disponível em: <https://soudealgo.com.br/blog/brasil-tem-a-maior-cadeia-textil-vertical-do-ocidente-e-isso-impacta-sua-vida-entenda-como/>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

46 Idem.

## 4.2. A Associação e os padrões privados no setor têxtil e de confecção

O setor têxtil e de confecção brasileiro demonstra estar atento ao uso dos padrões privados, na medida em que as empresas e associações desse setor têm adotado programas e certificações que extrapolam a dimensão econômica e envolvem valores relacionados, por exemplo, a outras dimensões da sustentabilidade. As empresas nacionais, representadas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), têm adotado postura proativa em relação aos padrões, não apenas assumindo e incorporando exigências de mercados internacionais, mas, igualmente, estabelecendo e aperfeiçoando padrões nacionais, os quais dialogam com os anseios da sociedade civil. Entre os aspectos mais comuns que os padrões privados direcionados ao setor têxtil e de confecção abarcam destacam-se: condições de trabalho, trabalho escravo, trabalho infantil, segurança química, desmatamento, reciclagem, gestão ambiental e gestão de qualidade.

Deve-se destacar a parceria da ABIT com associações de empresas que integram etapas distintas da cadeia produtiva do vestuário, como a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) e Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX). A ABRAPA instituiu, em 2012, o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR)<sup>47</sup>.

O programa estabelece uma série de protocolos de cuidados e ações a serem observados pelo agricultor para garantir a sustentabilidade da produção e a gestão responsável de pessoas. Caso optem por obter a certificação ABR, as fazendas são submetidas a uma auditoria para verificar o cumprimento dos protocolos, incluindo o cumprimento das legislações ambiental, fundiária e trabalhista brasileiras, assim como da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na safra 2022/2023, o algodão ABR representou 82% do volume total produzido pelo Brasil<sup>48</sup>. Destaca-se ainda que a certificação é reconhecida internacionalmente, sendo o protocolo ABR atestado pela *Better Cotton* e selecionado pela *Textile Exchange* como uma das 15 certificações preferenciais no mercado global.

A ABVTEX, por sua vez, instituiu o Programa<sup>49</sup> e o Selo<sup>50</sup> ABVTEX, que busca promover a implementação das melhores práticas de *compliance* entre os fornecedores e subcontratados das varejistas. Busca-se, assim, combater o trabalho análogo ao escravo e infantil e garantir o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do varejo de moda. O Selo ABVTEX é responsável por identificar as empresas participantes do programa. A iniciativa já realizou 56.086 auditorias desde 2010, contando com 3.910 empresas aprovadas e atuação em 18 estados brasileiros.

## 4.3. Mapeamento do ITC: Padrões relacionados ao setor têxtil e de confecção

Aplicando-se os filtros que delimitam as exigências relativas ao setor têxtil, foram identificados, por meio da plataforma *Standards Map* do *International Trade Centre* (ITC)<sup>51</sup>, 32 padrões<sup>52</sup>. A Tabela 6<sup>53</sup> enumera esses padrões identificados no *Standards Map*.

47 ABRAPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO. O programa Algodão Brasileiro Responsável – ABR. Disponível em: <https://abrpa.com.br/algodao-brasileiro-responsavel-abr/>. Acesso em: 26 de março de 2024.

48 Idem.

49 ABVTEX – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTEL. Sobre o Programa. Disponível em: <https://www.abvtex.org.br/sobre-o-programa/>. Acesso em: 26 de março de 2024.

50 ABVTEX – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VAREJO TÊXTEL. Selo ABVTEX. Disponível em: <https://www.abvtex.org.br/selo-abvtex/>. Acesso em: 26 de março de 2024.

51 Disponível em <https://intracen.org/our-work/topics/sustainability/sustainability-standards>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

52 Cumpre ressaltar que o padrão privado “OEKO-TEX® Leather Standard” não foi incluído na Tabela 6, uma vez que o couro não está entre os produtos representados pela entidade brasileira.

53 Para fins de mapeamento dos padrões privados relacionados ao setor têxtil na base do ITC, procedeu-se, primeiramente, ao acesso eletrônico ao endereço <https://standardsmap.org/en/identify>. Nesse ambiente foram adotados, cumulativamente, os seguintes filtros de pesquisa: setor (selecionando-se, nesse campo, a opção “textiles”); origem (selecionando a opção “Brazil”) e tipologia (sendo selecionada a opção “private entity”). Os padrões obtidos por meio da pesquisa agregam exigências relativas a produtos têxteis e artigos de vestuário.

**Tabela 6.** Padrões privados, certificações ou diretrizes aplicáveis às empresas têxteis brasileiras, segundo informações da plataforma do ITC. Fonte: ITC. Elaboração própria. Acesso em: 12 fev. 2024.

| NOME DO PADRÃO PRIVADO, DA CERTIFICAÇÃO OU DAS DIRETRIZES       | DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO PADRÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ABVTEX</b>                                                   | O Programa ABVTEX é um esforço setorial liderado pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), que representa as principais redes varejistas de moda, incluindo roupas, calçados, acessórios e artigos têxteis para o lar. O principal objetivo é promover as melhores práticas empresariais com responsabilidade socioambiental em toda a cadeia de valor da moda. O Programa ABVTEX prevê a realização de auditoria imparcial e independente para verificar a conformidade dos fornecedores e seus subcontratados com os critérios e requisitos estabelecidos nos seguintes aspectos: formalização da empresa; trabalho infantil; trabalho forçado ou análogo ao escravo; operar com trabalhadores estrangeiros em situação irregular; existência de crianças no ambiente de trabalho; habitação; liberdade de associação; ocorrência de discriminação, abuso ou assédio aos trabalhadores; saúde e segurança do trabalho; prevenção e combate a incêndios; monitoramento e documentos; remuneração; horas trabalhadas; monitoramento da cadeia de suprimentos; validação da lista de subcontratados e subcontratação de serviços, além de questões ambientais. |
| <b>Alliance for Water Stewardship</b>                           | A AWS é uma colaboração global de membros que inclui empresas, ONGs (organizações não governamentais) e o setor público. Os membros contribuem para a sustentabilidade dos recursos hídricos locais por meio da adoção e promoção de uma estrutura universal para o uso sustentável da água ( <i>International Water Stewardship Standard</i> , ou AWS Standard) que orienta, reconhece e recompensa o bom desempenho da gestão desse recurso.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>BRCGS Ethical Trade and Responsible Sourcing</b>             | Em 2019, o BRCGS lançou o Programa de Comércio Ético e Fornecimento Responsável (ETRS), que é composto de um Padrão Global e uma Avaliação de Risco ETRS separada. A Avaliação de Risco ETRS foi concebida para ser um “exame de saúde” de diagnóstico em relação aos cinco sinais vitais de comércio ético e abastecimento responsável extraídos do Padrão Global.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Carbon Trust Product Footprint Certification</b>             | A <i>Carbon Trust Certification</i> fornece a verificação de gases de efeito estufa de acordo com PAS 2050 e o Código de Boas Práticas. <i>Publicly Available Specification</i> (PAS) 2050. A especificação para a avaliação das emissões de gases de efeito estufa do ciclo de vida de bens e serviços foi desenvolvida pela <i>British Standards Institution</i> em 2008 (revisada em 2011), com o objetivo de fornecer um método internacionalmente aplicável consistente para quantificar a pegada de carbono do produto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Climate, Community &amp; Biodiversity Standards</b>          | Os padrões Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) são usados para identificar projetos que abordam simultaneamente as mudanças climáticas, apoiam as comunidades locais e os pequenos agricultores e conservam a biodiversidade.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Cradle to Cradle Certified Product Standard, Version 4.0</b> | Cradle to Cradle Certified® é o padrão líder que reúne múltiplos atributos usados globalmente em todos os setores por <i>designers</i> , marcas e fabricantes para projetar e fabricar produtos que possibilitem um futuro saudável, equitativo e sustentável. O padrão de produto Cradle to Cradle Certified® fornece a estrutura para avaliar a segurança, circularidade e responsabilidade de materiais e produtos em cinco categorias de desempenho de sustentabilidade: saúde material, circularidade do produto, ar limpo e proteção climática, manejo da água e do solo e justiça social.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>ECO PASSPORT by OEKO-TEX®</b>                                | ECO PASSPORT by OEKO-TEX® destina-se a diversos produtos químicos utilizados na indústria têxtil, do couro e do vestuário, para garantir que os produtos químicos utilizados ao longo do processo de produção não são prejudiciais ou perigosos para a saúde humana. O âmbito dos requisitos ecológicos humanos baseia-se na utilização prevista do produto químico e na sua aplicação em produtos têxteis e/ou de couro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>EcoVadis</b>                                                 | A EcoVadis opera a primeira plataforma colaborativa que fornece classificações de sustentabilidade e ferramentas de melhoria de desempenho para cadeias de suprimentos globais. Desde a sua fundação, em 2007, a EcoVadis criou uma rede global de mais de 75.000 empresas avaliadas. A metodologia da EcoVadis baseia-se em padrões internacionais de sustentabilidade, incluindo a Global Reporting Initiative, o Pacto Global das Nações Unidas e a ISO 26000, abrangendo 200 categorias de gastos e mais de 160 países.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Ethical Trading Initiative</b>                               | O Código Base Ethical Trading Initiative (ETI) é um código de práticas trabalhistas, derivado das Convenções da OIT. O código é genérico, o que significa que é aplicável a qualquer tipo de empresa, em qualquer lugar do mundo. As empresas podem tornar-se membros da ETI e, como tal, adotar o Código Base e comprometer-se a garantir que os seus fornecedores trabalhem no sentido do cumprimento total ao longo do tempo. O Código Base é aplicado principalmente para a gestão de práticas trabalhistas em cadeias de valor internacionais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

|                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fair Labor Association</b>                                                    | A FLA é um esforço colaborativo de universidades, organizações da sociedade civil e empresas socialmente responsáveis dedicadas a proteger os direitos dos trabalhadores em todo o mundo. O Código de Conduta no Local de Trabalho da FLA e os Benchmarks de Conformidade definem padrões operacionais que visam alcançar condições de trabalho decentes e humanas em fábricas e instalações de fabricação. Os padrões do Código são baseados nos padrões da OIT e nas boas práticas trabalhistas aceitas internacionalmente. A FLA tem também um processo independente de monitoramento, remediação e verificação para alcançar a conformidade com este Código. Além disso, o FLA acredita os próprios sistemas das empresas para implementar o Código em suas cadeias de suprimentos globais, conforme medido pelos Princípios de Fornecimento e Produção Responsáveis.                   |
| <b>Fair Trade USA – Factory Standard for Apparel and Home Goods</b>              | O programa <i>Fair Trade Certified Apparel and Home Goods</i> é o primeiro de seu tipo a oferecer etiqueta voltada ao consumidor. Indica a produção ética e sinaliza aos consumidores que procuram processos dignos de produção.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Fair for Life</b>                                                             | Aplica a Norma de Produção Agrícola (APS), que define os requisitos para todos os produtores agrícolas ou grupos de produtores certificados pelos padrões da Fair Trade USA. A implementação da APS em locais de produção apoia meios de subsistência sustentáveis para agricultores e trabalhadores, apoiando mudanças positivas e duradouras em quatro impactos focais: a) Sustentabilidade de Renda; b) Bem-estar Comunitário e Individual; c) Capacitação; d) Gestão Ambiental.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Fairtrade International Textile Standard</b>                                  | O <i>Fairtrade Textile Standard</i> busca facilitar a mudança nas cadeias de suprimentos têxteis e práticas comerciais relacionadas. Essa abordagem abrangente envolve fabricantes e trabalhadores da cadeia de suprimentos para obter melhores salários e condições de trabalho e envolve marcas para se comprometerem com termos de comércio justos. Os principais componentes de relações comerciais justas e sustentáveis nos critérios-padrão para todos os estágios de produção para toda a cadeia de suprimentos: todos os atores da cadeia de suprimentos, incluindo marcas, precisam estabelecer acordos contratuais justos, confiáveis e previsíveis para facilitar investimentos de longo prazo na melhora das condições dos trabalhadores. Uma vez que toda a sua cadeia de abastecimento tenha sido certificada, os produtos podem levar a Marca de Produção Têxtil Fairtrade. |
| <b>For Life</b>                                                                  | O padrão de Certificação For Life para Responsabilidade Social Corporativa oferece aos operadores de projetos socialmente responsáveis uma solução para inspeção e certificação de terceiros de marca neutra na produção inicial, fabricação e comercialização. Combina rígidos padrões sociais e ambientais com adaptabilidade às condições locais. O sistema é projetado para produtos alimentícios e não alimentícios (como cosméticos, têxteis ou serviços turísticos).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Global Reporting Initiative (GRI)</b>                                         | A GRI fornece os padrões de relatórios de sustentabilidade mais amplamente usados nos grandes mercados, que cobrem tópicos como biodiversidade, impostos, resíduos a emissões, diversidade e igualdade a saúde e segurança. O relatório GRI é o facilitador da transparência e do diálogo entre as empresas e seus <i>stakeholders</i> .                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Green Initiative</b>                                                          | A Green Initiative aconselha e certifica organizações que buscam acelerar o progresso em direção a impactos positivos no clima e na natureza. Na Green Initiative, as organizações são capacitadas para integrar a ação climática no centro dos seus modelos de negócio, ajudando a atingir metas de descarbonização e a cumprir as normas internacionais. Ela desenha soluções criativas para as organizações enfrentarem as mudanças climáticas, fornece serviços de certificação e consultoria que ajudam os clientes a compreender as tendências globais e a identificar e implementar ações climáticas que proporcionem impactos positivos consistentes e duradouros.                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Initiative for Compliance and Sustainability (ICS) Environmental Criteria</b> | A ICS foi criada em 1998 por três varejistas sob a égide da Federação Francesa de Empresas de Varejo e Distribuição (FCD). Hoje, a iniciativa conta com 20 varejistas membros ativos. Os varejistas membros da Iniciativa da Cláusula Social têm trabalhado juntos desde então, para melhorar de forma sustentável as condições de trabalho das pessoas e apoiar fornecedores de forma responsável para capacitá-los a se tornarem agentes independentes em busca do progresso. Essa abordagem conjunta, guiada pelo quadro definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e respeitando e integrando os princípios universais dos direitos humanos e os regulamentos sociais locais, leva os membros a verificar as condições reais das pessoas que trabalham nos locais de produção, implementando práticas sociais, auditorias e os planos de ação corretiva resultantes.     |
| <b>Initiative for Compliance and Sustainability (ICS) Social Criteria</b>        | O ICS é uma iniciativa setorial internacional com o objetivo de melhorar as condições de trabalho ao longo das cadeias de valor globais dos seus varejistas e de suas marcas. Os membros do ICS colaboram com ferramentas comuns, para mutualizar as auditorias, contribuindo para a redução da 'fadiga da auditoria' e compartilhando conhecimentos e melhores práticas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

|                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>IFOAM Standard</b>                                                     | A IFOAM-Organics International apoia uma garantia de mercado da integridade das alegações orgânicas. O Sistema de Garantia Orgânica (OGS) une o mundo da garantia orgânica, fornecendo ferramentas para o reconhecimento de padrões e sistemas de verificação e para a identidade do mercado. Promove a equivalência dos certificadores participantes e, assim, facilita o comércio desses produtos entre operadores certificados por diferentes certificadoras participantes. Também fornece uma ferramenta única para facilitar o reconhecimento de equivalência entre regulamentações orgânicas governamentais e o reconhecimento de equivalência de sistemas privados pelos governos.                                                                                                                                                                    |
| <b>LIFE Certification</b>                                                 | O Instituto LIFE é responsável pela gestão da Certificação LIFE, que visa reconhecer e agregar valor a organizações de qualquer porte e setor que desenvolvem ações efetivas e voluntárias de conservação da biodiversidade. A metodologia compreende uma abordagem qualitativa, aplicada à gestão organizacional; e uma abordagem quantitativa que estabelece o desempenho mínimo e avalia a eficácia das ações de conservação realizadas pela organização.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>OEKO-TEX® MADE IN GREEN</b>                                            | OEKO-TEX® MADE IN GREEN é uma etiqueta rastreável para todos os tipos de produtos têxteis e de couro que foram fabricados em instalações que protegem o meio ambiente, sob condições de trabalho seguras e socialmente responsáveis. O rótulo MADE IN GREEN também garante aos consumidores que o produto têxtil ou de couro é feito de materiais que foram testados para substâncias nocivas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Principles of Fair Labor &amp; Responsible Production and Sourcing</b> | A Fair Labor Association (FLA) oferece treinamento e ferramentas para desenvolver experiência nas empresas e impulsionar a inovação nas práticas comerciais, melhorando, em última análise, as condições de trabalho e a vida dos trabalhadores que fabricam os produtos à venda. Ela fornece orientação direcionada a empresas que trabalham para obter a acreditação FLA e treinamento contínuo para companhias acreditadas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>SMETA Audi</b>                                                         | A SMETA é um procedimento de auditoria que consiste numa compilação de boas práticas na técnica de auditoria ética. A SMETA foi concebida para reduzir a duplicação de esforços em auditorias de comércio ético, oferecendo vantagens a retalhistas, marcas de consumo e respetivos fornecedores. Utilizando a SMETA, o fornecedor pode realizar auditoria e partilhá-la com vários clientes, em vez de realizar auditoria diferente para cada cliente. Os documentos SMETA foram elaborados para ser utilizados por auditores experientes em consonância com as práticas estabelecidas atuais.                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>STANDARD 100 by OEKO-TEX®</b>                                          | A OEKO-TEX® STANDARD 100 é uma das certificações reconhecidas pelos mercados para tecidos testados quanto à utilização de substâncias nocivas. Se um artigo têxtil possui a etiqueta STANDARD 100 da OEKO-TEX®, todos os componentes desse artigo foram testados quanto a substâncias nocivas, e o artigo é inofensivo em termos ecológicos e humanos. O teste é realizado em laboratórios com base em um extenso catálogo de critérios da OEKO-TEX®. No teste são levadas em consideração inúmeras substâncias regulamentadas e não regulamentadas, que podem ser prejudiciais à saúde humana. Em muitos casos, os valores-limite da STANDARD 100 vão além dos requisitos nacionais e internacionais. O catálogo de critérios é atualizado pelo menos uma vez por ano e expandido com novos conhecimentos científicos ou requisitos estatutários.           |
| <b>STeP by OEKO-TEX®</b>                                                  | A Associação Internacional para Pesquisa e Teste no Campo da Ecologia Têxtil e de Couro (OEKO-TEX®) é uma união de 17 institutos independentes de pesquisa e teste têxtil na Europa e no Japão e seus escritórios de representação em todo o mundo. A STANDARD 100 da OEKO-TEX® é uma das etiquetas mais conhecidas do mundo para têxteis testados quanto a substâncias nocivas. Significa confiança do cliente e alta segurança do produto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Small Producers Symbol</b>                                             | O Small Producers' Symbol é um sistema de certificação e registro de produtos de Organizações de Pequenos Produtores. É uma iniciativa criada pela CLAC (Rede Latino-Americana e Caribenha de Pequenos Produtores de Comércio Justo) em 2006 e, atualmente, é propriedade da SPP Global.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Social Accountability International – SA8000</b>                       | Fundada em 1997, a <i>Social Accountability International</i> (SAI) é uma organização não governamental global que promove os direitos humanos no trabalho. A visão da SAI é de trabalho decente em todos os lugares – sustentada por um entendimento de que locais de trabalho socialmente responsáveis beneficiam os negócios ao mesmo tempo que garantem os direitos humanos fundamentais. A SAI capacita trabalhadores e gerentes em todos os níveis de negócios e cadeias de suprimentos, usando seu padrão multissetorial SA8000®, bem como Social Fingerprint®, TenSquared e outros programas de treinamento e capacitação. A SAI é líder em políticas e implementação, trabalhando em conjunto com um grupo diversificado de partes interessadas, incluindo marcas, fornecedores, governos, sindicatos, organizações sem fins lucrativos e academia. |
| <b>Unilever Sustainable Agriculture Code</b>                              | O Código de Agricultura Sustentável da Unilever é um conjunto de Boas Práticas que visa codificar aspectos importantes da sustentabilidade na agricultura e aplicá-los à cadeia de valor. O escopo e a ambição do código refletem os objetivos do Plano de Vida Sustentável da Unilever, tornando-o fundamental para o negócio da empresa. Em conjunto com parcerias positivas ao longo da cadeia de valor, o código impulsionará o desenvolvimento sustentável e práticas de fornecimento responsável.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |



|                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Verified Carbon Standard – VCS</b>                     | O Programa VCS fornece o padrão e a estrutura para validação independente de projetos e programas e verificação de reduções e remoções de emissões de GEE, com base na ISO 14064-2:2006 e ISO 14064-3:2006. O escopo do Programa VCS abrange todas as atividades relacionadas à geração de reduções e remoções de emissões de GEE, incluindo programas jurisdicionais e projetos de REDD+ aninhados. O escopo não inclui avaliações de pegada de carbono ou declarações de neutralidade de carbono. A participação é voluntária e baseada em critérios objetivos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Workplace Condition Assessment (WCA)</b>               | Em 2010, o maior órgão de certificação e auditoria da cadeia de suprimentos de RSE, a Intertek, começou a desafiar as normas sobre agendamento, rastreamento, condução e relatórios sobre auditorias de responsabilidade social. Enraizada em 20 anos de experiência em auditoria da cadeia de suprimentos para desempenho de RSC, a Avaliação das Condições do Local de Trabalho (WCA) é uma plataforma comunitária baseada em software e orientada a dados que permite a coleta automatizada de dados, levando a resultados de auditoria mensuráveis baseados em classificações. Os auditores recebem um formato de auditoria eficiente e simplificado com base na tecnologia eAudit líder da Intertek, e os usuários de marcas/varejistas da WCA têm acesso a ferramentas de mineração de dados inestimáveis que ajudam a definir métricas de desempenho que podem ser comparadas com o nível global, da indústria e do país.                  |
| <b>Worldwide Responsible Accredited Production – WRAP</b> | A WRAP é uma equipe independente, objetiva e sem fins lucrativos de especialistas globais em conformidade social dedicada a promover a fabricação segura, legal, humana e ética em todo o mundo por meio de certificação e educação. Nossa principal atividade é o nosso Programa de Certificação, que é o maior programa independente de certificação de instalações do mundo, focado principalmente em produtos costurados e setores relacionados, incluindo vestuário, calçados, têxteis-lar, acessórios de moda, fábricas, couro, artigos de viagem, caxemira, seda, impressão e acessórios para casa. Emitimos três níveis de certificação que são válidos de seis meses a dois anos, com base na conformidade de uma instalação com os 12 Princípios do WRAP. Esses princípios são baseados no estado de direito de cada país e incluem o espírito ou a linguagem das convenções relevantes da Organização Internacional do Trabalho (OIT). |

#### 4.4. Papel dos padrões privados nos desafios da indústria têxtil e de confecção no Brasil

O setor têxtil e de confecção terá diversos desafios nos próximos anos. Alguns relacionados à sustentabilidade, e outros decorrentes da competição internacional, especialmente de produtos asiáticos. Os padrões privados podem ser encarados sob duas perspectivas distintas: barreira ao comércio ou instrumento de aperfeiçoamento das práticas empresariais. Nesse sentido, o setor têxtil e de confecção brasileiro tem se engajado em discussões em fóruns internacionais orientadas à criação de recomendações que buscam uniformizar alguns aspectos dos padrões privados, como, por exemplo, na área trabalhista. Exemplos desse processo incluem a elaboração de um código de Prática sobre Saúde e Segurança em Indústrias Têxteis, de Vestuário, Couro e Calçados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>54</sup>; e o Guia de Devida Diligência da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre diligência devida para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor de Vestuário e Calçados<sup>55</sup>.

#### 4.5. Conclusões

O setor têxtil e de confecção tem demonstrado conhecer o tema dos padrões privados e incorporá-lo às suas atividades, fazendo uso de sua variedade. Embora haja a presença de padrões de alcance internacional no conjunto de padrões utilizados pelas empresas, parcela importante dos padrões adotados pela indústria é definida na esfera nacional, uma vez que a produção do setor é fortemente orientada ao mercado interno.

A prática brasileira alinha-se à tendência de que o setor seja cada vez mais regulado pelos governos locais. Como consequência, vislumbra-se a possibilidade de que os padrões privados sejam crescentemente orientados pelas exigências estabelecidas na esfera pública. A esse cenário se somam os eventuais custos de adequação relacionados à adaptação do processo produtivo pelas empresas exportadoras e ao posterior reconhecimento de sua conformidade por parceiros comerciais relevantes (como a União Europeia), em face da construção de políticas públicas que buscam endereçar, em suas regulamentações, aspectos de sustentabilidade.

54 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Código de prática da OIT: Segurança e saúde em indústrias têxteis, de vestuário, couro e calçados.** Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/codigo-de-pratica-da-oit-seguranca-e-saude-em-industrias-texteis-de>. Acesso em: 24 abr. 2024.

55 ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Guia de Devida Diligência da OCDE para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor de Vestuário e Calçados.** Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/governance/guia-de-devida-diligencia-da-ocde-para-cadeias-de-fornecimento-responsaveis-no-setor-de-vestuario-e-calcados\\_ce09e26-pt](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/guia-de-devida-diligencia-da-ocde-para-cadeias-de-fornecimento-responsaveis-no-setor-de-vestuario-e-calcados_ce09e26-pt). Acesso em: 24 abr. 2024.



# PADRÕES PRIVADOS NA PERSPECTIVA DAS ASSOCIAÇÕES: ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A presente seção vai apresentar e discutir as respostas das entidades consultadas aos questionários elaborados pela Fiesp. As questões abordam diferentes aspectos do tema, incluindo países de destino das exportações, natureza das certificações exigidas, custos e benefícios da adoção do padrão privado etc.

As tabulações exibidas abaixo, que ilustram o conteúdo discutido, não se prestam a representar uma análise estatística das respostas, uma vez que os questionários foram aplicados a uma amostra reduzida de associações empresariais do setor produtivo. Considerando-se que as informações discutidas no presente trabalho podem não ser representativas das firmas industriais exportadoras brasileiras, tais dados devem ser interpretados à luz dos segmentos produtivos respondentes do referido questionário, não devendo ser extrapolados para um universo mais amplo de setores.

## PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES E CERTIFICAÇÕES EXIGIDAS

O primeiro eixo da pesquisa buscou mapear os principais mercados de destino das exportações responsáveis pela exigência de padrões privados, bem como as certificações exigidas e o montante das exportações setoriais afetadas pela necessidade de cumprimento dos padrões privados.

### Principais mercados de destino das exportações

Com relação aos principais mercados de destino das exportações que demandam o cumprimento dos padrões privados, os países e regiões mais citados foram **Estados Unidos, Europa e Canadá**. Outras menções incluem **Argentina, Colômbia, Indonésia, Japão e México**. A Tabela 7 apresenta a distribuição por país, região e bloco econômico indicados pelos respondentes.

**Tabela 7.** Principais mercados de destino responsáveis pela exigência de padrão privado para o produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                       | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-----------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Argentina</b>      |         |       | X      |      |
| <b>Canadá</b>         | X       |       | X      |      |
| <b>Colômbia</b>       |         |       | X      |      |
| <b>Estados Unidos</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Europa</b>         | X       | X     | X      | X    |
| <b>Indonésia</b>      |         | X     |        |      |
| <b>Japão</b>          |         | X     |        |      |
| <b>México</b>         |         |       | X      |      |

Cabe ainda destacar que, no caso da ABICS, a entidade informou que o setor exporta para, aproximadamente, cem países de destino, nos quais o cumprimento de certificações privadas é exigido em graus variados, sendo os de maior predominância aqueles indicados na Tabela 7. A ABIT, por sua vez, destacou que a adequação aos padrões privados ainda é vista como um diferencial de mercado, não se configurando, até o momento, em geral, como uma obrigatoriedade jurídica para acesso aos destinos mencionados.

### Certificações privadas e impacto nas exportações de cada setor

As certificações privadas exigidas nas exportações brasileiras divergem tanto em relação aos setores quanto em relação à sua natureza e ao seu objetivo. O setor de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializa-

dos indicou dez padrões privados que afetam as exportações de empresas associadas à entidade (Tabela 8). O detalhamento dos padrões mencionados consta no Anexo I.

**Tabela 8.** Certificações privadas comumente aplicáveis às exportações brasileiras do segmento de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados, conforme relato de representantes consultados do setor. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

| CERTIFICAÇÃO | NATUREZA                                             |
|--------------|------------------------------------------------------|
| Non GMO      | Presença de ingredientes transgênicos                |
| Gluten Free  | Restrições alimentares para celíacos                 |
| HACCP        | Segurança alimentar                                  |
| BRC          | Segurança alimentar                                  |
| IFS          | Segurança alimentar                                  |
| FSSC 22000   | Segurança alimentar                                  |
| Halal        | Finalidade religiosa/cultural                        |
| Kosher       | Finalidade religiosa/cultural                        |
| Orgânico     | Produto sem ingredientes cultivados com agroquímicos |
| Vegan        | Selo de garantia para produto vegano                 |

Em relação ao impacto nas exportações, a ABIMAPI indicou a **dificuldade de apurar** o montante afetado pelos padrões privados. A entidade indicou, todavia, que a não obtenção de uma das certificações exigidas no mercado de destino já é condição suficiente para impedir a efetivação da operação de exportação. A ABIMAPI também apontou que a **obtenção das certificações exigidas nos mercados mais tradicionais e modernos, como Canadá, Estados Unidos e Europa, resulta em uma maior competitividade dos produtos do setor nesses países/regiões.**

O setor de café solúvel, por sua vez, indicou certificações privadas e padrões que são exigidos nas exportações brasileiras do produto. A Tabela 9 esclarece quais são as certificações e os padrões. O detalhamento das certificações e dos padrões privados mencionados consta no Anexo II. De acordo com dados relatados pela ABICS, em 2023, **100% das exportações do setor foram afetadas por exigências privadas**, correspondendo a 86 mil toneladas e valor superior a US\$ 700 milhões.

**Tabela 9** Certificações privadas e padrões comumente aplicáveis às exportações brasileiras do segmento de café solúvel, conforme relato de representantes consultados do setor. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

| CERTIFICAÇÕES E PADRÕES         |
|---------------------------------|
| ISO 9001                        |
| ISO 14001                       |
| ISO 18001                       |
| ISO 22000                       |
| ISO 17025                       |
| Fairtrade                       |
| Rainforest Alliance             |
| 4C                              |
| Kosher                          |
| Halal                           |
| Belarus Certificate             |
| Rostest                         |
| British Retail Consortium (BRC) |
| JAS Organic                     |
| USDA Organic                    |
| IBD Certificações               |

No que diz respeito ao setor de iluminação, a Tabela 10 apresenta as certificações mencionadas pela ABILUX, os mercados reportadamente responsáveis pela exigência e, finalmente, a participação proporcional das exportações dos produtos do setor afetados por padrões privados *vis-à-vis* o montante total produzido. O detalhamento das certificações consta no Anexo III.

**Tabela 10.** Certificações privadas comumente aplicáveis às exportações brasileiras do segmento de iluminação para o ano de 2022, conforme relato de representantes consultados do setor. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

| MERCADO DE DESTINO    | CERTIFICAÇÃO                                                             | VALOR (US\$ 000) | PESO (TON) | PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL DAS EXPORTAÇÕES AFETADAS POR PADRÕES PRIVADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL PRODUZIDO |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------|------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Argentina             | Ensaio de acordo com normas locais e em laboratórios localizados no país | 1764,2           | 31,8       | 15%                                                                                                   |
| Canadá                | Certificado UL                                                           | 61               | 0,9        | 1%                                                                                                    |
| Colômbia              | Ensaio de acordo com normas locais                                       | 264,2            | 5,1        | 2%                                                                                                    |
| Estados Unidos        | Certificado UL                                                           | 4914,2           | 470,6      | 41%                                                                                                   |
| Mercado Comum Europeu | Certificado CE                                                           | 512,5            | 3,8        | 4%                                                                                                    |
|                       | ROHS                                                                     |                  |            |                                                                                                       |
| México                | NOM                                                                      | 791,3            | 13,7       | 7%                                                                                                    |

Por fim, as certificações mencionadas pelo setor têxtil e de confecção e os respectivos mercados que reportadamente demandam o cumprimento dos padrões estão apresentados na Tabela 11. O detalhamento dos padrões mencionados consta no Anexo IV.

**Tabela 11.** Certificações privadas exigidas nas exportações brasileiras do setor têxtil e de confecção, conforme relato de representantes consultados do setor. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

| MERCADO ONDE A EXIGÊNCIA É APLICÁVEL                       | CERTIFICAÇÃO                                         |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| Estados Unidos                                             | Worldwide Responsible Accredited Production (WRAP)   |
|                                                            | AAFA – Restricted Substance List                     |
|                                                            | Higg Index                                           |
|                                                            | USDA Certified Organic                               |
| Europa                                                     | ICEA Organic Textile Standard                        |
| Global                                                     | STeP (OEKO-TEX®)                                     |
|                                                            | Global Recycle Standard (GRS) – Textile Exchange     |
|                                                            | Cradle to Cradle Certified™ (C2C)                    |
|                                                            | Organic Content Standard (OCS) – Textile Exchange    |
|                                                            | Fairtrade Textile Standard                           |
|                                                            | Ecocert – Standards for Organic Textiles             |
|                                                            | Roadmap to Zero Programme (ZDHC)                     |
| Global (com mais expressão na Alemanha)                    | Blue Angel                                           |
| Global (com mais expressão no Brasil e nos Estados Unidos) | B Corp (Empresa B)                                   |
| Global (com mais expressão na Europa)                      | Standard 100 (OEKO-TEX®)                             |
|                                                            | EU Ecolabel                                          |
|                                                            | NATURTEXTIL IVN certified BEST                       |
|                                                            | Nordic Swan                                          |
| Global (com mais expressão na Inglaterra)                  | Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) |
| Global (com mais expressão na Suíça)                       | Bluesign                                             |
| -                                                          | Global Organic Textile Standard (GOTS)               |

Em relação ao montante das exportações do setor têxtil e de confecção afetado pelos padrões privados, a ABIT indicou não ser possível apurar tal dado.

## IDENTIFICAÇÃO DOS PADRÕES PRIVADOS (CARACTERÍSTICAS)

O segundo eixo explora as características dos padrões privados mencionados pelos respondentes, incluindo os meios de demonstração da conformidade com as exigências e a natureza/objetivo das certificações.

### Demonstração da conformidade

Ao estabelecer um padrão privado, uma organização determina indicadores mensuráveis para avaliar a conformidade de produtores, fabricantes e exportadores, entre outros atores, com o padrão estabelecido. A organização cria, dessa forma, um sistema destinado a verificar a adequação das práticas de produção ao seu padrão e monitorar, de maneira contínua, a conformidade do produto. As ferramentas para avaliação da conformidade variam, podendo incluir, por exemplo, a realização de auditorias e mecanismos de reclamação<sup>56</sup>.

**Todos os respondentes mencionaram a realização de auditorias** como processo para demonstração da conformidade do produto-alvo com o padrão privado e obtenção do certificado/selo. A ABIMAPI destacou que todas as certificações às quais o setor está sujeito envolvem a realização de processo de auditoria, **mediante fiscalização documental e/ou in loco nas unidades fabris**. A depender do selo, a emissão é de responsabilidade de parceiros estrangeiros, de modo que a empresa brasileira realiza o pagamento ao exterior. Nas situações em que já existem instituições autorizadas a emitir o selo no Brasil, a entidade indicou haver dúvidas sobre se o mesmo será válido no maior número de mercados possível.

Ainda a respeito da realização de auditorias, a ABICS apontou que, após mapeamento do setor de café solúvel, foi identificado que, em um terço dos dias úteis no ano, cada indústria associada é visitada e auditada. A ABILUX, por sua vez, indicou que, para além da realização de auditorias de produção/instalação, as empresas associadas estão sujeitas a **ensaios de produtos** para adquirir certificados e/ou declarações. Finalmente, a ABIT indicou que o setor está sujeito a **testes laboratoriais para demonstrar a conformidade de produtos**. As auditorias no setor têxtil e de confecção são mais comuns para a obtenção de certificações relativas ao processo produtivo, segurança do consumidor, responsabilidade social e questões trabalhistas e ambientais. Os meios de demonstração da conformidade reportados pelas entidades estão tabulados na Tabela 12.

**Tabela 12.** Tipo de processo adotado para demonstração da conformidade do produto-alvo com o padrão privado e obtenção do certificado/selo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

| SETOR                                                          | PROCESSO DE DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE |
|----------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados | Auditorias documentais                   |
|                                                                | Fiscalização <i>in loco</i>              |
| Café solúvel                                                   | Auditorias                               |
| Iluminação                                                     | Auditorias de produção/instalação        |
|                                                                | Ensaios de produtos                      |
| Têxtil e de confecção                                          | Auditorias                               |
|                                                                | Testes laboratoriais                     |

### Natureza dos padrões privados

Os padrões privados apresentam objetivos variados, podendo estar direcionados à adoção de práticas sustentáveis, ao combate ao trabalho análogo ao escravo, à defesa da equidade de gênero e à segurança do consumidor, entre outros fins. Com base na totalidade dos padrões privados mencionados nos questionários, foi possível identificar os objetivos mais recorrentes, bem como os temas mais presentes nos referidos padrões.

56 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **Voluntary Sustainability Standards in International Trade**, 2023. Disponível em: [https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2022d8\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab2022d8_en.pdf). Acesso em: 04 jul. 2023.

A Tabela 13 apresenta a natureza específica dos padrões privados incidentes sobre as exportações dos setores respondentes<sup>57</sup>.

**Tabela 13.** Natureza geral dos padrões privados estrangeiros que incidem mais comumente sobre as exportações do produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                         | ABIMAPI         | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-----------------------------------------|-----------------|-------|--------|------|
| <b>Credibilidade</b>                    |                 | X     |        | X    |
| <b>Direitos humanos e trabalhistas</b>  |                 | X     |        | X    |
| <b>Gênero</b>                           |                 |       |        | X    |
| <b>Mudanças ambientais e climáticas</b> | X               | X     |        | X    |
| <b>Negócios sustentáveis</b>            | X               | X     |        | X    |
| <b>Qualidade</b>                        |                 |       | X      | X    |
| <b>Outros</b>                           | X <sup>58</sup> |       |        | X    |

A ABIMAPI indicou que os padrões privados que incidem sobre as exportações do setor de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados estão direcionados à **promoção da sustentabilidade, do manejo orgânico, da composição de produtos com ingredientes específicos e da saúde**. A ABICS destacou que, no setor de café solúvel, a natureza dos padrões privados está relacionada à **promoção da sustentabilidade, de boas práticas de produção, do trabalho justo e da produção orgânica; à garantia da adoção de condições específicas de produção (nos casos das certificações Halal e Kosher); e à proteção contra o bioterrorismo**.

Em relação ao setor têxtil e de confecção, a ABIT informou que os padrões privados que incidem sobre as exportações buscam a **redução do desmatamento; o combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo; a promoção do trabalho justo; a promoção da equidade de gênero; o aumento da transparência; a gestão ambiental; a gestão da qualidade; a segurança do consumidor; a responsabilidade social; a reciclagem e/ou circularidade; o combate à corrupção; e o cuidado no uso de químicos**. A entidade também selecionou a opção “Outros”, porém não apresentou especificação. Por fim, a ABILUX indicou que a natureza dos padrões privados comumente aplicados às exportações do setor está relacionada à segurança do produto.

Observa-se que há, nos setores respondentes, uma **predominância de padrões que buscam a promoção da sustentabilidade** tanto em aspectos ambientais, incluindo a redução do desmatamento e a gestão ambiental, quanto em aspectos econômicos e sociais, mediante certificações que visam o combate do trabalho infantil e do trabalho análogo ao escravo e à promoção do trabalho justo.

<sup>57</sup> A natureza geral está baseada na tipologia utilizada pelo *Standards Map*, base de dados do *International Trade Centre* (Disponível em: <https://standardsmap.org/>). A natureza específica dos padrões contidos em cada tema são:

- 1. Credibilidade:** combate à corrupção; condições específicas de produção; e transparência;
- 2. Direitos humanos e trabalhistas:** promoção da saúde; responsabilidade social; social; trabalho escravo; trabalho infantil; e trabalho justo;
- 3. Gênero:** equidade de gênero;
- 4. Mudanças ambientais e climáticas:** bioterrorismo; manejo orgânico; e químicos;
- 5. Negócios sustentáveis:** boas práticas de produção; desmatamento; gestão ambiental; reciclagem; e sustentabilidade; e
- 6. Qualidade:** gestão da qualidade; e segurança do consumidor.

<sup>58</sup> A ABIMAPI indicou que, para além de questões relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas, os padrões privados incidentes sobre as exportações do setor também estão direcionados à saudabilidade e à composição de produtos com ingredientes específicos. No tema da saúde, a entidade mencionou padrões ligados à segurança na fabricação de alimentos (HACCP, FSSC 22000 e BRC), presentes principalmente nos mercados europeu e estadunidense. No tema de composição de produtos, a Associação destacou os produtos sem transgênicos (“non GMO”), produtos orgânicos e sem glúten, com destaque para os mercados canadense, europeu e estadunidense. Ainda nesse tema, padrões religiosos, como Halal e Kosher, atestam que a fabricação dos alimentos atende a particularidades das comunidades. A ABIMAPI ressaltou, contudo, que não tem identificado restrições no acesso a mercados em que as comunidades judaica e muçulmana sejam mais expressivas, sobretudo pelo fato de que os produtos do setor não contêm, via de regra, ingredientes de origem animal.

## OBSTÁCULOS E CUSTOS PARA CUMPRIMENTO DOS PADRÕES PRIVADOS

O terceiro eixo da pesquisa visou mapear quais são os obstáculos e os custos para cumprimento dos padrões privados. Tais desafios podem derivar do processo de adaptação da produção/fabricação da mercadoria para adequá-la aos requisitos do padrão privado, como também estar relacionados ao processo de demonstração da conformidade no âmbito do processo de certificação.

### Obstáculos impostos pelos padrões privados

Empresas podem enfrentar obstáculos no cumprimento de padrões privados, incluindo, por exemplo, sobreposição de exigências, desafios relacionados à demonstração de conformidade e custos de adaptação do processo produtivo, entre outros. Os obstáculos identificados pelos setores respondentes estão indicados na Tabela 14.

**Tabela 14.** Obstáculos impostos pelos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                                       | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Ausência de justificativa científica                                                                  |         |       | X      |      |
| Ausência de harmonização em relação a outras exigências                                               | X       | X     | X      | X    |
| Custos de adequação                                                                                   | X       | X     |        | X    |
| Dificuldade em questionar as decisões impostas pelo órgão regulador privado ou organismo certificador |         | X     | X      |      |
| Falta de transparência e inclusão no processo de elaboração das exigências                            |         |       | X      |      |
| Multiplicidade de padrões privados a serem atendidos                                                  | X       | X     |        | X    |
| Outros                                                                                                |         |       |        |      |

A percepção de que há **ausência de harmonização em relação a outras exigências é o principal obstáculo** identificado, tendo sido relatado por todos os setores respondentes. Outras dificuldades estão relacionadas aos custos de adequação (ABIMAPI, ABICS e ABIT), à multiplicidade de exigências (ABIMAPI, ABICS e ABIT), à dificuldade em questionar as decisões do organismo regulador/certificador (ABICS e ABILUX), à ausência de justificativa científica (ABILUX) e ao processo não inclusivo de elaboração dos requisitos (ABILUX).

### Processo de adequação aos padrões privados

Vislumbra-se o cenário em que uma empresa, na tentativa de acessar um novo mercado, seja demandada a cumprir com um novo padrão privado, ainda que este possua caráter voluntário. Nessa situação, caso a empresa ainda não cumpra com os requisitos específicos da certificação, será necessária a adaptação do processo de produção e/ou fabricação do produto – sob pena de que a transação comercial seja inviabilizada.

Visando mapear tal necessidade, a pesquisa buscou entender se os setores respondentes já possuíam os recursos financeiros necessários ao cumprimento dos padrões privados na produção do produto-alvo. As respostas estão apresentadas na Tabela 15.

**Tabela 15.** Recursos financeiros necessários para cumprimento dos padrões privados na produção do produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                                                     | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| A empresa/setor não dispunha dos recursos necessários ao cumprimento, sendo necessária a sua obtenção ou incremento | X       |       | X      |      |
| A empresa/setor já dispunha dos recursos necessários ao cumprimento                                                 |         | X     |        |      |
| Outros                                                                                                              |         |       |        | X    |

Enquanto a ABIMAPI e ABILUX **indicaram que foi necessária a obtenção ou incremento de recursos** para a adequação das empresas associadas aos requisitos do padrão privado que incidia sobre a exportação do produto-alvo, a ABICS **apontou que o setor já dispunha de tais recursos**. A ABIT, por outro lado, indicou não ser possível responder pelo setor como um todo, considerando as divergências entre as empresas no que tange aos recursos disponíveis.

## CUSTOS, IMPACTOS E OUTROS ASPECTOS DAS CERTIFICAÇÕES PRIVADAS

O quarto eixo do estudo visa qualificar aspectos dos padrões privados, como seu impacto sobre o produto-alvo (inclusive sobre o seu preço e a sua qualidade), eventuais custos adicionais derivados da necessidade de adaptação às exigências e o agente responsável pela certificação privada.

### Impacto geral da certificação privada

A respeito dos impactos da certificação privada sobre o produto-alvo, os respondentes indicaram que a obtenção da certificação **(i) é benéfica ao produto-alvo** de todos os setores respondentes (Tabela 16); **(ii)** gera, em grande parte dos setores participantes da pesquisa, **aumento do preço do produto-alvo** (Tabela 17); e **(iii)** resulta, em metade dos setores participantes, em **melhora da qualidade da mercadoria certificada** (Tabela 18).

**Tabela 16.** Percepção do impacto geral da certificação privada sobre o produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|          | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|----------|---------|-------|--------|------|
| Benéfica | X       | X     | X      | X    |
| Neutra   |         |       |        |      |
| Danosa   |         |       |        |      |

**Tabela 17.** Percepção do impacto geral da certificação privada sobre o preço de venda do produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                     | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Aumento de preços                   | X       |       | X      | X    |
| Ausência de impacto sobre os preços |         |       |        |      |
| Redução de preços                   |         |       |        |      |
| Outros                              |         | X     |        |      |



**Tabela 18.** Percepção do impacto geral da certificação privada sobre a qualidade do produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                        | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Melhora</b>         | X       |       |        | X    |
| <b>Mesma qualidade</b> |         | X     | X      |      |
| <b>Piora</b>           |         |       |        |      |

No que tange à percepção setorial, o segmento de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados indicou que, embora haja um aumento do preço de venda da mercadoria, o impacto sobre o produto-alvo é benéfico, observando-se uma melhora na qualidade do mesmo. O setor de café solúvel também indicou haver um impacto benéfico sobre o produto-alvo. Em relação ao preço de venda, a ABICS destacou que a adoção do padrão privado não gera uma melhora nos preços, ou seja, não causa qualquer efeito que não seja atender o cliente para mantê-lo. Contudo, a não obtenção do selo de conformidade implica uma redução de clientes. Ademais, a entidade apontou que não há impacto sobre a qualidade da mercadoria.

O setor de iluminação, por sua vez, identificou que a adoção da certificação privada é benéfica para o produto-alvo, embora resulte em um aumento do seu preço de venda. Entretanto, a ABILUX apontou que não há efeitos sobre a qualidade da mercadoria. Por fim, o setor têxtil e de confecção destacou que, no geral, há aumentos de preços, que podem ser diluídos ao longo do tempo, além de se observar uma melhora da qualidade do produto e ganhos de imagem. Todavia, a ABIT ressaltou que tal percepção pode variar, a depender do momento de incorporação da exigência pela empresa e do fato de que certificações ainda não são condições obrigatórias para acesso a mercados pelo setor.

### Custo da certificação privada vs. custo da certificação obrigatória

Outro aspecto mapeado na pesquisa diz respeito ao custo das certificações privadas em relação ao custo das certificações obrigatórias domésticas e/ou obrigatórias internacionais (Tabela 19). Os setores de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados e de iluminação afirmaram que o custo para **obtenção da certificação privada é superior ao das demais certificações**. Para o setor de café solúvel, por outro lado, **os custos das certificações privadas e obrigatórias são iguais**. O setor têxtil e de confecção destacou que os custos de atendimento às certificações privadas e aos demais padrões adotados globalmente **variam a depender da certificação, do processo a ser realizado para comprovação da conformidade e do tamanho da empresa**, de modo que não é possível realizar a análise comparativa.

**Tabela 19.** Custo de obtenção da certificação privada comparado ao custo de atendimento a certificações obrigatórias domésticas e/ou internacionais, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                                            | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Superior ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)</b> | X       |       | X      |      |
| <b>Igual ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)</b>    |         | X     |        |      |
| <b>Inferior ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)</b> |         |       |        |      |
| <b>Outros</b>                                                                                              |         |       |        | X    |

Diante da possibilidade de que o produtor realize investimentos e promova adaptações em sua produção, os respondentes foram questionados a respeito dos elementos específicos que geraram os custos adicionais incorridos para o atendimento às prescrições da certificação privada (Tabela 20).

**Tabela 20.** Elementos que geraram os custos adicionais incorridos com a certificação privada, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                          | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|----------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Adaptações às especificações da exigência privada</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Condução de auditorias</b>                            |         | X     | X      | X    |
| <b>Investimento em infraestrutura</b>                    | X       | X     |        | X    |
| <b>Taxas anuais/cíclicas de certificação</b>             | X       | X     | X      | X    |
| <b>Outros</b>                                            |         |       |        |      |

Os principais elementos geradores de custos adicionais estão relacionados às **taxas anuais/cíclicas de certificação**, que comprovam que a empresa continua em conformidade com as exigências privadas, e à necessidade de **adequação aos requisitos do padrão privado** – ambos indicados por todas as entidades respondentes. Outros aspectos também relevantes são os **investimentos em infraestrutura** (ABIMAPI, ABICS e ABIT) e os custos incorridos para **realização de auditorias e demonstração da conformidade** com as exigências (ABICS, ABILUX e ABIT). A ABIT destacou ainda que os custos adicionais incorridos para a obtenção da certificação privada variam a depender do porte da empresa e do processo que deva ser realizado para comprovação da conformidade.

### Agente/Órgão responsável pela certificação privada

A obtenção da certificação está condicionada à demonstração de conformidade com as especificações privadas, comprovadas, por exemplo, por meio da realização de auditorias, fiscalizações documentais e ensaios laboratoriais. Esses processos são realizados por entidades autorizadas a emitir a certificação, podendo estas ser estrangeiras, nacionais etc. A natureza desses agentes foi mapeada na presente pesquisa (Tabela 21).

**Tabela 21.** Natureza do agente/órgão responsável pela certificação privada do produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                 | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|---------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Agente/órgão estrangeiro</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Agente/órgão nacional</b>    | X       | X     |        | X    |
| <b>Agente/órgão local</b>       |         |       |        |      |
| <b>Outro</b>                    |         |       |        |      |

Em adição ao fato de que **todos os setores indicaram atender a padrões privados certificados por agentes estrangeiros**, as entidades respondentes também apontaram cumprir com exigências privadas certificadas por agentes nacionais (ABIMAPI, ABICS e ABIT).

### Custos econômicos de processos de demonstração da conformidade

A obtenção de uma certificação está condicionada a um processo de demonstração da conformidade com a exigência aplicável, podendo incluir auditorias, ensaios laboratoriais e verificações documentais, entre outros métodos. A avaliação da conformidade deverá ser realizada por entidades certificadoras autorizadas a emitir tal comprovação, havendo um custo para a realização do processo e obtenção da certificação. Na pesquisa, esses custos são classificados como **diretos**. Para além desses custos diretos, os processos de demonstração

da conformidade também acarretam custos **indiretos**, os quais envolvem eventuais adequações nos métodos de produção e/ou fabricação do produto, incluindo aspectos relacionados ao manejo florestal, ao método de cultivo, à realização de treinamentos e capacitações, ao cumprimento da legislação etc.

A pesquisa buscou qualificar qual o custo total (direto e indireto) imposto pelo processo de demonstração da conformidade com o padrão privado incidente sobre o produto-alvo. O **setor de café solúvel** avaliou que, em todo o setor, o **custo direto é de R\$ 500 mil anuais**, enquanto o **custo indireto é de R\$ 200 mil anuais**. O **setor de iluminação** indicou que o **custo direto com avaliações, auditorias e/ou uso de certificações é de US\$ 8.000/ano por família de produto e por destino**. A entidade indicou, por outro lado, que o custo indireto não se aplica ao setor. O segmento de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados e o setor têxtil e de confecção apontaram não ser possível estimar o custo total do processo de demonstração da conformidade.

## BENEFÍCIOS PERCEBIDOS DA ADOÇÃO

Apesar dos custos relacionados à observância e à demonstração da conformidade a um padrão privado, a relevância do tema para grandes mercados consumidores, como os Estados Unidos e a União Europeia, torna a adequação às exigências privadas uma ferramenta estratégica de acesso a mercados. Nesse cenário, a adoção de padrões privados pode resultar em benefícios para, por exemplo, a qualidade do produto, o preço praticado e a imagem da empresa, entre outros ganhos.

### Benefícios da adoção sobre o produto-alvo e o setor

A Tabela 22 apresenta os benefícios indicados pelos respondentes como decorrentes da adoção de exigências privadas.

**Tabela 22.** Benefícios decorrentes da adoção de padrões privados, conforme relato de representantes dos setores consultados.  
Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                           | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Aumento da produtividade</b>           |         |       |        | X    |
| <b>Melhora da imagem da empresa/setor</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Melhora dos preços</b>                 |         |       | X      |      |
| <b>Responsabilidade socioambiental</b>    | X       |       |        | X    |
| <b>Outros</b>                             | X       | X     | X      | X    |

Todos os setores respondentes indicaram haver **ganhos de imagem**<sup>59</sup> relacionados ao atendimento a padrões privados. O setor de iluminação sinalizou a melhora dos preços como benefício da obtenção da certificação, enquanto o setor têxtil e de confecção identificou um aumento da produtividade<sup>60</sup> resultante da adesão às exigências privadas. Outros ganhos mencionados pelas entidades estão relacionados com a **garantia de qualidade e segurança do alimento** (ABIMAPI), demonstração da **responsabilidade socioambiental** do setor (ABIMAPI e ABIT) e ampliação de **acesso a mercados** (ABICS, ABILUX e ABIT).

### Ganhos observados pelo cumprimento do padrão privado

Ganhos resultantes do cumprimento do padrão privado podem incluir o acesso a mercados relevantes, aumento de *market share*, diferenciação do produto-alvo e maior eficiência produtiva, entre outros fatores. Sob essa lógica, o estudo buscou identificar quais são os ganhos observados pelos setores respondentes no caso de cumprimento do padrão privado aplicável ao produto-alvo (Tabela 23).

59 O item contempla aspectos relacionados, por exemplo, ao posicionamento de imagem da empresa/setor.

60 O item contempla aspectos relacionados à otimização/aperfeiçoamento de processos e uso de recursos.

**Tabela 23.** Ganhos observados no caso de cumprimento do padrão privado aplicável ao produto-alvo e requerido por agentes de mercado no país de destino, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                 | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Acesso a mercados de nicho</b>                                               | X       | X     | X      | X    |
| <b>Aumento da capacidade da empresa/setor em cumprir padrões internacionais</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Aumento da eficiência produtiva e/ou incorporação de novas tecnologias</b>   | X       |       |        | X    |
| <b>Aumento da participação no mercado (<i>market share</i>)</b>                 |         | X     |        | X    |
| <b>Diferenciação dos produtos em relação à concorrência</b>                     |         | X     |        | X    |
| <b>Empresa/setor não cumpre com o padrão privado</b>                            |         |       |        |      |
| <b>Melhora na qualidade e na segurança dos produtos</b>                         | X       | X     |        | X    |
| <b>Observância de objetivos de desenvolvimento sustentável</b>                  |         |       |        | X    |
| <b>Presença estável nos mercados de destino</b>                                 | X       |       | X      | X    |
| <b>Outros</b>                                                                   |         |       |        |      |

Observa-se que o **acesso a mercados de nicho e o aumento da capacidade do setor em cumprir padrões internacionais são os principais ganhos observados**, sendo identificados por todos os setores participantes da pesquisa. A melhora na qualidade e na segurança dos produtos (ABIMAPI, ABICS e ABIT) e a presença estável nos mercados de destino (ABIMAPI, ABILUX e ABIT) também apresentam relevância nos resultados. Outros ganhos apontados incluem: aumento da eficiência produtiva (ABIMAPI e ABIT), diferenciação em relação à concorrência (ABICS e ABIT), ganhos de *market share* (ABICS e ABIT) e cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável (ABIT).

## IMPACTO SOBRE COMUNIDADES LOCAIS

O sexto eixo da pesquisa buscou identificar eventuais impactos da adoção do padrão privado sobre as comunidades locais envolvidas no processo de adaptação a tais exigências, incluindo, por exemplo, a melhora dos serviços ecossistêmicos. Questionados a respeito de potenciais implicações para as comunidades locais, a maioria das entidades respondentes indicou que não há impactos (Tabela 24).

**Tabela 24.** Existência de eventuais impactos sobre as comunidades locais devido à adoção do padrão privado, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                          | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|--------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Sim (especificar)</b> | X       |       |        |      |
| <b>Não</b>               |         | X     | X      | X    |
| <b>Outros</b>            |         |       |        |      |

A única entidade que indicou haver impactos sobre as comunidades locais foi a ABIMAPI. A Associação apontou que, no caso de orgânicos, há melhoras nas comunidades que cultivam os ingredientes necessários para os produtos que serão processados pela indústria. Os ganhos para tais comunidades estão relacionados à **redução de agroquímicos no cultivo, resultando em melhora na qualidade de vida do agricultor, bem como em menor impacto no ambiente rural**. Os demais respondentes afirmam não haver implicações para as comunidades locais, com destaque para o setor de têxtil e de confecção, que ressaltou que o escopo dessa indústria não possui interação com esse recorte da população.

## PARTICIPAÇÃO NA FORMATAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS

Estudo publicado pela Fiesp e pelo Ciesp, em 2022, a respeito do tema de barreiras técnicas ao comércio<sup>61</sup>, elaborado com base em consultas a entidades representativas do setor produtivo brasileiro, identificou a existência de preocupações relacionadas à falta de um fórum internacional de discussões dos padrões privados. Benefícios relacionados à criação de um espaço de diálogo estariam relacionados à **possibilidade de manifestação, por parte do setor produtivo, acerca das exigências privadas que impactam as suas exportações**. Desse modo, a presente pesquisa buscou qualificar qual o espaço oferecido para participação dos setores respondentes na formatação dos requisitos privados (Tabela 25).

**Tabela 25.** Espaço oferecido para participação do setor na formatação dos padrões privados, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                   | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|---------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Elevado número de oportunidades para participação |         | X     |        |      |
| Oportunidades regulares para participação         | X       |       |        |      |
| Baixo número de oportunidades para participação   |         |       | X      | X    |

Observa-se que a percepção dos setores quanto ao espaço para participação na elaboração das exigências privadas diverge. Os **segmentos de iluminação e têxtil e de confecção indicaram haver baixo número de oportunidades para participação**. Por outro lado, o **setor de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados afirmou haver oportunidades regulares** para participação na formação dos padrões privados, enquanto o **de café solúvel apontou que há elevado espaço para participação**.

## ADERÊNCIA A PADRÕES INTERNACIONAIS

O oitavo eixo da pesquisa visou avaliar se as exigências privadas estão baseadas em padrões internacionais relevantes (ex.: *Codex Alimentarius*, *World Organisation for Animal Health – WOA*, *International Electrotechnical Commission – IEC* etc.) ou se possuem referências e requisitos próprios. Dada a multiplicidade de padrões privados, o alinhamento entre as exigências privadas e os padrões internacionais é considerado benéfico ao setor produtivo na medida em que **reduz a fragmentação excessiva desses requisitos, facilitando o processo de adequação das empresas e contribuindo para ganhos de competitividade das exportações**.

61 FEDERAÇÃO E CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Barreiras Técnicas ao Comércio: Estudo de Qualificação dos Principais Desafios identificados pela Fiesp e pelo Ciesp**, 2022. Disponível em: <https://sitefiespstorage.blob.core.windows.net/uploads/2022/08/file-20220810185926-derex-barreiras-tecnicas-novo.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2023.

A **ABICS**, a **ABIMAPI** e a **ABIT** apontaram que os padrões privados que incidem sobre as exportações dos respectivos setores estão **baseados em referências próprias**. A **ABIT** complementou que, atualmente, não há padrões internacionais estabelecidos para a indústria têxtil e de confecção. Todavia, a entidade indicou que tem se engajado na criação de recomendações que uniformizem aspectos de padrões privados, por exemplo, na área trabalhista, vislumbrando ganhos de desburocratização advindos dessa harmonização. A **ABICS** ainda ressaltou que os padrões privados do setor também podem estar baseados em referências internacionais. A **ABILUX**, por sua vez, apontou que a situação não se aplica ao seu setor, uma vez que os padrões privados no segmento de iluminação seguem duas linhas: os padrões estadunidenses ou europeus.

## COMPARAÇÃO DOS PADRÕES PRIVADOS COM OUTROS TIPOS DE EXIGÊNCIAS

Há uma multiplicidade de padrões que podem incidir sobre uma exportação. Esses padrões podem ter o caráter privado ou público e serem de origem doméstica ou estrangeira. A variedade de padrões pode gerar uma **sobreposição entre exigências obrigatórias e voluntárias**, acarretando maiores custos para a adoção dos requisitos aplicáveis. Nesse cenário, o presente eixo compara os padrões de produção públicos e privados, buscando compreender se há uniformidade entre as exigências e se os padrões privados utilizados no Brasil são aceitos em mercados de destino das exportações brasileiras.

### Nível de restrição dos padrões privados

As exportações brasileiras, além de estarem eventualmente sujeitas ao cumprimento voluntário de padrões privados em certos mercados de destino, também podem estar sob o escopo de exigências obrigatórias, sejam essas domésticas ou estrangeiras. A **percepção entre os setores a respeito do alinhamento entre as exigências privadas e as obrigatórias varia** (Tabela 26). Os setores de café solúvel e de iluminação apontam que o padrão privado é mais restritivo que exigências obrigatórias atendidas. Os setores de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados e de têxtil e de confecção, por sua vez, destacam que o cenário varia de acordo com a exigências, havendo tanto padrões privados alinhados às exigências obrigatórias quanto requisitos privados mais exigentes (tal indicação foi representada no gráfico por meio da opção “Outros”). A entidade representativa do setor de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados esclareceu adicionalmente que são enfrentadas, atualmente, regras governamentais que regulam padrões nutricionais e estabelecem sobretaxas para produtos com algum conteúdo nutricional nocivo à saúde, como alto teor de açúcar, gordura, sódio ou calorias. Esse cenário é verificado, sobretudo, na América Latina, principal região de destino dos produtos.

**Tabela 26.** Comparação entre os padrões privados do produto-alvo e exigências obrigatórias (domésticas ou estrangeiras) atendidas pelo setor, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                             | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| O padrão privado é mais restritivo/exigente                                 |         | X     | X      |      |
| O padrão privado iguala-se aos padrões obrigatórios em termos de exigências |         |       |        |      |
| O padrão privado do produto-alvo é menos restritivo/exigente                |         |       |        |      |
| Outros                                                                      | X       |       |        | X    |

Em comparação às normas internacionais eventualmente atendidas pelos setores respondentes, a ABICS e a ABILUX indicaram que os padrões privados são mais restritivos. A ABIMAPI, por outro lado, apontou que, em certos casos, os padrões privados possuem exigências semelhantes às normas internacionais, porém também podem ter natureza mais restritiva (tal indicação foi representada no gráfico por meio da opção “Outros”). A entidade destacou ainda que, por vezes, os padrões privados e as normas internacionais estão direcionados a aspectos diferentes, uma vez que os padrões privados criam restrições de acesso a mercados referentes a padrões de saúde, sustentabilidade ou mesmo acerca da composição de produtos com ingredientes específicos. A ABIT não indicou se as normas internacionais atendidas pelo setor são mais, menos ou tão restritivas/exigentes quanto os padrões privados que incidem sobre os produtos. A percepção geral dos setores está disposta na Tabela 27.

**Tabela 27.** Comparação entre os padrões privados do produto-alvo e normas internacionais atendidas pelo setor, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                             | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| O padrão privado é mais restritivo/exigente                                 |         | X     | X      |      |
| O padrão privado iguala-se às normas internacionais em termos de exigências |         |       |        |      |
| O padrão privado do produto-alvo é menos restritivo/exigente                |         |       |        |      |
| Outros                                                                      | X       |       |        | X    |

### Uniformidade de requisitos

Em complemento à análise do nível de restrição dos padrões privados em comparação às exigências obrigatórias (domésticas ou estrangeiras) e às normas internacionais, outro aspecto mapeado diz respeito à possível uniformidade entre os requisitos públicos ou privados que incidem sobre as exportações dos setores respondentes. Observou-se, sobre esse ponto, que, para a maioria das entidades de classe respondentes, **não há uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo** (Tabela 28).

**Tabela 28.** Uniformidade de requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                          | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Há uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo     |         | X     |        |      |
| Não há uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo | X       |       | X      | X    |
| Outros                                                                                   |         |       |        |      |

A falta de uniformidade entre as múltiplas exigências aplicadas às exportações dos setores, conforme mencionado anteriormente, gera custos extras com processos de adaptação aos variados requisitos e de demonstração da conformidade, podendo ser obstáculo ao acesso a novos mercados. O **setor de café solúvel foi o único que indicou haver uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo.**

## Nível de aceitação de padrões utilizados no Brasil

Um último aspecto mapeado no presente eixo está relacionado à capacidade de aceitação ou reconhecimento, pelo mercado de destino das exportações, dos padrões privados utilizados no Brasil (locais ou nacionais). Enquanto os **setores de iluminação, de têxtil e de confecção e de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados afirmaram que há uma baixa aceitação, o setor de café solúvel apontou que exigências privadas adotadas localmente têm elevada aceitação ou reconhecimento nos mercados de destino do produto-alvo do setor** (Tabela 29).

**Tabela 29.** Nível de aceitação ou reconhecimento, pelo mercado de destino das exportações, dos padrões privados utilizados no Brasil (locais ou nacionais), conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                            | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|--------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Elevada aceitação ou reconhecimento</b> |         | X     |        |      |
| <b>Indiferente</b>                         |         |       |        |      |
| <b>Baixa aceitação ou reconhecimento</b>   | X       |       | X      | X    |
| <b>Outros</b>                              |         |       |        |      |

## RELAÇÃO DOS PADRÕES PRIVADOS COM O ACESSO A MERCADOS

Considerando que o acesso a certos mercados pode estar sujeito ao cumprimento de padrões privados e que apenas o atendimento às exigências privadas pode não ser condição suficiente para efetivar a exportação, o eixo buscou entender a relação entre o cumprimento de exigências privadas e o acesso efetivo ao mercado de destino das exportações. Sob essa perspectiva, mapeou-se junto aos setores respondentes a importância de adesão aos padrões privados que afetam o produto-alvo para a concretização do processo de exportação (Tabela 30).

**Tabela 30.** Percepção do setor sobre a necessidade de adesão aos padrões privados que afetam o produto-alvo nas exportações, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                                                                        | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo é condição necessária, mas não suficiente para a exportação</b> | X       |       | X      |      |
| <b>O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo é condição necessária e suficiente para a exportação</b>        |         | X     |        |      |
| <b>O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo não é condição necessária nem suficiente para a exportação</b>  |         |       |        | X    |

Enquanto a ABIMAPI e a ABILUX afirmaram que o cumprimento do padrão privado aplicado ao produto-alvo é condição necessária, porém não suficiente para a exportação, a ABICS indicou que a adesão à exigência privada é condição necessária e suficiente para o acesso ao mercado de intenção. A ABIT, por outro lado, apontou que o atendimento ao padrão privado não se configura como condição necessária nem suficiente para a efetivação do processo de exportação. Nesse sentido, para os **setores de café solúvel, de iluminação e de biscoitos, mas-**



**nas alimentícias e pães e bolos industrializados, o cumprimento do padrão privado é entendido como uma condição de acesso a mercado.** Para o **setor têxtil e de confecção, o atendimento ao padrão privado é caracterizado como um diferencial de mercado**, ainda não sendo considerado como exigência de acesso.

## ADEQUAÇÃO AOS PADRÕES PRIVADOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O último eixo da pesquisa está direcionado a entender o processo de adequação aos padrões privados pelos setores, destacando aspectos relacionados a esforços e desafios para a adaptação da produção e à oferta de assistência técnica por agentes terceiros.

### Não cumprimento do padrão privado

Considerando-se as situações em que o setor não cumpriu com os padrões privados requeridos nos mercados de destino, foram avaliados os motivos responsáveis pela não observância das exigências e os esforços empreendidos pelo setor para a adequação ao padrão privado aplicável.

Observa-se que, no que diz respeito aos motivos para a inobservância dos padrões privados requeridos, a **ABIMAPI, a ABICS e a ABIT indicaram que o não cumprimento não restringe a entrada em mercados relevantes, a ABIMAPI e a ABILUX apontaram que os custos de adequação são superiores aos ganhos de mercado e a ABIMAPI destacou a falta de financiamento como obstáculo à adaptação às exigências privadas** (Tabela 31).

**Tabela 31.** Motivos para a não observância de exigências privadas aplicáveis ao produto-alvo e requeridas por agentes de mercado no destino das exportações, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                            | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|----------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Entendimento de que os ganhos estimados não superam os custos de adaptação | X       |       | X      |      |
| Falta de financiamento para adaptação do processo produtivo às exigências  | X       |       |        |      |
| Inexistência de restrição à entrada do produto-alvo em mercados relevantes | X       | X     |        | X    |

Em relação aos esforços empreendidos com vistas ao cumprimento dos padrões privados (Tabela 32), a **ABIMAPI, a ABICS e a ABILUX indicaram a realização de investimentos em modernização e/ou adaptação do processo produtivo**, enquanto a **ABIT apontou que a exigência privada não restringe, em geral, o acesso a mercados relevantes**.

**Tabela 32.** Esforços empreendidos pelo setor visando a adequação aos padrões privados aplicáveis ao produto-alvo e requeridos por agentes de mercado no destino das exportações, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                           | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|---------------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Busca de financiamento para adaptação do processo produtivo às exigências | X       | X     | X      |      |
| O descumprimento da exigência privada não afeta as exportações            |         |       |        | X    |

|                                                                                                                           |  |  |  |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|--|
| Investimentos em modernização/adaptação do processo produtivo                                                             |  |  |  |  |
| Tentativa de comprovação de que o produto exportado cumpre os padrões privados mediante o atendimento a outras exigências |  |  |  |  |
| Outros                                                                                                                    |  |  |  |  |

## Assistência técnica

Um último aspecto a ser discutido diz respeito à oferta de assistência técnica para a adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações. As respostas dos setores estão agregadas na Tabela 33.

**Tabela 33.** Existência de oferta de assistência técnica relacionada à adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo do setor, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                   | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|-------------------|---------|-------|--------|------|
| Sim               | X       | X     | X      | X    |
| Não               |         |       |        |      |
| Não sei responder |         |       |        |      |
| Outro             |         |       |        |      |

Todos os respondentes indicaram haver oferta de assistência técnica relacionada à adequação às exigências privadas. Os agentes responsáveis pela assistência indicados pelos setores estão dispostos na Tabela 34.

**Tabela 34.** Agentes responsáveis pela oferta de assistência técnica relacionada à adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo do setor, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                    | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| Agências de promoção de exportação |         |       |        |      |
| Governos                           |         |       |        |      |
| ONGs                               |         |       | X      |      |
| Organizações internacionais        | X       | X     |        |      |
| Outros                             | X       |       |        | X    |

O setor de biscoitos, massas alimentícias e pães e bolos industrializados indicou que a assistência técnica é ofertada tanto por organizações internacionais quanto pela própria entidade de classe (ABIMAPI) para as empresas. Para o setor de café solúvel, os agentes responsáveis pela assistência técnica são organizações internacionais. O setor de iluminação, por sua vez, apontou que a assistência técnica é ofertada por Organizações Não Governamentais (ONGs). Finalmente, no setor de têxtil e de confecção, a assistência técnica é oferecida pelas próprias certificadoras.

No que tange à forma da assistência técnica, o **processo de adequação aos padrões privados inclui a disponibilização de informações sobre as exigências e a realização de treinamentos**. As respostas dos setores estão elencadas na Tabela 35.

**Tabela 35.** Forma da assistência técnica ofertada para a adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo do setor, conforme relato de representantes dos setores consultados. Fonte: questionários das associações e elaboração própria.

|                                                                  | ABIMAPI | ABICS | ABILUX | ABIT |
|------------------------------------------------------------------|---------|-------|--------|------|
| <b>Assistência financeira</b>                                    |         |       |        |      |
| <b>Disponibilização de informações sobre os padrões privados</b> | X       | X     | X      | X    |
| <b>Treinamentos</b>                                              | X       | X     |        |      |
| <b>Outros</b>                                                    |         |       |        | X    |

A ABIMAPI e a ABICS indicaram que a assistência técnica às empresas dos seus respectivos setores se dá por meio da disponibilização de informações sobre os padrões privados e a realização de treinamentos, enquanto para o setor de iluminação esse processo ocorre apenas via disseminação de informações. Por fim, a ABIT, indicou que a assistência técnica ocorre de outras maneiras, incluindo mediante a disponibilização de informações.

# BRASIL E O MAPEAMENTO DO *INTERNATIONAL TRADE CENTRE* (ITC)

## A correspondência entre os padrões privados adotados pelos setores industriais brasileiros e aqueles previstos no ITC

A ferramenta *Standards Map* do ITC reúne um conjunto abrangente de padrões privados. A questão que se coloca, contudo, é se tais exigências, inseridas na base de dados do ITC, são úteis para os exportadores brasileiros e se os padrões privados utilizados pelo Brasil estão listados no ITC.

Este tópico do estudo tem o intuito de esclarecer em que medida os padrões privados adotados em cada um dos setores industriais analisados correspondem àqueles previstos no *Standards Map* do ITC para os mesmos segmentos. Em outras palavras, busca-se determinar a porcentagem de padrões privados usados pelo Brasil que são também elencados na ferramenta do ITC. A questão é relevante, uma vez que se deseja analisar se os padrões privados mais comumente utilizados pelas firmas brasileiras (conforme respostas apresentadas pelas respectivas associações ao questionário elaborado) correspondem àqueles previstos na referida plataforma de alcance internacional com número expressivo de exigências privadas, públicas ou internacionais.

A partir das respostas providas pela ABICS, a correspondência entre as exigências identificadas como aplicáveis pela associação e aquelas presentes no *Standards Map* do ITC é de 38,46%. Constam na referida plataforma os padrões 4C, BRC, Fairtrade, Rainforest Alliance e USDA Organic – todos mencionados pela entidade setorial. A Tabela 36 apresenta a totalidade dos padrões mencionados pela associação e elucida quais são aqueles inseridos no *Standards Map*.

**Tabela 36.** Comparação entre as exigências previstas na base de dados do ITC e aquelas relatadas pela indústria de café solúvel. Elaboração própria.

| NOMES DOS PADRÕES PRIVADOS OU DAS CERTIFICAÇÕES MENCIONADAS PELA ENTIDADE | STATUS NO ITC   |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| 4C                                                                        | <b>Presente</b> |
| Belarus Certificate                                                       | Ausente         |
| BRC                                                                       | <b>Presente</b> |
| Fairtrade                                                                 | <b>Presente</b> |
| Halal Certification Services                                              | Ausente         |
| IBD Certificado Orgánico                                                  | Ausente         |
| ISO                                                                       | Ausente         |
| JAS Organic                                                               | Ausente         |
| Kosher                                                                    | Ausente         |
| Rainforest Alliance                                                       | <b>Presente</b> |
| Rostest                                                                   | Ausente         |
| SGS                                                                       | Ausente         |
| USDA Organic                                                              | <b>Presente</b> |

Para o setor de alimentos, a correspondência entre as exigências identificadas como aplicáveis pela entidade setorial e aquelas constantes no *Standards Map* do ITC é de 30%. Conforme consta na Tabela 37, os padrões BRCGS, IFS e FSSC 22000 são aqueles relatados pela associação e que são descritos no *Standards Map*.

**Tabela 37.** Comparação entre as exigências previstas na base de dados do ITC e aquelas relatadas pela indústria de alimentos. Elaboração própria.

| NOMES DOS PADRÕES PRIVADOS OU DAS CERTIFICAÇÕES MENCIONADAS PELA ENTIDADE | STATUS NO ITC   |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| BRCGS                                                                     | <b>Presente</b> |
| FSSC 22000                                                                | <b>Presente</b> |
| Gluten Free                                                               | Ausente         |
| HACCP                                                                     | Ausente         |
| Halal                                                                     | Ausente         |
| International Featured Standards                                          | <b>Presente</b> |
| Kosher                                                                    | Ausente         |
| Non GMO                                                                   | Ausente         |
| Organic                                                                   | Ausente         |
| Vegan                                                                     | Ausente         |

Com base nas respostas providas pela ABIT, a correspondência entre os padrões identificados pela associação como aplicáveis e aqueles constantes no *Standards Map* do ITC é de 33,33%. A Tabela 38 ilustra o conjunto das exigências relatadas e revela quais são aquelas também previstas no *Standards Map*.

**Tabela 38.** Comparação entre as exigências previstas na base de dados do ITC e aquelas relatadas pela indústria têxtil e de confecção. Elaboração própria.

| NOMES DOS PADRÕES PRIVADOS OU DAS CERTIFICAÇÕES MENCIONADAS PELA ENTIDADE | STATUS NO ITC   |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| American Apparel & Footwear Association (AAFA)                            | Ausente         |
| B Corp                                                                    | Ausente         |
| Blue Angel                                                                | Ausente         |
| Bluesign                                                                  | Ausente         |
| Crade to Cradle Certified™ (C2C)                                          | <b>Presente</b> |
| Ecocert                                                                   | Ausente         |
| EU Ecolabel                                                               | <b>Presente</b> |
| Fair Trade Textile                                                        | <b>Presente</b> |
| Global Organic Textile Standard Certification (GOTS)                      | Ausente         |
| Global Recycle Standard Certification                                     | Ausente         |
| Higg Index                                                                | Ausente         |
| ICEA                                                                      | Ausente         |
| Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)                      | Ausente         |
| Naturtextil IVN BEST Certified                                            | Ausente         |
| Nordic Swan                                                               | Ausente         |
| Roadmap to Zero Programme (ZDHC)                                          | Ausente         |
| Standard 100 da OEKO-TEX                                                  | <b>Presente</b> |
| STeP da OEKO-TEX                                                          | <b>Presente</b> |
| Organic Content Standards (OCS)                                           | Ausente         |
| USDA Certified Organic                                                    | <b>Presente</b> |
| World Responsible Accreditation Production                                | <b>Presente</b> |

Por fim, no setor de iluminação, não há correspondência entre os padrões privados mencionados pela ABILUX e aqueles constantes no *Standards Map* do ITC.

Em resumo, ao serem considerados os quatro setores analisados a partir dos dados disponíveis para cada um deles no *Standards Map* e dos relatos das associações, a correspondência é maior no setor de café solúvel (38,46%), seguida pelos setores têxtil (33,33%) e de alimentos (30%).

Em síntese, observa-se certa discrepância entre os padrões dispostos no ITC e aqueles usados pelos produtores e exportadores industriais brasileiros alvo do presente estudo. Essa baixa correspondência pode ser entendida por dois lados. Se, por um, demonstra a baixa adesão de exportadores brasileiros aos padrões elencados no *Standards Map*, por outro, pode indicar que as exigências dispostas no ITC não espelham aquelas exigidas nos mercados de destino das exportações brasileiras. Nesse sentido, o grau de desalinhamento entre os padrões dispostos no ITC e aqueles adotados pelos setores analisados não representa, necessariamente, uma falta de aderência do setor produtivo brasileiro às melhores práticas internacionais, mas pode demonstrar a tomada de decisões estratégicas para acesso aos mercados de interesse.

## CONCLUSÕES E SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO

O presente estudo buscou qualificar o debate a respeito dos efeitos (positivos e negativos) da exigência de padrões privados sobre as exportações brasileiras de um conjunto de entidades de classe pertencentes aos setores selecionados. Para isso foram aplicados questionários e realizadas consultas técnicas junto a quatro entidades representativas do setor produtivo sobre diferentes aspectos envolvendo os requisitos privados, incluindo: **(i)** os mercados de destino responsáveis pelas exigências; **(ii)** a natureza das certificações; **(iii)** os obstáculos e custos para o cumprimento dos padrões privados; **(iv)** os ganhos resultantes da adoção da norma privada; **(v)** o espaço de participação do setor privado na formatação das exigências; **(vi)** a comparação com outros tipos de requisitos; e **(vii)** o oferecimento de assistência técnica.

No que tange aos mercados de destino responsáveis pelas exigências, os países e regiões mais citados foram Estados Unidos, Europa e Canadá. Outros países também mencionados foram: Argentina, Colômbia, Indonésia, Japão e México. Há, portanto, um diverso rol de mercados onde o cumprimento de padrões privados é requerido para a efetivação da exportação, embora **essa tendência ainda esteja concentrada em economias desenvolvidas**. Com relação à natureza das normas privadas, observa-se uma **prevalência de padrões voltados à promoção de negócios sustentáveis e à garantia de direitos humanos e trabalhistas**.

A respeito dos obstáculos impostos para o cumprimento dos padrões privados, as principais menções dos setores referem-se tanto à **ausência de harmonização em relação a outras exigências quanto aos custos de adequação do processo produtivo**. Por outro lado, os custos para obtenção da certificação resultam das **taxas cíclicas de certificação, da necessidade de adaptação às especificações das exigências privadas, de investimentos em infraestrutura e dos procedimentos de demonstração da conformidade**.

Ganhos observados com a adoção de padrões privados pelos setores respondentes incluem **o acesso a mercados de nicho, o aumento da capacidade de cumprir com padrões internacionais, a melhora na qualidade e segurança dos produtos e a presença estável nos mercados de destino**. No que se refere ao espaço de participação do setor privado na formatação das exigências, a pesquisa identificou que a **percepção dos setores difere**: enquanto metade dos respondentes apontou haver baixo número de oportunidades para participação, as demais entidades de classe indicaram haver oportunidades regulares e/ou elevado número de oportunidades para participação.

Buscando avaliar a existência de eventual sobreposição entre os padrões privados e outras exigências, o estudo comparou as normas privadas com outros padrões, de caráter privado ou público, que incidem sobre as exportações dos setores analisados. Tanto no que diz respeito às exigências obrigatórias (domésticas ou estrangeiras) quanto no que se refere às normas internacionais atendidas pelos setores respondentes, o **padrão privado é, na maioria dos casos, mais restritivo/exigente**. Em complemento, a maioria das entidades de classe indicou a **falta de uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados)** e o **baixo reconhecimento dos padrões privados utilizados no Brasil**.

Finalmente, outro aspecto mapeado na pesquisa está relacionado à oferta de assistência técnica para a adequação aos padrões privados exigidos nos mercados de destino das exportações. Identificou-se que **todos os setores respondentes indicaram que há o oferecimento de assistência técnica**. Os agentes responsáveis por esse processo variam, incluindo **organizações internacionais, organizações não governamentais, as próprias empresas certificadoras e as entidades de classe**. A assistência técnica ocorre mediante a **disponibilização de informações sobre as exigências e a realização de treinamentos**.

Cabe ressaltar que o diagnóstico obtido com os questionários não deve ser considerado representativo de todo o universo exportador brasileiro, em face da amostra reduzida de setores analisados. Portanto, embora os resultados alcançados no presente trabalho permitam identificar alguns dos principais desafios enfrentados pelo setor privado no endereçamento dos padrões privados, tais informações também sugerem a necessidade de que a mesma análise seja empreendida em trabalhos futuros que contemplem outros segmentos produtivos que possuam atividade exportadora e sejam potencialmente afetados pela discussão.

No que tange aos padrões registrados na base de dados do *Standards Map* do ITC, o mapeamento concluiu que há uma **baixa correspondência entre os padrões indicados na plataforma e aqueles adotados pelos setores industriais brasileiros** consultados para a elaboração do presente estudo.

De um lado, essa diferença pode ser explicada à luz da eventual dificuldade de se identificar e/ou adotar os padrões privados exigidos nos principais mercados de destino das exportações brasileiras. Nessas situações, a inobservância das exigências privadas exibidas na plataforma pode, na prática, representar óbice ao acesso de produtos brasileiros aos mercados em que esses padrões são exigidos pelos compradores locais.

Por outro lado, tal incompatibilidade pode ser explicada pelo fato de que as exigências identificadas na plataforma são incorporadas a esta por iniciativa das organizações que as elaboraram, restando dúvidas sobre a própria capacidade da base de reunir os padrões privados mais comumente utilizados no comércio internacional. Além disso, a relativa baixa aderência dos padrões reportados pelas associações empresariais àqueles presentes no *Standards Map* também pode significar que a plataforma é pouco representativa dos padrões impostos às exportações brasileiras dos setores analisados, não se aplicando diretamente ao escopo de produto ou às regiões geográficas de interesse dos exportadores.

Finalmente, há de se ressaltar que o presente estudo não buscou avaliar a efetiva capacidade dos padrões privados reportados pelas entidades de endereçar as preocupações tematicamente relacionadas a essas exigências (tais como mudanças climáticas, trabalho justo, agricultura sustentável etc.). As análises promovidas no âmbito do questionário aplicado se destinaram a compreender, sobretudo, o impacto econômico derivado do cumprimento (ou do descumprimento) dos padrões privados pelos segmentos analisados, havendo pouca profundidade no exame dos resultados específicos almejados pelas exigências ou mesmo da capacidade dessas medidas de resolverem eventuais externalidades negativas. De forma mais específica, tampouco foi realizado um juízo quanto ao nível de adequação dos parâmetros empregados pelas exigências privadas para aferir apropriadamente a conformidade regulatória do processo produtivo das firmas exportadoras. Investigação complementar nesse sentido poderá ser empreendida em futuros trabalhos sobre o tema.

Com base no diagnóstico apresentado ao longo deste documento, e tendo em vista o objetivo de contribuir com o processo de elaboração de políticas públicas relacionadas à incorporação dos padrões privados considerados relevantes para o processo produtivo das firmas industriais brasileiras e à mitigação de seus eventuais efeitos nocivos, propõe-se:

- **A realização de ações de sensibilização dos setores industriais brasileiros a respeito do tema de padrões privados e a divulgação de ferramentas úteis na identificação e avaliação dessas exigências.** Destacam-se a base de dados do *Standards Map*, do *International Trade Centre*, e a **Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS)**, do INMETRO. Sugere-se que as campanhas contenham enfoque setorial e destaquem a natureza das normas e os seus impactos no processo de exportação dos segmentos abrangidos, buscando informar o setor privado acerca das normas voluntárias e auxiliá-lo no planejamento de exportações destinadas a mercados em que a adesão a tais exigências seja comumente requerida. Tais ações poderão ainda contribuir para que os setores industriais avaliem oportunamente a pertinência de elevar o nível de adesão a exigências comumente referenciadas no *Standards Map* e outras bases internacionais;



- **O aprofundamento das análises técnicas conduzidas no âmbito da Plataforma Brasileira de NVS**, do INMETRO, de modo que se busque ampliar o nível de clareza em relação ao impacto dos padrões privados e às melhorias requeridas no processo de elaboração e difusão dessas exigências. As análises devem buscar compreender os impactos econômicos dos custos do processo de adaptação aos requisitos privados, bem como eventuais ganhos financeiros decorrentes da adequação aos referidos padrões;
- **O aumento do engajamento do governo brasileiro no âmbito de organizações normalizadoras internacionais**, visando fomentar a adequação das exigências produzidas nesses fóruns ao “Código de Boa Conduta para a Elaboração, Adoção e Aplicação de Normas” e aos Seis Princípios<sup>62</sup> relacionados à elaboração de normas internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC). A elaboração mais diligente de normas internacionais em fóruns como a *International Organization for Standardization* (ISO) pode exercer um efeito indireto no processo de construção de exigências privadas, as quais, por vezes, incorporam padrões internacionais por referência;
- **A formalização do Fórum “Barreiras Técnicas” ou o estabelecimento de foro similar, dotado de institucionalidade e inserido na estrutura do Conselho de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO), destinado a servir como mecanismo consultivo junto ao INMETRO** em matérias sobre a agenda regulatória, incluindo o debate sobre padrões privados. As discussões conduzidas no âmbito do foro devem buscar conscientizar o setor produtivo brasileiro a respeito dos padrões privados, bem como sobre eventuais benefícios relacionados a ganhos de imagem e acesso a mercados resultantes do cumprimento das exigências;
- **A incorporação de aspectos relacionados à sustentabilidade no arcabouço normativo brasileiro (normas e regulamentos técnicos)**, com base em padrões internacionais relevantes e considerando a realidade e o interesse do Brasil e da indústria brasileira, visando a harmonização desses requisitos com as principais exigências constantes nos padrões privados dos mercados de interesse e ganhos de competitividade às exportações do País. Recomenda-se ainda o engajamento ativo do governo brasileiro em ações de monitoramento quanto ao conteúdo e aos impactos de exigências privadas com potencial de serem incorporadas no arcabouço normativo brasileiro. Tal dinâmica visa contribuir para a identificação de atualizações e ajustes necessários na formatação das exigências públicas<sup>63</sup>, tornando-as compatíveis com os interesses sociais e as melhores práticas dos agentes de mercado – desde que atendidos os critérios desejados de segurança e eficiência;
- **A promoção de iniciativas de diálogo com entidades certificadoras estrangeiras, buscando a equivalência entre programas certificadores promovidos por estas e as certificações existentes no Brasil, ou o reconhecimento dos testes e ensaios realizados no País.** A equivalência entre as certificações nacionais e estrangeiras pode habilitar o produtor doméstico a cumprir os requisitos de certificação aplicáveis no mercado brasileiro e, ao mesmo tempo, ampliar a sua competitividade no mercado estrangeiro onde a certificação equivalente é exigida ou aceita. Vislumbra-se ainda que, no cenário em que há poucas ou nenhuma entidade reconhecida para certificar exportações destinadas ao mercado de interesse, o reconhecimento dos testes e ensaios realizados no Brasil possa contribuir para a redução de custos incorridos com processos de avaliação da conformidade – sobretudo nas situações em que os organismos certificadores dispuserem de competência para avaliar a conformidade de produtos tanto em relação a exigências obrigatórias quanto a voluntárias aplicáveis nos mercados de destino. As iniciativas podem ser conduzidas por entidades representativas do setor produtivo e orga-

62 Conforme “Decisão do Comitê de Barreiras Técnicas sobre os Princípios de Desenvolvimento de Padrões Internacionais, Guias e Recomendações em Relação aos artigos 2, 5 e Anexo 3 do Acordo”, contido no Anexo 4 da Segunda revisão trienal sobre a operação e implementação do Acordo sobre Barreiras Técnicas (“Acordo TBT”) da OMC.

63 A esse respeito, ver também: CEZAR, Rodrigo Fagundes; SUN, Yixian; Franco, Guilherme De. Unilateral green rules and voluntary standards: A balancing act for Brazil. **Hinrich Foundation**, 14 mai. 2024. Disponível em: [https://www.hinrichfoundation.com/research/wp/sustainable/unilateral-green-rules-and-voluntary-standards-a-balancing-act-for-brazil/?utm\\_source=podcast&utm\\_medium=offline&utm\\_campaign=unilateral-green-rules-in-brazil-unilateral-green-rules-in-brazil&utm\\_content=-](https://www.hinrichfoundation.com/research/wp/sustainable/unilateral-green-rules-and-voluntary-standards-a-balancing-act-for-brazil/?utm_source=podcast&utm_medium=offline&utm_campaign=unilateral-green-rules-in-brazil-unilateral-green-rules-in-brazil&utm_content=-). Acesso em: mai. 2024.

nismos certificadores do Brasil, com apoio do governo brasileiro (incluindo representantes das esferas federal e estadual), se necessário e quando cabível; e

- **O reforço das ações que se beneficiem da complementaridade entre as exigências públicas e privadas na esfera da governança regulatória.** De um lado, isso pode ocorrer mediante a adoção de políticas públicas que incorporem, em seu processo de regulamentação técnica, sanitária e fitossanitária, quando desejável e oportuno, aspectos sobre sustentabilidade e outras dimensões temáticas consideradas relevantes pelos diferentes segmentos produtivos. A promoção de iniciativas regulatórias lideradas pelo poder público dispõe do potencial catalisador de influenciar, *de facto*, o desenvolvimento de normas privadas e de certificações voltadas a avaliar o nível de alinhamento entre as práticas produtivas das firmas e as diretrizes contidas em políticas comerciais mandatórias. De outro lado, também é igualmente desejável que a regulamentação adotada pelo governo esteja alinhada à prática comercial das empresas e possa beneficiar-se de aspectos já presentes na rotina das operações observadas no mercado, sempre que isso não comprometer os níveis desejados de segurança e desempenho.

# REFERÊNCIAS

---

# REFERÊNCIAS

4C. Disponível em <https://www.4c-services.org/>. Acesso em 20/12/2022.

4C. Disponível em [What is 4C > 4C Services \(4c-services.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

ABICS. Disponível em [relatorio-cafe-soluvel-brasil-janeiro-2022 \(1\).pdf](#) Elaboração: CCGI

ABICS. Disponível em [relatorio-cafe-soluvel-janeiro2021.pdf](#). Acesso em 19/12/2022.

ABICS. White Paper. Disponível em [WHITE PAPER - ENG.indd \(abics.com.br\)](#). Acesso em 23/01/2023.

Abilux. Disponível em [Abilux](#). Acesso em 09/01/2023.

Abilux. Disponível em [Abilux Folder 2022](#). Acesso em 25/01/2023.

ABIMAPI. Cartilha Certificações Privadas Internacionais para Alimentos. São Paulo: ABIMAPI, 2018.

\_\_\_\_\_. Mercado Internacional. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/como-atuamos-mercado-internacional.php>. Acesso em: 16/12/2022.

\_\_\_\_\_. Sobre nós. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/nossa-casa-institucional.php>. Acesso em: 15/12/2022.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade para Indústria. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/como-atuamos-sustentabilidade-para-industria.php>. Acesso em: 16/12/2022.

\_\_\_\_\_. Técnico e Regulatório. Disponível em: <https://www.abimapi.com.br/como-atuamos-tecnico-e-regulatorio.php>. Acesso em: 15/12/2022.

ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO. Disponível em: <https://www.abit.org.br/uploads/arquivos/PADR%C3%95ES%20INTERNACIONAIS%20EM%20SUSTENTABILIDADE%20-%20ANEXO%20II.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÃO. Comércio exterior. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/dados-comercio-exterior-login>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÃO. Estudo de Sustentabilidade. Disponível em: [http://abit-files.abit.org.br/site/links\\_site/2019/08\\_agosto/estudo\\_sustentabilidade\\_uniethos.pdf](http://abit-files.abit.org.br/site/links_site/2019/08_agosto/estudo_sustentabilidade_uniethos.pdf). Acesso em 21 de janeiro de 2023.

ABRAPA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO. Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/sustentabilidade/algodao-brasileiro-responsavel.aspx>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

ABRAVEST – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO VESTUÁRIO. Selo de Qualidade. Disponível em: <https://abravest.org.br/site/selo-de-qualidade/>. Acesso em 25 de janeiro de 2023.

ANSI – AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. International Trade & Development. Disponível em: <https://www.ansi.org/trade-development/standardization/regions>. Acesso em 19 de fevereiro de 2024.

British Retail Consortium. Disponível em [The British Retail Consortium - BRC Food Safety](#). Acesso em 24/01/2023.

Canal Tech. Disponível em [O que é e para que serve o Selo Procel? - Canaltech](#). Acesso em 09/01/2023.

Celesc. Disponível em [NBR 10898: conheça a norma que define as regras para iluminação de emergência - Blog Celesc](#). Acesso em 21/01/2023.

Certificação 4C. Disponível em [How to obtain a 4C Certificate > 4C Services \(4c-services.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

Certificação BRCGS. Disponível em [Certificação de Segurança Alimentar da BRCGS | BRCGS SCS Global Services](#). Acesso em 20/12/2022.

Certificação ISO22000. Disponível em [Certificação em Segurança de Alimentos - ISO 22000 | BSI Brasil \(bsigroup.com\)](#). Acesso em 24/01/2023.

Certificação Orgânica. Disponível em [Organic Certification and Accreditation | Agricultural Marketing Service \(usda.gov\)](#). Acesso em 24/01/2023.

Certificado Rainforest Alliance. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org/pt-br/intuicoes/o-que-certificado-rainforest-alliance-significa/>. Acesso em 20/12/2022.

Certificação UTZ. Disponível em [Certificação UTZ \(agora parte da Rainforest Alliance\) | Rainforest Alliance | Para empresas \(rainforest-alliance.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

Coffee Data Standard. Disponível em [Coffee Data Standard – Global Coffee Platform](#). Acesso em 20/12/2022.

CSC. Disponível em [GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO CSC baixa \(globalcoffeeplatform.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

CSRC. Disponível em [CSRC\\_CoffeeSustainabilityReferenceCode\\_OCT21\\_PT.pdf \(globalcoffeeplatform.org\)](#). Acesso em 24/01/2023.

Empresa LEDVANCE. Disponível em [Sustainability | LEDVANCE](#). Acesso em 09/01/2023.

Empresa Real Café. Disponível em [Qualidade – Realcafé \(realcafesoluvel.com.br\)](#). Acesso em 20/12/2022.

Empresa Signify. Disponível em [Signify is the world's first lighting company with security certification for its connected lighting development process | Signify Company Website](#). Acesso em 21/01/2023.

Empresa UTC. Disponível em [UTZ Certification \(Now Part of the Rainforest Alliance\) | Rainforest Alliance \(rainforest-alliance.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

Fair Trade International. Disponível em [Fairtrade International](#). Acesso em 20/12/2022.

Fair trade. Disponível em [Diretriz\\_FairTrade\\_IBD](#). Acesso em 20/12/2022.

Fair Trade Climate Standard. Disponível em [Climate-Standard\\_EN.pdf \(fairtrade.net\)](#). Acesso em 16/01/2022.

Fair Trade Standard for Coffee. Disponível em [Coffee\\_SPO\\_EN.pdf \(fairtrade.net\)](#). Acesso em 20/12/2022.

GCP. Disponível em [About GCP – Global Coffee Platform](#). Acesso em 20/12/2022.

Guia LED Descomplicado. Disponível em [\[Abilux\] Guia LED - setembro-2019.indd](#). Acesso em 20/01/2023.

Halal Certification Services. Disponível em [Our History and Value – Halal Certification Services \(halalcs.org\)](#). Acesso em 20/12/2022.

INFOSOFT. Disponível em: <https://infosoft.com.br/certificacoes-do-setor-textil-infosoft-sistemas/>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

INTERTEK. [Certificação de Sistemas](#). Disponível em: <https://www.intertek-br.com/certificacao-de-sistemas/saiba-mais-smeta/>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

ISO 45000. Disponível em [ISO - ISO 45000 family — Occupational health and safety](#). Acesso em 21/01/2023.

ISO 50001. Disponível em [ISO - ISO 50001 — Energy management](#). Acesso em 09/01/2023.

ISO 9001. Disponível em [ISO - ISO 9001 and related standards — Quality management](#). Acesso em 09/01/2023.

ITC – INTERNATIONAL TRADE CENTRE. Standards Map. Disponível em: <https://www.standardsmap.org/en/home>. Acesso em: 10/01/2023.

JAS orgânico. Disponível em [Organic JAS : MAFF](#). Acesso em 24/01/2023.

JBS. Selo da Cadeia de Fornecimento. Disponível em: <https://jbs.com.br/qualidade/selo-da-cadeia-de-fornecimento/>. Acesso em: 27/01/2023.

LED Planet. Disponível em [Como Funciona A Certificação De Lâmpadas LED? \(ledplanet.com.br\)](#). Acesso em 21/01/2023.

LEDstar. Disponível em [Regulamentação INMETRO para Luminária Pública entra em vigor \(ledstar.com.br\)](#). Acesso em 21/01/2023.

MADI, Luis Fernando Ceribelli; REGO, Raul Amaral; VIALTA, Ailton (Eds.). Indústria de alimentos 2030: ações transformadoras em valor nutricional dos produtos, sustentabilidade da produção e transparência na comunicação com a sociedade. São Paulo: Ital/Abia, 2020.

NFS. Global Recycled Standard. Disponível em: [https://www.nsf.org/knowledge-library/global-recycled-standard#:~:text=The%20Global%20Recycled%20Standard%20\(GRS,requirements%2C%20chemical%20content%20and%20labeling](https://www.nsf.org/knowledge-library/global-recycled-standard#:~:text=The%20Global%20Recycled%20Standard%20(GRS,requirements%2C%20chemical%20content%20and%20labeling). Acesso em 21 de janeiro de 2023.

Norma GRI. A Short Introduction to GRI Standards. Disponível em [a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf \(globalreporting.org\)](https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards/a-short-introduction-to-the-gri-standards.pdf). Acesso em 21/01/2023.

Norma GRI. Disponível em [GRI - GRI Standards Portuguese Translations \(globalreporting.org\)](https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards/gri-standards-portuguese-translations). Acesso em 21/01/2023.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Guia de devida diligência da OCDE para cadeias de fornecimento responsáveis no setor de vestuário e calçados. Disponível em: <https://www.oecd.org/development/guia-de-devida-diligencia-da-ocde-para-cadeias-de-fornecimento-responsaveis-no-setor-de-vestuario-e-calcados-ce0e9e26-pt.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

OEKO. Disponível em: <https://www.oeko-tex.com/en/apply-here/oeko-tex-standard-100>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

RA. Disponível em [2020-RA-Sustainable-Agriculture-Standard-Farm-Requirements.pdf \(rainforest-alliance.org\)](https://www.rainforest-alliance.org/standards/2020-ra-sustainable-agriculture-standard-farm-requirements.pdf). Acesso em 20/12/2022.

Rainforest Alliance. Disponível em [2020-Sustainable-Agriculture-Standard Farm-Requirements Rainforest-Alliance-Pt-Br.pdf](https://www.rainforest-alliance.org/standards/2020-sustainable-agriculture-standard-farm-requirements-rainforest-alliance-pt-br.pdf). Acesso em 16/01/2022.

Real Café. Disponível em [Qualidade – Realcafé \(realcafesoluvel.com.br\)](https://www.realcafesoluvel.com.br/qualidade). Acesso em 20/12/2023.

Rostest. Disponível em [ROSTEST Certification Center](https://www.rostest.com.br/rotest-certification-center). Acesso em 24/01/2023.

SCS Scientific Certification Systems. Disponível em: <https://pt.scsglobalservices.com/services/recycled-claim-standard>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

Selo Eureciclo. Disponível em [Selo Eureciclo: o que é e como funciona essa certificação](https://www.eureciclo.org/pt-br/que-e-e-como-funciona-essa-certificacao). Acesso em 20/12/2022.

Selo Orgânico IBD. Disponível em [Selo Orgânico IBD | IBD Certificações](https://www.ibd.org.br/certificacoes). Acesso em 24/01/2023.

Selo Procel. Disponível em [Critério-Selo-Procel-Lampada-LED.pdf \(abilux.com.br\)](https://www.abilux.com.br/criterio-selo-procel-lampada-led.pdf). Acesso em 09/01/2023.

Selo Procel. Disponível em [Selo Procel \(procelinfo.com.br\)](https://www.procelinfo.com.br). Acesso em 09/01/2023.

Target. Disponível em [ABNT NBR 16026 NBR16026 Dispositivo de controle eletrônico c.c. ou \(target.com.br\)](https://www.target.com.br/ABNT-NBR-16026-NBR16026-Dispositivo-de-controle-eletronico-c.c.-ou). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [ABNT NBR IEC 62262 NBRIEC62262 Graus de proteção assegurados pelos \(target.com.br\)](https://www.target.com.br/ABNT-NBR-IEC-62262-NBRIEC62262-Graus-de-protecao-assegurados-pelos). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target Normas: ABNT NBR 13593 NBR13593 Reator e ignitor lâmpada](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-13593-NBR13593-Reator-e-ignitor-lampada). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [ABNT NBR IEC 60598-1 NBRIEC60598-1 Luminárias - Parte 1: Requisitos \(target.com.br\)](https://www.target.com.br/ABNT-NBR-IEC-60598-1-NBRIEC60598-1-Luminarias-Parte-1-Requisitos). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target. Normas: ABNT NBR 15129 NBR15129 Luminárias iluminação](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-15129-NBR15129-Luminarias-iluminacao). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target Normas: ABNT NBR 5101 NBR5101 Iluminação pública Procedimento](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-5101-NBR5101-Iluminacao-publica-Procedimento). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target Normas: ABNT NBR 5181 NBR5181 Sistemas de iluminação](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-5181-NBR5181-Sistemas-de-iluminacao). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target Normas: ABNT NBR IEC 60529 NBRIEC60529 Graus proteção](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-IEC-60529-NBRIEC60529-Graus-protecao). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target Normas: ABNT NBR IEC 61347-2-13 NBRIEC61347-2-13 Dispositivo](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-IEC-61347-2-13-NBRIEC61347-2-13-Dispositivo). Acesso em 21/01/2023.

Target. Disponível em [Target. Normas: ABNT NBR 5461 NBR5461 Iluminação](https://www.target.com.br/Target-Normas-ABNT-NBR-5461-NBR5461-Iluminacao). Acesso em 21/01/2023.

UN Global Compact. Disponível em [Pacto Global](https://www.unglobalcompact.org/pt-br/pacto-global). Acesso em 09/01/2023.

UN Global Compact. Disponível em [What's the Commitment? | UN Global Compact](https://www.unglobalcompact.org/pt-br/whats-the-commitment). Acesso em 09/01/2023.

# **APÊNDICE**

---

# APÊNDICE – MODELO DE QUESTIONÁRIO

## ESTUDO SOBRE PADRÕES PRIVADOS, COM FOCO EM NORMAS VOLUNTÁRIAS DE SUSTENTABILIDADE

### CONTEXTO

*O questionário a ser aplicado apresenta um conjunto comum de perguntas, com o intuito de possibilitar a comparabilidade entre as respostas obtidas. As perguntas constantes no questionário tratam tanto de aspectos qualitativos quanto de quantitativos relativos aos impactos e às oportunidades oferecidas pelos padrões privados.*

### Identificação

1. Identificação do entrevistado
  - a. Sindicato/associação/empresa:
  - b. Nome do respondente:
  - c. Cargo do respondente:
  - d. E-mail do respondente:
  - e. Telefone do respondente:

### Informações setoriais: produto

2. Descreva o produto afetado por padrões privados nas exportações (doravante denominado “produto-alvo”). Qual a NCM(s) comumente utilizada(s) para classificação do produto-alvo?
3. Qual é o nível da produção interna total no Brasil (em valor e peso estimados) do produto-alvo pelos respondentes? A pergunta tem o intuito de identificar o nível de representatividade dos respondentes em comparação com a produção brasileira total do item analisado.

### Exportações brasileiras

4. Quais são os principais países de destino responsáveis pela exigência do padrão privado para o produto-alvo (listar todos)?
5. Quais são as certificações privadas em geral que podem ser exigidas, por país de destino, envolvendo o produto-alvo das exportações brasileiras (indicar, se possível, as certificações exigidas em todos os mercados de destino das exportações do produto-alvo)?
6. Qual é o montante das exportações (US\$), pela empresa ou setor, do produto-alvo afetadas pelos padrões privados nos mercados elencados acima (indicar, se possível, o peso/volume e o valor específicos por país de destino)? Qual é a participação proporcional das exportações do produto-alvo afetadas por certificações ou padrões privados *vis-à-vis* o montante total produzido pela empresa ou setor?

### Padrões privados: identificação

7. Qual o padrão privado de produção, exigido por compradores estrangeiros, que incide sobre as exportações brasileiras do produto-alvo produzido pela empresa. É possível indicar mais de um padrão privado.
8. Qual o tipo de processo adotado para demonstração da conformidade do produto-alvo com o padrão privado e obtenção do certificado/selo? (ex.: auditoria)



9. Qual o custo total imposto pelo referido processo de demonstração da conformidade envolvendo o produto-alvo? Indicar valores aproximados em dólares (US\$ ou % dos custos).
- a. Custo direto (avaliação, auditoria e/ou uso da certificação):
  - b. Custo indireto (manejo florestal, treinamentos, método de cultivo, capacitação, cumprimento da legislação etc.):
10. Qual a natureza do padrão privado estrangeiro que incide sobre as exportações do produto-alvo? (É possível indicar mais de uma opção)
11. As exigências privadas para o produto-alvo têm referências próprias ou estão baseadas em padrões internacionais (ex.: Codex, OIE, IEC, IPPC etc.)?
- ☐ Sim (especificar)
  - ☐ Não
  - ☐ Não sei responder

### **Padrões privados: impactos**

12. Quais os benefícios decorrentes da adoção dos padrões privados pela empresa sobre o produto-alvo?
- ☐ Melhora dos preços
  - ☐ Aumento da produtividade
  - ☐ Melhora da imagem da empresa/setor
  - ☐ Responsabilidade socioambiental
  - ☐ Outros (especificar)
13. A adoção do padrão privado gera algum impacto sobre as comunidades locais envolvidas no processo de adaptação a tais exigências (ex.: melhora dos serviços ecossistêmicos)? Responda caso tal aspecto se aplique ao seu produto-alvo.
- ☐ Sim (especificar)
  - ☐ Não
  - ☐ Não sei responder
14. Qual a percepção da empresa/setor do impacto geral da certificação privada?
- a. Sobre o produto-alvo: benéfica; neutra; danosa.
  - b. Sobre o preço de venda do produto-alvo: aumento de preços; ausência de impacto sobre os preços; redução de preços; outros (ex.: a adoção do padrão privado não melhora o preço, mas a não adoção torna o produto mais caro).
  - c. Sobre a qualidade do produto-alvo: melhora; mesma qualidade; piora.
15. Qual é o custo da certificação privada?
- ☐ Superior ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)

- ☐ Igual ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)
- ☐ Inferior ao custo das demais certificações (obrigatórias domésticas ou obrigatórias internacionais)

16. Quais elementos ocasionaram os custos adicionais incorridos com a certificação privada?

- ☐ Investimento em infraestrutura
- ☐ Condução de auditorias
- ☐ Taxas anuais/cíclicas de certificação
- ☐ Adaptações às especificações da exigência privada
- ☐ Outros (especificar)

17. No que tange aos recursos financeiros necessários para o cumprimento dos padrões privados na produção do produto-alvo, observa-se que:

- ☐ A empresa/setor já dispunha dos recursos necessários ao cumprimento
- ☐ A empresa/setor não dispunha dos recursos necessários ao cumprimento, sendo necessária a sua obtenção ou incremento

18. Qual a sua percepção sobre o espaço oferecido para participação da empresa/setor na formatação dos padrões privados?

- ☐ Baixo número de oportunidades para participação
- ☐ Oportunidades regulares para participação
- ☐ Elevado número de oportunidades para participação

19. Qual a natureza do agente/órgão responsável pela certificação privada do produto-alvo?

- ☐ Agente/órgão local
- ☐ Agente/órgão nacional
- ☐ Agente/órgão estrangeiro
- ☐ Outro (especificar)

20. Como o padrão privado do produto-alvo é caracterizado em comparação com

- a. Exigências obrigatórias (domésticas ou estrangeiras) eventualmente atendidas pela empresa/setor?
  - ☐ O padrão privado do produto-alvo é menos restritivo/exigente
  - ☐ O padrão privado iguala-se aos padrões obrigatórios em termos de exigências
  - ☐ O padrão privado é mais restritivo/exigente
- b. Normas internacionais eventualmente atendidas pela empresa/setor?

- ☐ O padrão privado do produto-alvo é menos restritivo/exigente
- ☐ O padrão privado iguala-se às normas internacionais em termos de exigências
- ☐ O padrão privado é mais restritivo/exigente

21. No que tange à multiplicidade de certificações (público-privadas), a empresa/setor observa, quanto aos requisitos impostos pelas diversas exigências, que:

- ☐ Há uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo
- ☐ Não há uniformidade entre os requisitos (públicos ou privados) envolvendo o produto-alvo
- ☐ Outros (especificar)

22. Qual a percepção da empresa/setor sobre a necessidade de adesão aos padrões privados que afetam o produto-alvo nas exportações?

- ☐ O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo é condição necessária e suficiente para a exportação
- ☐ O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo é condição necessária, mas não suficiente para a exportação
- ☐ O cumprimento do padrão privado para o produto-alvo não é condição necessária nem suficiente para a exportação
- ☐ Outros (especificar)

23. No caso de cumprimento, pela empresa ou setor, do padrão privado aplicável ao produto-alvo e requerido por agentes de mercado no país de destino, quais foram os ganhos observados? (possível escolher mais de uma alternativa)

- ☐ Presença estável nos mercados de destino
- ☐ Aumento da participação no mercado (market share)
- ☐ Aumento da capacidade da empresa/setor em cumprir padrões internacionais
- ☐ Melhora na qualidade e na segurança dos produtos
- ☐ Diferenciação dos produtos em relação à concorrência
- ☐ Acesso a mercados de nicho
- ☐ Observância de objetivos de desenvolvimento sustentável
- ☐ Aumento da eficiência produtiva e/ou incorporação de novas tecnologias
- ☐ Empresa/setor não cumpre com o padrão privado
- ☐ Outros (especificar)

24. No caso de não cumprimento, pela empresa ou setor, do padrão privado aplicável ao produto-alvo e requerido por agentes de mercado de destino

- a. Quais são os esforços empreendidos pela empresa visando a adequação aos padrões privados

no futuro? (possível escolher mais de uma alternativa)

- ☐ Busca de financiamento para adaptação do processo produtivo às exigências
  - ☐ Investimentos em modernização/adaptação do processo produtivo
  - ☐ Tentativa de comprovação de que o produto exportado cumpre os padrões privados mediante o atendimento a outras exigências
  - ☐ O descumprimento da exigência privada não afeta as exportações
  - ☐ Outros (especificar)
- b. Quais os motivos para a não observância de tais exigências? (possível escolher mais de uma alternativa)

- ☐ Entendimento de que os ganhos estimados não superam os custos de adaptação
- ☐ Falta de financiamento para adaptação do processo produtivo às exigências
- ☐ Inexistência de restrição à entrada do produto-alvo em mercados relevantes

25. Qual a capacidade de aceitação ou reconhecimento, pelo mercado de destino das exportações, dos padrões utilizados no Brasil (locais ou nacionais)? Em outras palavras, essas exigências privadas adotadas localmente são aceitas como equivalentes aos padrões privados exigidos nos mercados de destino das exportações brasileiras para o produto-alvo?

- ☐ Baixa aceitação ou reconhecimento
- ☐ Indiferente
- ☐ Elevada aceitação ou reconhecimento
- ☐ Outros (especificar)

26. Existe oferta de assistência técnica relacionada à adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei responder
- ☐ Outros

27. Quanto à assistência técnica relacionada à adequação aos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo

- a. Quem são os agentes responsáveis por ela?
- ☐ Governos
  - ☐ Agências de promoção de exportação

- ☐ ONGs
- ☐ Organizações Internacionais
- ☐ Outros (especificar)

b. Como ela ocorre? (possível assinalar mais de uma alternativa)

- ☐ Assistência financeira
- ☐ Disponibilização de informações sobre os padrões privados
- ☐ Treinamentos
- ☐ Outros (especificar)

28. Quais são os principais obstáculos impostos pelos padrões privados exigidos no mercado de destino das exportações para o produto-alvo?

- ☐ Falta de transparência e inclusão no processo de elaboração das exigências
- ☐ Multiplicidade de padrões privados a serem atendidos
- ☐ Custos de adequação
- ☐ Ausência de harmonização em relação a outras exigências
- ☐ Ausência de justificativa científica
- ☐ Dificuldade em questionar as decisões impostas pelo órgão regulador privado ou organismo certificador
- ☐ Outros (especificar)

# ANEXOS

---

# ANEXO I: DETALHAMENTO DOS PADRÕES PRIVADOS MENCIONADOS PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE BISCOITOS, MASSAS ALIMENTÍCIAS E PÃES & BOLOS INDUSTRIALIZADOS (ABIMAPI)

## Non GMO

A certificação *Non GMO* atesta o compromisso com um sistema alimentar transparente, natural e sem alimentos transgênicos. A certificação é conduzida a partir das seguintes etapas que devem ser cumpridas em sequência: i) entrar em contato com um administrador técnico (TA), ii) trabalhar com o TA selecionado, iii) trabalhar com o Projeto *Non GMO*, e iv) concluir a renovação anual. O padrão *Non-GMO Project* é a espinha dorsal de uma rigorosa certificação da América do Norte para evitar organismos geneticamente modificados (OGMs).

## British Retail Consortium Global Standards (BRCGS)

O *British Retail Consortium Global Standards (BRCGS) Global Food Safety Standard* foi uma referência por quase 25 anos. Adotado por mais de 22.000 locais em mais de 130 países, o padrão é aceito por 70% dos 10 principais varejistas globais, 60% dos 10 principais restaurantes de serviço rápido e 50% dos 25 principais fabricantes. O padrão evoluiu constantemente para proteger o consumidor. Foi o primeiro padrão a ser referenciado pela *Global Food Safety Initiative (GFSI)*, além de introduzir requisitos de cultura de segurança alimentar, definir fraude alimentar e reduzir a carga de auditoria por meio de módulos adicionais. Desenvolvido com informações da indústria, ele fornece uma estrutura para gerenciar a segurança, integridade, legalidade e qualidade do produto e os controles operacionais para esses critérios na indústria de fabricação, processamento e embalagem de alimentos e ingredientes alimentícios. O formato e o conteúdo do padrão são projetados para permitir uma avaliação das instalações, sistemas operacionais e procedimentos de uma empresa por um terceiro competente – um organismo de certificação – em relação aos requisitos do padrão. Existe o requisito de que todos os fornecedores submetidos à auditoria BRCGS do *Global Food Safety Standard* tenham acesso a uma cópia oficial do padrão. As empresas devem cumprir todos os módulos para obter a certificação.

## Gluten Free

A certificação *Gluten Free* representa a verificação independente de qualidade e integridade, e os produtos que carregam o padrão apresentam confiabilidade por atender a elevados padrões que atestam a ausência de glúten. O programa de certificação *Gluten-Free Certification Organization (GFCO)* protege os consumidores com distúrbios relacionados ao glúten, confirmando que um produto atende a padrões rígidos de segurança sem glúten. *Gluten Free* é uma certificação que atesta a ausência de glúten e torna empresas responsáveis por meio de auditorias, testes aleatórios de produtos e vigilância de processos. Todos os organismos de certificação da certificadora são acreditados conforme a norma ISO 17065, garantindo que as melhores práticas estabelecidas internacionalmente para auditoria e certificação de produtos sejam seguidas.

## Hazard Analysis Critical Control Point (HACCP)

Com base nas informações providas pela Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (US FDA), o *Hazard Analysis Critical Control Point* constitui na realidade um sistema de gestão para a identificação, avaliação e controle de perigos para a segurança alimentar. O sistema opera por meio da análise e controle de riscos biológicos, químicos e físicos desde a produção, aquisição e manuseio de matérias-primas até a fabricação, distribuição e consumo do produto acabado. Não há, portanto, um padrão que subjaz a operação do sistema.

## IFS Food Standard

O *IFS Food Standard* analisa a capacidade de um produtor de alimentos de produzir produtos seguros, autênticos e de qualidade de acordo com os requisitos legais e as especificações do cliente. Ajuda as empresas a atenderem às crescentes demandas de transparência e rastreabilidade do mercado e contribui para melhorar a integridade do produto e aumentar a eficiência. Auditores qualificados conhecedores do padrão que trabalham para organismos de certificação independentes e credenciados realizam as auditorias. Os padrões *IFS* estão sujeitos a avaliações por organizações governamentais ou privadas. O caminho percorrido até a obtenção da certificação envolve treinamento, implementação, auditoria e apoio. O treinamento engloba conteúdo sobre padrões e programas *IFS*, auditoria interna, análise de perigos, avaliações de risco e tópicos técnicos específicos. Na implementação, consultores reconhecidos do *IFS* – profissionais da indústria que oferecem treinamento, conhecimento padrão, auditoria interna e experiência na indústria – orientam a implementação dos requisitos *IFS*. Na auditoria, os organismos de certificação do *IFS* aprovados fornecem serviços de auditoria para empresas que buscam a Certificação *IFS*. Seus auditores *IFS* oferecem a certificação. O apoio para locais com a certificação *IFS* reúne uma base de dados, um *software*, um aplicativo, documentos de apoio e gestão de risco e uma biblioteca técnica.

## FSSC 22000

A *FSSC 22000* é um esquema de certificação de segurança de alimentos baseado na norma ISO 22000, reconhecida internacionalmente, e complementado por normas técnicas, como a ISO TS 22002-1, para fabricação de alimentos, e a ISO TS 22002-4, para fabricação de embalagens. Também é totalmente compatível com outras normas, como a ISO 9001 e a ISO 14001. A *FSSC 22000* contém requisitos que ajudam as empresas a lidar com o risco em várias áreas, desde fraude alimentar, defesa alimentar, segurança alimentar e cultura de qualidade, controle de qualidade, gerenciamento de alérgenos e programas de monitoramento ambiental. A versão mais recente também adicionou requisitos sobre perda e desperdício de alimentos para ajudar as empresas a cumprir seus compromissos com os ODS da ONU. A certificação visa especificamente o setor de fabricação de alimentos, rações e embalagens, bem como os setores de armazenamento e transporte, alimentação e varejo/atacado. Embora as primeiras edições da *FSSC 22000* se aplicassem apenas aos fabricantes de alimentos, o escopo da versão atual foi ampliado para outros segmentos da cadeia de valor e é reconhecido pela *GFSI*.

## Halal Certification Services (HCS)

A *Halal Certification Services (HCS)* integra o Conselho Mundial de Alimentos Halal e tem reconhecimento oficial por órgãos renomados do mundo todo, como LPPOM MUI (Indonésia), JAKIM (Malásia) e MUIS (Cingapura). O *Halal Assurance System (HAS)*, em conformidade com a norma ISO 17065, foi criado para prestar auxílio às organizações na adoção da prática que está conforme aos requisitos Halal. A *HCS* foi fundada em 1987 e tem auxiliado e fornecido serviços de alta qualidade feitos na Suíça durante mais de três décadas.



## **Kosher**

A certificação *Kosher* é o selo de aprovação kosher atribuído por uma agência rabínica, a qual determina se foram verificados os ingredientes dos produtos, as instalações de produção e a produção real, para garantir que todos os ingredientes, derivados, ferramentas e maquinários não tenham vestígios de substâncias não kosher. O símbolo *Kosher Certified* garante aos consumidores que tanto o produto real quanto a sua produção cumpre todos os requisitos da Lei Kosher.

## **Orgânica**

A certificação orgânica verifica se uma fazenda ou instalação de manejo está em conformidade com regulamentos técnicos orgânicos. Uma vez obtida a certificação, o produtor poderá vender, rotular e apresentar seus produtos como orgânicos. A certificação orgânica é muitas vezes limitada ao território de um país. Se estiver sediada fora de determinado país, para que seja possível certificar os seus produtos como orgânicos, a empresa terá de ser certificada pelo organismo de certificação equivalente no país onde os seus negócios estão instalados.

## **Vegan**

O logotipo Vegano Certificado é uma marca para itens que não contêm produtos ou subprodutos de origem animal e que não foram testados em animais. O logotipo é facilmente visível para os consumidores interessados em produtos veganos e os ajuda a fazer compras sem consultar constantemente as listas de ingredientes. Ele também auxilia as empresas a reconhecer um mercado vegano em crescimento, bem como a tornar a palavra vegano – e o estilo de vida que representa – corrente.

## ANEXO II: DETALHAMENTO DOS PADRÕES PRIVADOS MENCIONADOS PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)

### **Rainforest Alliance**

Dentro da certificação *Rainforest Alliance*, o padrão de Agricultura Sustentável, juntamente com seus sistemas de tecnologia e garantia, foi projetado para entregar mais valor aos mais de 4 milhões de produtores e trabalhadores e milhares de negócios que utilizam a certificação para possibilitar uma produção agrícola mais sustentável e cadeias de valor mais responsáveis. O padrão é utilizado em mais de 70 países ao redor do mundo. Com base no padrão de agricultura sustentável que incide em requisitos de uma fazenda, ao fornecer uma estrutura prática para a agricultura sustentável e um conjunto direcionado de inovações, as exigências para agricultura podem auxiliar produtores a obter melhores cultivos, a se adaptar às mudanças climáticas, aumentar sua produtividade, estabelecer metas para atingir seu desempenho em sustentabilidade e investimentos direcionados a enfrentar seus maiores riscos. A partir do padrão de agricultura sustentável que incide em requisitos da cadeia de valor, busca-se promover a transparência e práticas comerciais responsáveis entre as empresas, do campo à prateleira. Fazendas, comunidades florestais e empresas que participam do programa de certificação são auditadas em relação a padrões de sustentabilidade baseados no bem-estar ambiental, econômico e social. Isso é guiado por um esforço para verificar dados confiáveis e úteis e evidências de conformidade.

### **British Retail Consortium Global Standards (BRCGS)**

O *British Retail Consortium Global Standards (BRCGS) Global Food Safety Standard* foi uma referência por quase 25 anos. Adotado por mais de 22.000 locais em mais de 130 países, o padrão é aceito por 70% dos 10 principais varejistas globais, 60% dos 10 principais restaurantes de serviço rápido e 50% dos 25 principais fabricantes. O padrão evoluiu constantemente para proteger o consumidor. Foi o primeiro padrão a ser referenciado pela *Global Food Safety Initiative (GFSI)*, além de introduzir requisitos de cultura de segurança alimentar, definir fraude alimentar e reduzir a carga de auditoria por meio de módulos adicionais. Desenvolvido com informações da indústria, ele fornece uma estrutura para gerenciar a segurança, integridade, legalidade e qualidade do produto e os controles operacionais para esses critérios na indústria de fabricação, processamento e embalagem de alimentos e ingredientes alimentícios. O formato e o conteúdo do padrão são projetados para permitir uma avaliação das instalações, sistemas operacionais e procedimentos de uma empresa por um terceiro competente – um organismo de certificação – em relação aos requisitos do padrão. Existe o requisito de que todos os fornecedores submetidos à auditoria BRCGS do *Global Food Safety Standard* tenham acesso a uma cópia oficial do padrão. As empresas devem cumprir todos os módulos para obter a certificação.

### **4C**

O 4C é um padrão privado de sustentabilidade internacionalmente reconhecido, dirigido pelas partes interessadas, independente para todo o setor cafeeiro, com o objetivo de ancorar a sustentabilidade nas cadeias de valor do café. Auditorias terceirizadas independentes garantem a conformidade com critérios de sustentabilidade para produção e processamento de café nas dimensões econômica, social e ambiental, para estabelecer cadeias de valor de café sustentáveis confiáveis e rastreáveis. Os princípios e critérios de sustentabilidade do 4C são definidos no Código de Conduta do 4C, que foi desenvolvido em um processo abrangente e transparente de

várias partes interessadas. O foco do Código de Conduta do 4C é a produção sustentável de grãos verdes de café e suas atividades pós-colheita. A certificação 4C visa elevar gradualmente as condições sociais, econômicas e ambientais da produção e processamento de café em todo o mundo. Por meio de vários canais, o 4C contribui para todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), enquanto alguns vínculos são mais fortes do que outros. Esses canais de contribuição incluem garantir a implementação dos requisitos de sustentabilidade do Código de Conduta do 4C, desenvolver e conduzir projetos versáteis de sustentabilidade e apoiar o diálogo sobre sustentabilidade no setor cafeeiro. O padrão 4C traz um impacto real, permitindo uma melhora contínua, com benefícios aos meios de subsistência dos pequenos produtores e apoio às empresas para que alcancem e mantenham seus compromissos de sustentabilidade.

### **Belarus Certificate**

O *Belarus Certificate* apresenta escopo espacial limitado e não alcança produtos brasileiros. Os certificados emitidos em um Estado membro da União Econômica da Eurásia (EAEU) – Belarus, Rússia, Cazaquistão, Armênia ou Quirguistão – é válido em todos os cinco países.

### **Japanese Agricultural Standards (JAS)**

Os padrões *Japanese Agricultural Standards (JAS)* para plantas orgânicas e alimentos orgânicos processados de origem vegetal foram estabelecidos em 2000, com base nas Diretrizes para a Produção, Processamento, Rotulagem e Comercialização de Alimentos Produzidos Organicamente que foram adotados pela Comissão Codex Alimentarius. O logotipo JAS orgânico só pode ser aplicado por entidades comerciais registradas que tenham sido certificadas pelo organismo de certificação acreditado para verificar se os alimentos orgânicos são produzidos em conformidade com o JAS.

### **Fairtrade Standard for Coffee**

O *Fairtrade Standard for Coffee* cobre os requisitos que são específicos para produtores e comerciantes de café. O padrão tem os intuitos de garantir ações que promovam a produção sustentável e o bem-estar de todos os envolvidos na cafeicultura e garantir que as transações Fairtrade sejam realizadas em condições transparentes e justas, de uma forma que estabeleça as bases para o empoderamento e desenvolvimento do produtor. Os produtores de café Fairtrade devem cumprir tanto o *Fairtrade Standard for Small Producer Organizations* quanto o *Fairtrade Standard for Coffee*. Para produtores, esse padrão complementa e deve ser lido em conjunto com o *Fairtrade Standard for Small Producer Organizations*. Os comerciantes de café Fairtrade devem cumprir tanto o *Fairtrade Trader Standard* quanto o *Fairtrade Standard for Coffee*. Para os comerciantes, esse padrão complementa e deve ser lido em conjunto com o *Fairtrade Trader Standard*. O *Fairtrade Standard for Coffee* incide sobre duas espécies de café verde, *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. Embora a associação mencione que os padrões Fairtrade e Fairtrade International são diferentes, com base na consulta do site da certificadora verifica-se que há apenas um padrão aplicável ao café, o *Fairtrade Standard for Coffee*.

### **Rostest**

A *Rostest* é uma autoridade certificadora com reconhecimento internacional. Seus serviços permitem obter não só as licenças exigidas com mais frequência, mas também os certificados EURO, CE, ISO e muitos outros que ajudarão empresas a entrar no mercado internacional. A certificação apresenta como objetivos fornecer infor-

mações breves e abrangentes sobre os certificados básicos necessários para as mercadorias importadas pelo mercado russo e permitir que os produtores estrangeiros obtenham os certificados *Rostest* sem visitar a Rússia. É necessário certificar mercadorias importadas para fins de desembaraço aduaneiro e posterior venda na Rússia. Além disso, para garantir que as mercadorias cruzem a fronteira sem demora, é importante obter com antecedência todos os certificados necessários para as mercadorias, bem como quaisquer outros documentos que as Autoridades Reguladoras Estaduais exigem para as mercadorias importadas.

## USDA Organic

A certificação *USDA Organic* é limitada territorialmente, uma vez que é aplicada apenas nos Estados Unidos e a equivalência em matéria de produtos orgânicos alcança Canadá, Coreia do Sul, Japão, Reino Unido, Suíça, Taiwan e UE. Na certificação, os certificadores são responsáveis por garantir que produtos orgânicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos cumprem todos os padrões orgânicos. As cinco etapas da certificação orgânica são as seguintes: i) a fazenda ou empresa adota práticas orgânicas, seleciona um agente de certificação acreditado pelo USDA e envia uma solicitação e taxas ao agente de certificação; ii) o agente de certificação revisa a solicitação para verificar se as práticas estão em conformidade com as regulações do USDA atinentes a produtos orgânicos; iii) um inspetor realiza uma vistoria no local da operação do requerente; iv) o agente certificador analisa o pedido e o relatório do inspetor para determinar se o requerente cumpre as regulações acima mencionadas; e v) o agente certificador emite um certificado orgânico.

## SGS

Ao lidar especificamente com o café, a SGS desenvolveu um novo teste inovador baseado em DNA para distinguir e quantificar *Coffea arabica* e *Coffea canephora*. O teste abrange um método específico de extração de DNA validado internamente e uma análise avançada de fragmentos que discrimina entre espécies e revela sua quantidade relativa em uma amostra. O teste detecta contaminação tão baixa quanto 1% em alinhamento com níveis de limiar. O teste é adequado para as seguintes amostras de café: grãos verdes; grãos torrados; grãos torrados e moídos; e cápsulas. Com a solução de detecção da SGS e a atuação de especialistas do setor, o produtor pode identificar com confiança e rapidez a composição de seu café. Isso permitirá ao produtor demonstrar que a afirmação dele sobre o tipo de café que está sendo vendido é confiável.

## IBD Certificações

A *IBD Certificações* é uma empresa 100% brasileira que desenvolve atividades de inspeção e certificação agropecuária, de processamento e de produtos extrativistas, orgânicos, biodinâmicos e de mercado justo (*fair trade*). Um esquema de certificação aplicado é o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, regulamentado pela Lei 10831/2003, pelo Decreto 6323/2007 e pelas Instruções Normativas correspondentes. Ele permite comercializar produtos orgânicos no Brasil. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o proprietário e gestor desse esquema, e a Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) é responsável pela acreditação dos organismos de certificação. Outro esquema de certificação é regulado pelas Diretrizes para o Padrão de Qualidade Orgânico IBD (CE/EU), que permitem a equivalência com os Regulamentos Europeus CE 834/2007 e 889/2008 e com o padrão *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM). Ele permite ainda comercializar produtos orgânicos na Europa. A União Europeia é a proprietária desse esquema, para o qual o IBD possui acreditação da *International Organic Accreditation Service* (IOAS). O último esquema de certificação é o National Organic Product (NOP), que permite comercializar produtos orgânicos nos Estados Unidos. O United States Department of Agriculture (USDA) é o proprietário e gestor desse esquema, responsável pela acreditação dos organismos de certificação.

## Halal Certification Services (HCS)

A *Halal Certification Services (HCS)* é membro do Conselho Mundial de Alimentos Halal e é oficialmente reconhecida por órgãos renomados de todo o mundo, como LPPOM MUI (Indonésia), JAKIM (Malásia) e MUIS (Cingapura). O *Halal Assurance System (HAS)*, em linha com a norma ISO 17065, foi estabelecido para auxiliar as organizações na adoção da prática em conformidade com os requisitos Halal. A *HCS* foi fundada em 1987 e tem apoiado e fornecido serviços de alta qualidade, feitos na Suíça, por mais de três décadas.

## Kosher

A certificação *Kosher* é o selo de aprovação kosher atribuído por uma agência rabínica, a qual determina se foram verificados os ingredientes dos produtos, as instalações de produção e a produção real, para garantir que todos os ingredientes, derivados, ferramentas e maquinários não tenham vestígios de substâncias não kosher. O símbolo *Kosher Certified* garante aos consumidores que tanto o produto real quanto a sua produção cumprem todos os requisitos da Lei Kosher.

# ANEXO III: DETALHAMENTO DOS PADRÕES PRIVADOS MENCIONADOS PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ILUMINAÇÃO (ABILUX)

## Certificado UL

A ABLUX mencionou a importância da *UL*, organização que trabalha basicamente com procedimentos de avaliação da conformidade. A *UL* oferta serviços de testes e de certificação de iluminação, incluindo serviços de teste e certificação para iluminação germicida ultravioleta (UV), iluminação solar e fotovoltaica, iluminação para horticultura, Li-Fi, iluminação e controles inteligentes, iluminação centrada no ser humano, e muito mais. O portfólio abrangente da *UL Solutions* de serviços de certificação de segurança de produtos de iluminação estende-se desde lâmpadas, luminárias e sinais elétricos até componentes e sistemas de controle de iluminação. A *UL Solutions* ajuda os projetistas de iluminação e seus clientes a identificar produtos de alta qualidade e fornece um importante diferencial em um mercado saturado. A *UL* provê a certificação de padrões comuns e testa padrões internacionais aplicáveis a riscos de incêndio, choques e perigos biológicos. Como membro do Esquema de Órgãos de Certificação (CB) do Sistema IEC para Teste de Conformidade e Certificação de Equipamentos e Componentes Eletrotécnicos (IECEE), a *UL* pode eliminar a necessidade de testes redundantes com pontos em comum dentro do esquema CB. A abordagem centrada no cliente concentra-se na realização de avaliações de forma rápida e eficiente, ajudando a atender às necessidades de tempo de mercado. Além disso, a *UL* continua envolvida com associações do setor e agências governamentais para garantir que se mantenha informada sobre os principais desenvolvimentos que podem impactar os clientes. Na Europa, a *UL* está autorizada a certificar os padrões EN e a usar a marca ENEC 15 quando atua como organismo de certificação. Os serviços da *UL* para a indústria de iluminação vão além da segurança. Ela oferece testes de desempenho com *UL Marketing Claim Verification* e serviços de avaliação de campo, bem como *Energy Star*® e outros programas de eficiência de iluminação.

## Normas Oficiais Mexicanas (NOMs)

As *Normas Oficiais Mexicanas (NOMs)* são regulamentos técnicos emitidos pelos órgãos competentes, cujo objetivo é estabelecer as características que os processos ou serviços devem atender quando possam constituir um risco à segurança das pessoas ou prejudicar a saúde humana; bem como os relativos à terminologia e os referentes ao seu cumprimento e aplicação. As *NOMs* incidentes em produtos de iluminação alcançam a eficácia luminosa de lâmpadas de diodo emissor de luz (LED) integradas para iluminação geral; a eficiência energética para luminárias LED para iluminação pública e áreas públicas exteriores; *drivers* para fontes de luz artificial aplicados na iluminação geral; a eficiência energética de lâmpadas para uso geral; e a eficiência energética e requisitos de segurança de lâmpadas fluorescentes compactas autobalastadas.

## Conformité Européen (CE)

A marcação *Conformité Européen (CE)* certifica que os produtos foram avaliados pelo fabricante e considerados em conformidade com os requisitos da UE para segurança, saúde e proteção do meio ambiente. Isto se aplica a produtos comercializados na UE e fabricados em qualquer parte do mundo. A marcação *CE* é obrigatória apenas para produtos aos quais se aplicam as especificações da UE que exigem a aposição da marcação *CE*. Alguns produtos estão sujeitos a vários requisitos da UE ao mesmo tempo. Antes de afixar a marcação *CE* em seu produto, você deve garantir que ele esteja em conformidade com todos os requisitos aplicáveis. É proibida a aposição da

marcação CE em produtos para os quais não existam especificações da UE ou para os quais as especificações existentes da UE não exijam a aposição da marcação CE.

## **Restriction of Hazardous Substances (RoHS)**

A *Restriction of Hazardous Substances (RoHS)* não é uma certificação, mas um conjunto de regulações que controla o uso de substâncias perigosas, como chumbo, mercúrio e cádmio, em equipamentos elétricos e eletrônicos. Seu objetivo é reduzir potenciais riscos ambientais e de saúde causados pelo uso de substâncias perigosas durante a utilização, coleta, tratamento e descarte de quantidades crescentes de resíduos elétricos e eletrônicos. A certificadora UL pode contribuir para aumentar a confiança de que um produto elétrico como o de iluminação cumpre os requisitos previstos nas legislações que estabelecem a *RoHS*. A UL pode apoiar a jornada do produto na Ásia, Europa, Américas do Norte e do Sul e Oriente Médio com conhecimento técnico, amplo portfólio de testes, serviços de consultoria e ferramentas de gerenciamento de dados. As soluções e os serviços que permitem atestar o cumprimento da *RoHS* são os seguintes: teste *RoHS* de produtos e materiais, requisitos e certificações de mercado específicas da *RoHS*, software de gerenciamento de dados químicos que analisa as divulgações de materiais contra as legislações *RoHS*, software de coleta e gerenciamento de dados sobre os materiais usados no desenvolvimento e fabricação de seu produto e serviços de assessoria e treinamento.

## ANEXO IV: DETALHAMENTO DOS PADRÕES PRIVADOS MENCIONADOS PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT)

### **American Apparel & Footwear Association (AAFA)**

A certificação provida pela *American Apparel & Footwear Association* (AAFA) atinge vestuário, calçados e outros produtos costurados. A AAFA possui três prioridades principais: proteção da marca; cadeia de suprimentos e fornecimento; e comércio, logística e manufatura.

### **Certificação B Corp**

A Certificação B Corp demonstra que uma empresa está atendendo a altos padrões de desempenho verificado, responsabilidade e transparência em fatores de benefícios a funcionários e doações de caridade a práticas da cadeia de valor e materiais de entrada. Para obter a certificação, uma empresa deve cumprir os seguintes deveres: demonstrar alto desempenho social e ambiental, alcançando uma pontuação B de Avaliação de Impacto de 80 ou mais e passando pela análise de risco – corporações multinacionais também devem atender aos padrões de requisitos básicos; assumir um compromisso legal alterando sua estrutura de governança corporativa para prestar contas a todas as partes interessadas, não apenas aos acionistas, e obter o *status* de corporação de benefícios, se disponível em sua jurisdição; e exibir transparência, permitindo que informações sobre seu desempenho medido de acordo com os padrões do B Lab estejam disponíveis publicamente em seu perfil B Corp no site do B Lab.

### **Selo Blue Angel**

O selo Blue Angel tem o objetivo de destacar os produtos que atendem a elevados padrões ambientais em sua produção, evitam o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde, apresentam boas características de desempenho e atendem aos padrões de qualidade ambiental, bem como aos padrões trabalhistas fundamentais da OIT durante a sua produção. Os benefícios ao meio ambiente decorrentes da certificação são produção amiga do meio ambiente, produção testada para poluentes e adoção de critérios sociais na extração de matérias-primas e na produção final.

### **Bluesign**

Da fibra ao produto acabado, a *Bluesign* faz parceria com marcas, fabricantes e fornecedores de produtos químicos para fornecer locais de trabalho mais seguros e produtos têxteis com menos impacto no meio ambiente e nas pessoas. Marcas, varejistas, fabricantes e fornecedores de produtos químicos podem mudar suas cadeias de valor por meio da implementação do sistema *Bluesign*. A certificadora alega que elimina proativamente substâncias nocivas ao meio ambiente logo no início da cadeia de suprimentos têxtil, por meio do *Input Stream Management*, para minimizar os impactos nas pessoas e no planeta. Cada item que carrega um rótulo de produto *Bluesign* ou aprovado foi fabricado de acordo com rigorosos requisitos ambientais e de segurança. Conhecidos como critérios *Bluesign*, estes são, segundo a certificadora, os mais elevados padrões do setor.



## **Cradle to Cradle**

Qualquer produto ou material elegível que atenda aos requisitos do padrão de Produto Certificado *Cradle to Cradle* pode receber a certificação. A certificação é concedida com base em quatro níveis ascendentes de conquista: Bronze, Prata, Ouro e Platina, de acordo com o desempenho do produto em cada categoria. O nível mais baixo de realização da categoria do produto determina seu nível geral de certificação para incentivar a evolução e a inovação contínua. As empresas trabalham com um órgão de avaliação independente para avaliar e verificar o desempenho de um produto em cada uma das categorias de desempenho com certificação *Cradle to Cradle*. Os produtos com certificação ativa são listados no Registro de Produtos Certificados *Cradle to Cradle* disponível publicamente.

## **Ecocert**

As certificações *Ecocert* apresentam as seguintes características: comunicação de forma transparente da autenticidade de seus compromissos, melhora da eficiência e da confiabilidade da entidade, garantia da confiança das partes interessadas até os consumidores e acesso a novos mercados nacionais ou de exportação. Na prática, um organismo de certificação independente e imparcial avalia, por meio de uma inspeção no local, a conformidade de um produto, serviço ou sistema com os requisitos ambientais e sociais especificados em uma norma técnica. Ao final do processo de certificação, a *Ecocert* emite uma decisão e, quando positiva, entrega uma garantia por escrito, o certificado. Por meio de suas 27 subsidiárias internacionais, a certificadora opera localmente em mais de 130 países. Como resultado, seu serviço oferece uma alta garantia de rastreabilidade para todos os setores, em todo o mundo.

## **EU Ecolabel**

O *EU Ecolabel* é um esquema voluntário de renome mundial que promove bens e serviços que demonstram claramente a excelência ambiental, com base em processos padronizados e evidências científicas. É gerido pela Comissão Europeia e pelos Estados membros de acordo com as prioridades estabelecidas no Plano Estratégico de Trabalho para o *EU Ecolabel*. O *EU Ecolabel* é o único esquema de rotulagem ecológica ISO 14024 Tipo I em toda a UE. Reconhecido em toda a Europa, apresenta múltiplos critérios e aborda os principais impactos ambientais dos produtos ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a extração da matéria-prima até a sua eliminação. O *EU Ecolabel* é verificado por terceiros, o que significa que especialistas independentes são responsáveis por verificar a conformidade com os critérios do *EU Ecolabel*.

## **Fairtrade**

A certificação *Fairtrade* incidente sobre produtos têxteis lida com as fraquezas mais comumente identificadas no modelo de auditoria de *compliance* social. No sentido de enfrentar as fraquezas, a certificação atua na melhora das competências dos auditores, o que inclui o treinamento de auditores no conhecimento especializado têxtil e a identificação da fraude; no fortalecimento da participação dos trabalhadores no processo; na identificação das causas de descumprimento de modo que possam ser eliminadas; na manutenção de um nível elevado de exame minucioso em termos de duração e frequência das auditorias; no rastreamento das cadeias de valor; no aumento da transparência ao longo do processo; e no monitoramento e na avaliação da melhora na conformidade dos padrões sociais. A certificação está inserida no Programa *Fairtrade Textile*, que vai além da auditoria, tem como base a capacitação, a qual inclui, por exemplo, treinamento sobre direitos trabalhistas, salário mínimo e medidas de saúde e segurança, e tem como bússola seu padrão que incide sobre produtos têxteis.

## Global Organic Textile Standard (GOTS)

O sistema de garantia de qualidade *GOTS* é baseado na inspeção e na certificação no local de toda a cadeia de valor têxtil. Operadores, desde o manuseio pós-colheita até a confecção de roupas, bem como atacadistas (incluindo exportadores e importadores), devem passar por um ciclo de inspeção anual no local e devem possuir uma certificação válida para que os produtos finais sejam rotulados como detentores do certificado *GOTS*. Qualquer reivindicação de conformidade com a certificação *GOTS* como padrão líder mundial de processamento têxtil é inválida até que um organismo de certificação independente tenha verificado – por meio de um conjunto de métodos de inspeção – e atestado – por meio de documentos de certificação formalmente emitidos – que um produto e seu processador, fabricante ou comerciante é, de fato, compatível com o padrão *GOTS*. Existem dois tipos de tais documentos de certificação: Certificados de Escopo (SCs), que provam que um fornecedor atende a todos os critérios para poder processar mercadorias em conformidade com o padrão *GOTS* e Certificados de Transação (TCs), que provam que as próprias mercadorias atendem a todos os critérios de produtos em conformidade com o padrão *GOTS*.

## Global Recycle Standard (GRS)

O *Global Recycle Standard* (GRS) é um padrão de produto internacional, voluntário e completo que define requisitos para certificação de terceiros de conteúdo reciclado, cadeia de custódia, práticas sociais e ambientais e restrições químicas. O *GRS* visa atender às necessidades de empresas que buscam verificar o conteúdo reciclado de seus produtos (acabados e intermediários) e verificar práticas sociais, ambientais e químicas responsáveis em sua produção. Os objetivos do *GRS* são: definir requisitos para garantir reivindicações de conteúdo precisas e boas condições de trabalho, e que os impactos ambientais e químicos nocivos sejam minimizados.

## Higg Index

O *Higg Index* é um conjunto de ferramentas para a medição padronizada da sustentabilidade da cadeia de valor e é fundamental para a missão da *Sustainable Apparel Coalition* de transformar os negócios para um impacto exponencial. O Índice *Higg* fornece uma linguagem e uma plataforma comuns para rastrear e medir seus impactos sociais e ambientais, capacitando marcas, varejistas e fabricantes a aproveitar dados verificados para medir, melhorar e compartilhar seu desempenho. As cinco ferramentas que compõem o Índice *Higg* que, juntas, avaliam o desempenho social e ambiental da cadeia de valor e os impactos ambientais dos produtos são *Higg Facility Environmental Module* (FEM), *Higg Facility Social & Labor Module* (FSLM), *Higg Brand & Retail Module* (BRM), *Higg Materials Sustainability Index* (MSI) e *Higg Product Module* (PM). Em tópicos como uso de água, emissões de carbono e condições de trabalho, marcas de bens de consumo, varejistas, fabricantes, governos, ONGs e consumidores podem usar o Índice *Higg* para informar suas estratégias individuais de sustentabilidade.

## ICEA Organic Textile Standard

O *ICEA* oferece uma gama de oportunidades para a certificação de produtos têxteis com alto valor agregado ambiental. Alguns exemplos são os seguintes: *Global Organic Textile Standard* (*GOTS*) e *Organic Content Standard* (*OCS*) que garantem que produtos têxteis contêm fibras orgânicas naturais; *Global Recycled Standard* e *Recycled Claim Standard* (*RCS*), que garantem que os produtos têxteis são feitos de material reciclado; *Recycled Down Standard* (*RDS*), que garante que as penas para preenchimento são obtidas de acordo com critérios de bem-estar animal; *Responsible Animal Fiber* (*RAF*), que é um padrão para certificar produtos que contêm fibras animais cultivadas de forma responsável; *Nativa Precious Fiber* (*NPF*), que é a etiqueta para a certificação de produtos com fibras de lã; e *Sustainable Fibre Alliance* (*SFA*), o primeiro padrão holístico de sustentabilidade para a produção de caxemira, para promover a adoção de práticas responsáveis que beneficiam as pessoas, a pecuária e o meio ambiente.

## Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)

A certificação *Leadership in Energy and Environmental Design (LEED)* não incide sobre produtos têxteis, mas sobre os locais em que eles são produzidos. Esse sistema de avaliação promove uma abordagem ao edifício por inteiro, desde a concepção do projeto até a construção final e a manutenção do mesmo. Para isso, leva em consideração questões de implantação, uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais, qualidade ambiental interna, estratégias inovadoras e questões de prioridade regional. Além disso, o *LEED* aborda todos os tipos de edifícios por meio de diferentes sistemas de avaliação, sendo aplicável a todos os edifícios em qualquer etapa de seu ciclo de vida.

## Naturtextil IVN BEST

A certificação pautada no padrão *Naturtextil IVN BEST certified* tem o intuito de proteger e revisar toda a cadeia de produção têxtil, tanto em termos de padrões ecológicos quanto de responsabilidade social. A *Naturtextil IVN BEST certified* é um padrão para tecidos têxteis ecologicamente corretos, com os requisitos mais rigorosos para a produção de tecidos têxteis ecológicos nos mais elevados níveis técnicos. Apenas uma variedade seleta de produtos consegue satisfazer esse padrão e o requisito mínimo para essa certificação é o *Global Organic Textile Standard (GOTS)*. Ele aborda todas as etapas de produção, do material bruto à venda e ao uso do couro acabado (não dos produtos de couro acabados). A certificação traz uma maior sensação de confiança ao consumidor, pois os limites de resíduos são muito mais rigorosos do que os permitidos por lei. Devido à *Control Union*, que abriga o padrão *Naturtextil IVN BEST certified*, também ser acreditada para inspeção e certificação pautada no padrão *GOTS*, as auditorias realizadas pela instituição *Internationale Verband der Naturtextilwirtschaft e. V. (IVN)* podem ser facilmente combinadas com as auditorias pautadas no padrão *GOTS*.

## Nordik Swan Ecolabel

A certificação *Nordik Swan Ecolabel* oferece uma receita sobre como reduzir o impacto ambiental da produção e consumo de mercadorias e uma orientação confiável e certificada por terceiros, para que seus consumidores e compradores profissionais escolham bens e serviços que estão entre os melhores do ponto de vista ambiental. A *Nordic Swan Ecolabel* foi estabelecida, em 1989, pelo Conselho Nórdico de Ministros como um esquema voluntário de rotulagem ecológica para os países nórdicos – Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia. O objetivo era permitir que os consumidores e compradores profissionais escolhessem os melhores bens e serviços ambientalmente, oferecendo uma ferramenta eficaz para ajudar as empresas a desenvolver produtos e serviços mais sustentáveis. Como as companhias precursoras em diferentes ramos quiseram liderar o desenvolvimento em direção a um mundo mais sustentável, agora é possível obter a certificação *Nordic Swan Ecolabel* em 56 áreas de produtos diferentes, contando com mais de 200 tipos diferenciados de itens. Como é difícil obter um certificado *Nordic Swan Ecolabel*, apenas as empresas avançadas o conseguem. E, ao fazer isso, mostram o caminho para outros seguirem. Ao tomar como parâmetro os padrões internacionais, a *Nordic Swan Ecolabel* é um rótulo ecológico tipo 1, de acordo com a norma ISO 14024. Os rótulos ecológicos do tipo 1 cobrem todo o ciclo de vida e todos os aspectos ambientais relevantes e possuem requisitos absolutos. Todas as etapas, desde a matéria-prima até a produção, uso, descarte e reciclagem, são incluídas na avaliação quando os requisitos são estabelecidos. Os critérios são específicos do produto e baseados em uma avaliação do ciclo de vida. Dessa forma, a certificação *Nordic Swan Ecolabel* reduz o impacto ambiental geral.

## Roadmap to Zero Programme (ZDHC)

O programa *Roadmap to Zero*, gerido pela organização ZDHC, busca promover uma gestão química sustentável na indústria da moda. O Programa possui três áreas de foco: **(i)** entrada de produtos químicos mais seguros; **(ii)** processos mais inteligentes; e **(iii)** saída de melhores resultados. A iniciativa agrega diferentes elos da cadeia, incluindo marcas, varejistas, formuladores químicos, fornecedores e provedores de soluções. O objetivo é a eliminação de produtos químicos nocivos na cadeia da moda, permitindo uma produção mais sustentável e segura aos trabalhadores, aos consumidores e ao ecossistema.

## Oeko-Tex® Standard 100

A certificação *Oeko-Tex® Standard 100* é realizada pelos institutos parceiros independentes da organização OEKO-TEX® com base em extenso catálogo de critérios OEKO-TEX®. No teste realizado, levam-se em consideração inúmeras substâncias regulamentadas e não regulamentadas, que podem ser prejudiciais à saúde humana. Em muitos casos, os valores-limite para a *STANDARD 100* vão além dos requisitos nacionais e internacionais. O catálogo de critérios é atualizado pelo menos uma vez por ano e expandido com novos conhecimentos científicos ou requisitos estatutários. Em princípio, todos os artigos têxteis em todas as etapas de processamento são adequados para uma certificação *STANDARD 100*, desde os fios até os tecidos acabados e artigos acabados. De acordo com um sistema modular, há o teste de cada componente e ingrediente antes que o artigo final possa levar o rótulo *STANDARD 100*. Linhas, botões, zíperes e forros são incluídos. Impressões e revestimentos aplicados no material externo também são testados quanto a substâncias nocivas, de acordo com os critérios aplicáveis a eles.

## Oeko-Tex® STeP

A certificação *Oeko-Tex® STeP* incide em instalações de produção nas indústrias têxtil e de couro. Os objetivos da certificação são os seguintes: implementar processos de produção ecologicamente corretos no longo prazo, melhorar a saúde e a segurança e promover condições de trabalho socialmente responsáveis nos locais de produção. A certificação apresenta como aspecto singular a inclusão de uma análise detalhada e da avaliação das condições de produção. Os grupos-alvo para a certificação são fabricantes de têxteis e de couro, bem como marcas e varejistas. Fabricantes têxteis de todos os níveis de processamento podem ser certificados, desde a fabricação da fibra, passando pela fiação e pela tecelagem e tricotagem, até o acabamento e confecção. A certificadora dispõe de uma nova calculadora de impacto que mede a pegada de carbono e de água no nível da instalação e ajuda as indústrias com a certificação a continuar avançando em sua gestão e desempenho ambiental. A calculadora de impacto é oferecida dentro da certificação e o acesso é gratuito para todos os estabelecimentos têxteis certificados. A certificação reconhece diferentes padrões e certificações de fornecedores terceirizados, como BSCI, FWF, SA8000, ISO 14001 e ISO 9001.

## Organic Content Standard (OCS)

A certificação realiza o rastreamento de fibras orgânicas da fazenda ao produto final. Apenas aos materiais de fazendas orgânicas certificadas pode ser atribuído o padrão *Organic Content Standard (OCS)*. O objetivo da certificação é ajudar a fortalecer as alegações das empresas de que os produtos que elas vendem contêm fibras cultivadas organicamente. A certificação o faz por meio do gerenciamento da cadeia de valor e da reconciliação de volumes de materiais orgânicos conforme eles se movem ao longo da cadeia de valor. Os organismos de certificação realizam eles próprios a certificação no terreno. Os organismos de certificação que verificam as fazendas e os que fiscalizam outras instalações da cadeia de valor também podem ser diferenciados e checam coisas diferentes de acordo com os padrões. Organismos de acreditação monitoram e avaliam os organismos de cer-

tificação, para garantir que eles estejam operando conforme o planejado. Esse processo permite que os órgãos normalizadores detectem irregularidades, transmitindo confiança aos consumidores. Em matéria de interação entre padrões e certificações, a partir de 1º de dezembro de 2022, o padrão *OCS* deixou de aceitar informações relativas ao padrão *GOTS* de determinados locais, a menos que sejam recebidos todos os dados relativos ao certificado de transação *GOTS* que forneçam rastreabilidade de volta à origem da fazenda. Além disso, todos os primeiros processadores, como os descaroçadores de algodão que fornecem insumos com o padrão *GOTS* em um produto com o padrão *OCS* na cadeia de valor, agora também devem ter a certificação *OCS*.

## Certificação WRAP

A certificação *WRAP* mostra a marcas e consumidores em todo o mundo que uma instalação atende aos padrões de conformidade social reconhecidos internacionalmente. A obtenção de uma certificação *WRAP* decorre de uma operação colaborativa na medida em que há a atuação com instalações para garantir que elas permaneçam em conformidade com 12 princípios. As instalações devem estar ativamente envolvidas, garantindo que sistemas de gerenciamento eficazes estejam em vigor e demonstrando que podem e cumprem suas obrigações de conformidade social. A certificação depende do número de ações corretivas necessárias e da capacidade de resposta da instalação para reparar todas as desconformidades identificadas na auditoria. A certificação *WRAP* só será concedida após todas as ações corretivas terem sido implementadas e verificadas. Existem três níveis de certificação *WRAP*, que são platina, ouro e prata. O nível do certificado emitido para cada instalação é determinado pela *WRAP*. Essa decisão é baseada nas conclusões do relatório de auditoria sobre a amplitude e estabilidade do programa de conformidade social da instalação, bem como no compromisso ostensivo da administração da instalação com os 12 princípios. Todas as instalações certificadas estão sujeitas a avaliações pós-certificação (PCAs) aleatórias e não anunciadas durante o período de certificação.

## USDA Organic

A certificação *USDA Organic* é limitada territorialmente, uma vez que é aplicada apenas nos Estados Unidos e a equivalência em matéria de produtos orgânicos alcança Canadá, Coreia do Sul, Japão, Reino Unido, Suíça, Taiwan e UE. Na certificação, os certificadores são responsáveis por garantir que produtos orgânicos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos cumprem todos os padrões orgânicos. As cinco etapas da certificação orgânica são as seguintes: **(i)** a fazenda ou empresa adota práticas orgânicas, seleciona um agente de certificação acreditado pelo USDA e envia uma solicitação e taxas ao agente de certificação; **(ii)** o agente de certificação revisa a solicitação para verificar se as práticas estão em conformidade com as regulações do USDA atinentes a produtos orgânicos; **(iii)** um inspetor realiza uma vistoria no local da operação do requerente; **(iv)** o agente certificador analisa o pedido e o relatório do inspetor para determinar se o requerente cumpre as regulações acima mencionadas; e **(v)** o agente certificador emite um certificado orgânico.



DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR